U.PORTO

SEGUNDO CICLO DE ESTUDOS
CRIMINOLOGIA

Tráfico De Seres Humanos: conhecimentos e perceções públicas sobre o fenómeno

Flávia Alexandra Teixeira Vigo

M

2025

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade do Porto para obtenção do grau de Mestre em Criminologia sob orientação da Professora Doutora Ana Guerreiro

FACULDADE DE **DIREITO**

Nota

O texto que aqui se publica comporta correções introduzidas posteriormente à realização das provas públicas.

RESUMO

O Tráfico de Seres Humanos (TSH) configura-se como uma das formas mais graves de criminalidade organizada contemporânea, representando uma séria violação dos direitos humanos. Apesar da crescente visibilidade deste fenómeno, persistem limitações no conhecimento e perceção pública sobre o TSH, variando consoante os contextos sociais, económicos e geográficos. Embora existam estudos sobre perceções gerais da sociedade portuguesa sobre o TSH, verifica-se uma lacuna na literatura no que toca à análise comparativa entre os contextos rural e urbano, o que constitui um obstáculo significativo à compreensão das dinâmicas diferenciadas do fenómeno.

A presente dissertação teve como objetivo central conhecer e comparar as perceções de pessoas residentes em contextos urbanos e rurais sobre o TSH, identificando as principais diferenças ao nível do conhecimento, das preocupações e das vulnerabilidades percebidas. Recorrendo a uma abordagem qualitativa, baseada na realização de entrevistas semiestruturadas, foi possível identificar padrões diferenciados entre os dois contextos: nos meios urbanos, destaca-se um maior acesso a informação formal e institucional, enquanto nos meios rurais o conhecimento é mais influenciado por dinâmicas culturais e redes informais, embora ações de sensibilização e formação revelem potencial para o aumento do conhecimento sobre o fenómeno.

Conclui-se, por isso, que variáveis como o acesso à informação, literacia digital e exposição mediática são determinantes para a perceção sobre o TSH, reforçando a necessidade de políticas e campanhas ajustadas às especificidades territoriais. Esta investigação contribui, assim, para colmatar a lacuna existente na literatura nacional, servindo de base a futuras estratégias de intervenção mais eficazes e territorialmente sensíveis, capazes de responder à diversidade de realidades existentes em Portugal.

Palavras-chave: Tráfico de Seres Humanos, Perceções, Contextos Urbano e Rural, Metodologia Qualitativa

ABSTRACT

Human Trafficking (HT) stands as one of the most severe forms of contemporary organized crime, constituting a serious violation of human rights. Despite the growing visibility of this phenomenon, public knowledge and perception of HT remain limited and vary according to social, economic, and geographical contexts. Although there are studies addressing the general perceptions of Portuguese society regarding HT, the literature reveals a significant gap in comparative analyses between rural and urban contexts, which hinders a deeper understanding of the phenomenon's differentiated dynamics.

This study aimed to understand and compare the perceptions of people residing in urban and rural settings regarding HT, identifying the main differences in terms of knowledge, concerns, and perceived vulnerabilities. Using a qualitative approach, based on semi-structured interviews, it was possible to identify distinct patterns between the two contexts: in urban areas, there is greater access to formal and institutional information, while in rural areas, knowledge is more influenced by cultural dynamics and informal networks, although awareness-raising actions and training reveal potential to increase understanding of the phenomenon.

We argue that variables such as access to information, digital literacy, and media exposure are key determinants of HT perception, reinforcing the need for policies and awareness campaigns tailored to specific territorial realities. Thus, this research contributes to bridging the existing gap in the national literature, serving as a basis for future intervention strategies that are more effective and territorially sensitive, and able to respond to the diversity of realities found in Portugal.

Keywords: Human Trafficking, Perceptions, Urban and Rural Contexts, Qualitative Methodology

AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação representa a concretização de um percurso académico marcado por desafios, aprendizagens e superação. Chegar a este momento não teria sido possível sem o apoio de várias pessoas a quem desejo expressar a minha profunda gratidão.

Aos meus pais, agradeço de coração por todo o incentivo, paciência e dedicação. O vosso exemplo de resiliência e o apoio incondicional foram fundamentais para que nunca desistisse, mesmo nos momentos mais exigentes deste caminho.

À minha orientadora, Professora Doutora Ana Guerreiro, manifesto o meu sincero reconhecimento pela orientação atenta, pelas sugestões rigorosas e pelo estímulo intelectual constante, que muito contribuíram para o crescimento deste trabalho e para o meu desenvolvimento científico e académico.

Quero também agradecer a todos/as os/as participantes do estudo, cuja disponibilidade e partilha de experiências tornaram possível esta investigação. A vossa colaboração representa um contributo inestimável para o conhecimento sobre o Tráfico de Seres Humanos em Portugal.

Aos amigos e amigas que me acompanharam ao longo deste percurso, agradeço pelas conversas, pela partilha de ideias e pelo apoio nos momentos de dúvida e incerteza. O vosso companheirismo foi essencial para manter o ânimo e a motivação.

Por fim, agradeço à Faculdade de Direito da Universidade do Porto, e a todos/as os/as professores/as que, ao longo do meu percurso académico, contribuíram de forma direta ou indireta para a minha formação académica.

A cada um de vós, deixo o meu agradecimento mais genuíno e a certeza de que este trabalho é, também, fruto do vosso contributo.

LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

AIMA – Agência para a Integração, Migrações e Asilo
APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
IEEI – Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais
OG – Organização Governamental
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONG – Organização Não Governamental
PJ – Polícia Judiciária
RASI – Relatório Anual de Segurança Interna
SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
TSH – Tráfico de Seres Humanos
UNODC – Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

ÍNDICE

RESUMO 4
ABSTRACT 5
AGRADECIMENTOS 6
LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS 7
INTRODUÇÃO 10

***CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO* 12**

1. Tráfico de Seres Humanos: Conceptualização Histórica e Teórica 12

1.1. Surgimento do Tráfico de Seres Humanos 12

1.2. Enquadramento Conceptual do Tráfico de Seres Humanos 13

2. Características e Dinâmicas do Tráfico de Seres Humanos 16

3. Características das Vítimas e dos/as Ofensores/as 20

3.1. Vítimas 20

3.2. Ofensores/as 23

4. Dinâmicas da Criminalidade em Contextos Urbanos e Rurais 25

4.1. Características diferenciadoras dos ambientes Urbanos e Rurais 25

4.2. Comparação entre Criminalidade Rural e Criminalidade Urbana 26

4.3. Tráfico de Seres Humanos em Contextos Urbano e Rural 28

***CAPÍTULO II - ESTUDO EMPÍRICO* 30**

1. Objetivos e Questões de Investigação 30

2. Metodologia 30

2.1. Desenho de Investigação 30

2.2. Procedimentos de Obtenção dos Dados 31

2.3. Instrumento de Recolha de Dados 32

2.4. Procedimentos de Análise de Dados 34

***CAPÍTULO III - RESULTADOS* 36**

1. Conhecimento e Perceções sobre o Tráfico de Seres Humanos 36

1.1. Definição e compreensão do Tráfico de Seres Humanos 36

1.2. Fontes de Informação 37
1.3. Gravidade e Presença do Tráfico de Seres Humanos 38
1.4. Fatores estruturais que facilitam o Tráfico de Seres Humanos 39
2. Perfis e Dinâmicas do Tráfico de Seres Humanos 40
2.1. Caracterização das vítimas 40
2.2. Caracterização dos/as traficantes 43
2.3. Modus Operandi 44
3. Vivências e Experiências Relacionadas com o Tráfico de Seres Humanos 49
3.1. Experiências relatadas pelos/as participantes 49
4. Reações sociais, intervenção e políticas públicas 50
4.1. Conhecimento de respostas institucionais 50
4.2. Atitudes Comunitárias 52
4.3. Propostas de prevenção e intervenção 53
***CAPÍTULO IV - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS* 55**
***CONCLUSÃO* 67**
***BIBLIOGRAFIA* 70**
***ANEXOS* 79**
Anexo I- Consentimento Informado De Participação 79
Anexo II- Caracterização sociodemográfica da amostra do estudo 80
Anexo III- Dimensões de Análise e Guião de Entrevista 81
Anexo IV- Grelha de categorização temática utilizada na análise dos dados 84

INTRODUÇÃO

O crime organizado representa uma das maiores ameaças à segurança e ao bem-estar das sociedades, colocando em risco a estabilidade dos Estados, o progresso humano e os direitos fundamentais (Antonopoulos & Papanicolaou, 2018). A sua atuação manifesta-se de formas complexas e diversificadas, atravessando fronteiras e explorando vulnerabilidades sociais, económicas e políticas.

Entre as diversas tipologias criminais associadas ao fenómeno do crime organizado, o Tráfico de Seres Humanos (TSH) é considerado uma das atividades ilícitas mais lucrativas à escala global, a par do tráfico de droga, de armas e da criminalidade cibernética.

O TSH tem sido descrito pela literatura como uma nova forma de escravidão, onde as suas vítimas são sucessivamente torturadas, humilhadas e exploradas, com as suas necessidades e direitos fundamentais ignorados (Shelley, 2010). Segundo o Protocolo de Palermo (2000), o "Tráfico de pessoas significa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de poder ou à situação de vulnerabilidade, ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra, para fins de exploração. A exploração inclui, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, trabalho ou serviços forçados, escravidão ou práticas análogas à escravidão, servidão ou remoção de órgãos." (Protocolo de Palermo, 2000, Artigo 3.º, alínea a)).

O mais recente *Relatório Global sobre o Tráfico de Pessoas,* publicado pelo United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC, 2024) indica que, em 2022, o número de vítimas detetadas aumentou 25% face a 2019. Estes dados revelam não apenas um aumento dos níveis de deteção após a pandemia, mas também uma possível intensificação do fenómeno. No entanto, os números oficialmente registados continuam a representar apenas uma fração da realidade, dada a natureza encoberta e a elevada taxa de subnotificação associada ao TSH. Estima-se que, a nível mundial, milhões de pessoas continuem a ser traficadas anualmente para fins de exploração sexual, laboral, mendicidade forçada, ou para a prática de atividades criminosas sob coação (UNODC, 2024).

Esta forma de comércio atinge frequentemente os segmentos mais vulneráveis da sociedade, exacerbando desigualdades de género, raça, etnia e condição económica, desenvolvendo a sua atividade às margens da sociedade, o que dificulta a denúncia e deteção deste sistema altamente organizado. O TSH representa, assim, uma grave violação dos direitos humanos e causa consequências devastadoras, muitas vezes irreversíveis, para as vítimas (Trevisan & Sanchez, 2014).

Em Portugal, a problemática do TSH começou a ganhar maior visibilidade na década de 90, quando várias Organizações Governamentais (OGs) e Não-Governamentais (ONGs) começaram a lidar diretamente com este crime (Silva & Albano, 2011). Atualmente, o TSH é uma das grandes prioridades políticas e sociais no nosso país, dadas as suas proporções alarmantes, o que exige a adoção de medidas eficazes de combate e prevenção. No entanto, apesar do crescente reconhecimento do fenómeno, ainda são escassos os estudos que explorem

o modo como a população portuguesa compreende e reconhece este crime, especialmente em função dos contextos socioterritoriais onde se insere.

Assim, esta dissertação tem como objetivo analisar e identificar eventuais diferenças nas perceções sobre o TSH entre áreas urbanas e rurais em Portugal, procurando compreender os principais fatores contextuais que influenciam a consciencialização e o entendimento do fenómeno em ambos os contextos. Neste enquadramento, a presente dissertação está organizada em três principais capítulos. No Capítulo I, procede-se à revisão da literatura, com foco na conceptualização histórica e teórica do TSH, no seu enquadramento jurídico em Portugal, e nas dinâmicas associadas ao fenómeno, incluindo formas de recrutamento, transporte e exploração, bem como as características das vítimas e dos/as ofensores/as[1]. Será ainda explorada a diferença entre contextos urbanos e rurais, com base em estudos sobre criminalidade e exclusão social.
O Capítulo II foca-se na apresentação e descrição da metodologia do estudo, nomeadamente os objetivos, questões de investigação e os procedimentos de obtenção e análise dos dados.

Os Capítulos III e IV dedicam-se à apresentação e discussão dos resultados, respetivamente, evidenciando as suas implicações teóricas e práticas.

Por fim, a dissertação encerra com uma conclusão global, onde se sintetizam os contributos da investigação e se reafirma a relevância do tema para o contexto académico e social português, fazendo ainda referência às principais limitações do estudo e a sugestões para investigações futuras.

[1] Embora o termo "ofensor/as" possa ser utilizado de forma genérica, neste estudo adota-se preferencialmente a designação "traficante" para identificar a pessoa que recruta, transporta, transfere, aloja ou acolhe vítimas para fins de exploração, em conformidade com a definição legal de tráfico de seres humanos.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Tráfico de Seres Humanos: Conceptualização Histórica e Teórica

1.1. Surgimento do Tráfico de Seres Humanos

O Tráfico de Seres Humanos (TSH) é um fenómeno contemporâneo, impulsionado pela globalização[2] e pelos avanços tecnológicos (Cordeiro, 2019; Franko, 2019; Giddens, 1990), que têm contribuído significativamente para a sua disseminação ao facilitarem redes de tráfico transnacionais e a comunicação entre grupos criminosos (Landman & Silverman, 2019, Secchi et al., 2021). Embora o TSH tenha ganho destaque especialmente no período pós-Guerra Fria, as suas raízes estão profundamente ligadas à prática histórica da escravatura, que remonta à antiguidade (Fernandes, 2016). Atualmente, o TSH é amplamente reconhecido como uma forma de "escravatura moderna" (Burt, 2018; Ngwe & Elechi, 2012; Paraskevas, 2020), uma vez que perpetua mecanismos de exploração humana através da coerção, violência e privação da liberdade.

Estudos históricos (Bales, 2005; Miers, 2003) evidencia a existência de um mercado ativo de escravos nos impérios grego e romano, onde povos derrotados em guerras eram convertidos em mão-de-obra para atividades agrícolas e de manufatura, sustentando as economias destes impérios (Couto, 2012). Estas práticas de exploração, baseadas em sistemas de dominação e subjugação, apresentam semelhanças com as dinâmicas contemporâneas do TSH, que perpetuam estratégias de coerção e controlo para obter lucro à custa da liberdade e dignidade humanas.

Além da exploração laboral, a escravatura incluía também a exploração sexual de mulheres e jovens raparigas (Fernandes, 2016). Este padrão de exploração continuou a ser uma constante histórica, intensificando-se durante a Idade Média, especialmente com o advento das grandes expedições marítimas e do Colonialismo que ampliaram a escala e o alcance destas práticas (Couto, 2012).

Durante o período colonial, a escravatura atingiu proporções globais, especialmente na África Ocidental, onde Portugal desempenhou um papel central no comércio transatlântico de escravos – o tráfico negreiro – que envolvia um intercâmbio intensivo de bens, capitais e pessoas entre a Europa, África e a América (Cruz, 2015; Fernandes, 2016). Este comércio massivo de seres humanos sustentava o crescimento económico nas colónias e nas metrópoles, enquanto perpetuava estruturas de exploração profundamente desumanizadoras.

Nos séculos XVI e XVII, o surgimento do Liberalismo trouxe uma condenação moral crescente da escravatura. Este despertar de consciências fomentou o surgimento de movimentos abolicionistas, culminando na abolição legal da escravatura no século XIX (Couto, 2012; Tomich, 2017). No entanto, a escravatura continua a manifestar-se no mundo contemporâneo sob novas formas de exploração, como é o caso do TSH, que, apesar de ilegal, utiliza muitas das mesmas táticas de coerção e controlo que outrora definiram a escravatura (Fernandes, 2016).

[2] A globalização pode ser entendida como um processo histórico de crescente interdependência económica, política e cultural entre diferentes partes do mundo (Robertson, 1992), potenciado pelas tecnologias contemporâneas que intensificam as ligações entre indivíduos, independentemente da sua localização geográfica (Giddens, 1990).

No final do século XIX, o TSH, em particular o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, tornou-se um tema amplamente discutido em contextos políticos e sociais (Couto, 2012). A expressão "*white slave traffic*" referia-se ao transporte forçado de mulheres, muitas vezes oriundas da Europa, para bordéis em grandes centros urbanos, alimentando um mercado ilícito de prostituição (Bordonaro & Alvim, 2012). Este fenómeno tornou-se uma preocupação central em vários países, uma vez que envolvia a exploração sexual de mulheres sob falsas promessas de trabalho ou casamento, num contexto de crescente migração global.

Apesar dos esforços políticos e sociais no final do século XIX, foi na década de 1980 do século XX que o debate sobre prostituição (voluntária e involuntária) ganhou maior visibilidade, impulsionado pelos movimentos feministas (Couto, 2012). Estes movimentos focaram-se nas conexões entre o tráfico de mulheres e a prostituição internacional, levando governos, OGs e ONGs a adotar medidas concretas para combater o crime e prestar apoio às vítimas (Couto, 2012).

A partir da década de 90, o TSH foi reconhecido como um fenómeno altamente globalizado (Hodge & Lietz, 2007; Ramina, 2013), deixando de ser visto apenas como uma questão que afetava as regiões mais desfavorecidas. Este reconhecimento teve um impacto direto no contexto português, onde o TSH passou a ser oficialmente tratado como uma preocupação de âmbito nacional. A crescente interligação entre os debates europeus sobre desigualdade de género, direitos humanos, migração e crime organizado reforçou a necessidade de políticas robustas para combater o TSH em Portugal (Lourenço et al., 2019). Dentre estas, destacam-se a implementação de planos nacionais específicos contra o TSH, a criação de equipas multidisciplinares para o apoio às vítimas e a formação contínua de profissionais da área.

1.2. Enquadramento Conceptual do Tráfico de Seres Humanos

Segundo o Protocolo de Palermo (2000), o "Tráfico de pessoas significa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de poder ou à situação de vulnerabilidade, ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra, para fins de exploração. A exploração inclui, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, trabalho ou serviços forçados, escravidão ou práticas análogas à escravidão, servidão ou remoção de órgãos." (Protocolo de Palermo, 2000, Artigo 3.º, alínea a)).

O TSH representa, por isso, uma forma contemporânea de escravidão, em que as vítimas são sistematicamente sujeitas a tortura, humilhação e exploração, com as suas necessidades físicas, emocionais e sociais completamente ignoradas (Shelley, 2010). Este comércio humano, profundamente hediondo, afeta de forma desproporcional os segmentos mais vulneráveis e marginalizados da sociedade, refletindo e perpetuando disparidades de género, raça, etnia e classe social. Trata-se, assim, de uma grave violação dos direitos humanos e da dignidade humana (Cordeiro, 2019; Trevisan & Sanchez, 2014). As consequências do TSH são profundamente devastadoras e, muitas vezes, prolongam-se ao longo da vida das pessoas que o

experienciam (Shelley, 2010), afetando ainda o desenvolvimento da economia global, ao permitir a circulação de capitais ilícitos pelo sistema financeiro mundial.

No domínio da legislação penal nacional, o TSH vem previsto no artigo 160.º Código Penal, sob a epígrafe "Tráfico de Pessoas", inserido no Capítulo IV[3], que trata dos crimes contra a liberdade pessoal. Deste modo, a configuração do crime de Tráfico de Seres Humanos exige a verificação de três elementos fundamentais: a *ação*, o *meio* e o *fim*. A *ação* refere-se ao ato de oferecer, entregar, recrutar, aliciar, transportar, alojar ou acolher pessoas. O *meio* refere-se à violência, rapto ou ameaça grave; ardil ou manobra fraudulenta, abuso de autoridade; aproveitamento de incapacidade psíquica ou de situação de especial vulnerabilidade da vítima. O *fim* refere-se à exploração sexual, exploração do trabalho, mendicidade, escravidão, extração de órgãos ou exploração de outras atividades criminosas.

Assim, o tipo legal de crime consubstancia o seguinte:

1 - *"Quem oferecer, entregar, recrutar, aliciar, aceitar, transportar, alojar ou acolher pessoa para fins de exploração, incluindo a exploração sexual, a exploração do trabalho, a mendicidade, a escravidão, a extração de órgãos ou a exploração de outras atividades criminosas:*

a) Por meio de violência, rapto ou ameaça grave;

b) Através de ardil ou manobra fraudulenta;

c) Com abuso de autoridade resultante de uma relação de dependência hierárquica, económica, de trabalho ou familiar;

d) Aproveitando-se de incapacidade psíquica ou de situação de especial vulnerabilidade da vítima; ou

e) Mediante a obtenção do consentimento da pessoa que tem o controlo sobre a vítima; é punido com pena de prisão de três a dez anos.

2 - *A mesma pena é aplicada a quem, por qualquer meio, recrutar, aliciar, transportar, proceder ao alojamento ou acolhimento de menor, ou o entregar, oferecer ou aceitar, para fins de exploração, incluindo a exploração sexual, a exploração do trabalho, a mendicidade, a escravidão, a extração de órgãos, a adoção ou a exploração de outras atividades criminosas.*

3 - *No caso previsto no número anterior, se o agente utilizar qualquer dos meios previstos nas alíneas do n.º 1 ou actuar profissionalmente ou com intenção lucrativa, é punido com pena de prisão de três a doze anos."*

Posto isto, para que se possa considerar a prática de um crime de TSH, torna-se necessário que se verifiquem os três elementos constitutivos da definição jurídico-penal previstos na legislação nacional – ou seja, o indivíduo deverá praticar qualquer uma das ações indicadas, utilizando um dos respetivos meios, e com vista a promover uma das diversas formas de exploração (Azad, 2019).

A pena para o crime de tráfico de pessoas, prevista no artigo 160.º do Código Penal, varia entre 3 e 10 anos de prisão, podendo ser agravada nos termos do n.º 4 do mesmo artigo, quando a conduta colocar em perigo a vida da vítima, for cometida com especial violência, por

[3] Este mesmo capítulo inclui o artigo 159.º, que criminaliza todas as formas de escravatura.

funcionário público, no âmbito de associação criminosa ou resultar no suicídio da vítima. A legislação portuguesa atribui particular relevo aos conceitos de exploração e coerção, abrangendo práticas como a exploração sexual, exploração do trabalho, mendicidade, escravidão, extração de órgãos, adoção ilegal e outras atividades criminosas (n.º 1 e 2). O crime pode verificar-se mesmo sem o uso de violência, bastando que o agente recorra, por exemplo, a ameaça, rapto, fraude, abuso de autoridade ou aproveitamento de situação de especial vulnerabilidade (n.º 1). Além disso, o consentimento da vítima é, em qualquer caso, juridicamente irrelevante, não excluindo a ilicitude do ato (n.º 8). Os números 5 a 7 do artigo 160.º preveem ainda penas para condutas associadas ao TSH, como o envolvimento ilícito em processos de adoção de menores, o uso dos serviços ou órgãos da vítima por terceiros com conhecimento da situação, e a ocultação ou destruição de documentos de identificação.

Embora o TSH seja um crime bem definido no quadro jurídico internacional e nacional, é frequentemente confundido com o auxílio à imigração ilegal (van Liempt, 2018). Para evitar esta confusão, é essencial clarificar as diferenças entre os dois crimes.

De acordo com o Protocolo Adicional contra o Tráfico Ilícito de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea, o auxílio à imigração ilegal consiste em "facilitar a entrada ilegal de uma pessoa num Estado Parte do qual essa pessoa não é nacional ou residente permanente, com o objetivo de obter, direta ou indiretamente, um benefício financeiro ou outro benefício material" (Protocolo contra o Tráfico Ilícito de Migrantes, 2000, Artigo 3.º, al. a)). Este crime viola os direitos do Estado, caracterizando-se pela entrada ilegal de migrantes noutro país, geralmente com o seu consentimento (Campana & Varese, 2016). Trata-se, assim, de uma transação comercial limitada no tempo, na qual o contrabandista obtém lucro ao facilitar essa entrada ilegal (Baird, 2016).

Por outro lado, o TSH constitui uma grave violação dos direitos humanos e da dignidade das vítimas (Cruz, 2015). Neste crime, as pessoas podem não consentir ou, se o fizerem, esse consentimento torna-se irrelevante quando meios coativos, como violência, fraude, manipulação ou abuso de vulnerabilidade, são utilizados para explorá-las (Campana & Varese, 2016). Ao contrário do auxílio à imigração ilegal, o TSH não requer a travessia de fronteiras, podendo ocorrer dentro do mesmo país. A relação entre o/a traficante e a vítima é contínua e marcada pela exploração, resultando num lucro prolongado para o/a traficante (Baird, 2016; Campana & Varese, 2016).

Uma das diferenças mais proeminentes entre os dois crimes é a questão da liberdade de vontade (Baird, 2016). No auxílio à imigração ilegal, o/a migrante consente na ação e essa relação termina com a travessia da fronteira. Já no TSH, as vítimas podem ser enganadas, manipuladas ou forçadas, sendo submetidas a um processo contínuo de exploração (Shelley, 2014). Contudo, é importante destacar que, em alguns casos, pessoas que inicialmente consentem em ser contrabandeados podem acabar por se tornar vítimas de tráfico humano, sendo posteriormente enganados ou explorados ao longo do processo (Baird, 2014).

Compreender estas distinções é crucial para evitar a identificação incorreta dos crimes e garantir que as vítimas de tráfico sejam tratadas como tal, e não como criminosos ou migrantes ilegais (Gallagher, 2010). A confusão entre ambos os crimes pode comprometer a aplicação da legislação e dificultar a proteção das vítimas (ONU, 2000), além de prejudicar a implementação

de medidas eficazes de prevenção e a condução de investigações apropriadas, desviando o foco das práticas de exploração e abuso presentes no TSH.

2. Características e Dinâmicas do Tráfico de Seres Humanos

O TSH constitui um dos negócios ilícitos mais lucrativos à escala global, o que o torna particularmente atrativo para os/as traficantes (Jones et al., 2011). Uma das suas características centrais reside na exploração sistemática da vulnerabilidade das vítimas – vulnerabilidade essa que, em regra, está fortemente relacionada com o contexto socioeconómico em que vivem, bem como com fatores individuais que acentuam a sua suscetibilidade ao tráfico (Cordeiro, 2019). Um exemplo paradigmático dessa dinâmica é a utilização de falsas ofertas de emprego aparentemente legítimas por parte de recrutadores, que visam explorar a posição frágil de potenciais vítimas (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV], 2013; Jones et al., 2011).

Neste sentido, o TSH caracteriza-se por um *modus operandi* altamente adaptável, dinâmico e muitas vezes invisível, moldado pelas especificidades do tipo de exploração visada, pelas vulnerabilidades contextuais e pelas oportunidades tecnológicas e legais disponíveis para os/as traficantes (Pardhoothman, 2015). À luz da sua definição legal, o TSH pode ser compreendido como um processo que se desenvolve em três fases principais: *recrutamento, transporte e exploração*.

No que diz respeito à fase do recrutamento, esta pode manifestar-se de diversas formas, dependendo dos fatores contextuais e da forma de exploração em questão, e variando de acordo com o perfil da vítima (Gomes & Silva, 2023). Os/as ofensores/as avaliam cuidadosamente as potenciais vítimas[4], identificando as suas vulnerabilidades económicas, sociais e emocionais, e exploram essas fragilidades através da apresentação de perspetivas irrealistas de uma vida melhor. As promessas feitas variam entre propostas de casamento, oportunidades de estudo no estrangeiro ou empregos bem remunerados (Fernandes et al., 2020; Gomes & Silva, 2023). Contudo, aquilo que é inicialmente prometido raramente se concretiza. As vítimas acabam por ser enganadas e coagidas a trabalhar em condições desumanas, acumulando dívidas associadas a despesas de subsistência e a custos inesperados, frequentemente impostos pelos próprios ofensores/as. Estas dívidas funcionam como instrumento de controlo, forçando as vítimas a permanecerem sob total submissão, numa relação de exploração contínua (Jones et al., 2011).

Note-se que, o contacto com as vítimas não se limita à manipulação direta. Este pode ocorrer também através de agências de emprego fraudulentas em anúncios de jornais ou da *internet,* de pessoas que já foram traficadas anteriormente; de recrutadores/as locais ou até de pessoas em quem as vítimas confiam (Gomes & Silva, 2023; Jones et al., 2011). Nestes contextos, os/as ofensores/as podem assumir diferentes personagens ou identidades – como a

[4] Depois de inseridas neste mercado, a probabilidade de fuga é bastante diminuída devido às barreiras linguísticas, à falta de documentação legal, ao medo que sentem e ao conhecimento limitado que possuem (Deshpande & Nour, 2013).

figura do "loverboy[5]" no caso do tráfico para fins de exploração sexual –, adotando comportamentos afetuosos e empáticos que visam criar envolvimento emocional e dependência da vítima. Esta estratégia procura despertar sentimentos de confiança e de ligação, tornando a manipulação mais eficaz (Aronowitz, 2009).

Com a constante evolução tecnológica, a internet tem-se tornado um dos meios mais utilizados pelos/as ofensores/as para a concretização deste crime, uma vez que grande parte da população tem atualmente acesso a dispositivos e redes sociais (Secchi et al., 2021). Através destas plataformas, os/as ofensores/as criam perfis falsos, publicam anúncios enganosos e interagem com pessoas vulneráveis que se encontram em situações socialmente precárias (Fernandes et al., 2020; Gomes & Silva, 2023). O principal objetivo é estabelecer uma relação de confiança, permitindo o uso de táticas de engano e manipulação para atrair as vítimas e coagi-las a envolverem-se em atividades contra a sua vontade. A dimensão global da internet e o seu acesso generalizado facilitam o alcance a um público alargado, incluindo adolescentes e jovens adultos/as, tornando o processo de recrutamento ainda mais eficiente do ponto de vista dos/as traficantes (Sokat, 2022).

Relativamente à fase do transporte, esta compreende todo o processo através do qual as vítimas são deslocadas desde o seu local de origem até ao destino final. Este destino pode situar-se no mesmo país onde ocorreu o recrutamento ou, em alternativa, em território estrangeiro (APAV, 2013; Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais [IEEI], 2012; Sokat, 2022). Os/as ofensores/as recorrem a uma diversidade de estratégias para garantir o transporte das vítimas para outros países. Entre os métodos mais comuns encontram-se o suborno a agentes das forças policiais e de controlo fronteiriço, bem como a obtenção de vistos legais – como vistos de estudante, de formação, de turismo ou de trabalho – que permitem às vítimas atravessar fronteiras de forma aparentemente legítima. Em alguns casos, são também utilizados documentos de identidade falsificados para facilitar a mobilidade transnacional (Greenbaum, 2014).

A vítima pode ser transportada pelos próprios/as recrutadores/as ou futuros/as exploradores/as, ou ainda deslocar-se sozinha, seguindo as orientações dos autores do crime (Sokat, 2022). Geralmente, estas viajam por via aérea, marítima ou terrestre (IEEI, 2012; Sokat, 2022; UNODC, 2022), e raramente por via ferroviária (Shelley, 2014). Os exemplos mais comuns são autocarros, carros e camiões para distâncias mais curtas e aviões para distâncias mais longas (Sokat, 2022). Além disso, também pode existir uma conjugação destes meios para que não sejam levantadas suspeitas e assim não haja detenções (IEEI, 2012).

As redes criminosas adaptam-se constantemente a contextos de vigilância reforçada, ajustando rotas, perfis falsos e intermediários para manter o fluxo de exploração (Freitas, 2021; Shelley, 2014). Por este motivo, torna-se igualmente relevante compreender a geografia do TSH, nomeadamente as rotas e os padrões de mobilidade transnacional. O Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (2012) identifica três rotas intercontinentais com maior prevalência na realidade europeia: Norte de África–Europa do Sul, América do Sul–Europa e Ásia–Europa. Com efeito, como principais países de origem temos a Ásia, América do Sul,

[5] Termo utilizado para descrever um método de recrutamento no tráfico de seres humanos, sobretudo para fins de exploração sexual, em que o ofensor seduz a vítima através de uma relação amorosa aparente, com o objetivo de a manipular emocionalmente e envolver em situações de exploração (Aronowitz, 2009).

África Ocidental e Europa Central e de Leste, especialmente países da ex-União Soviética (Freitas, 2021; Leite, 2022). Quanto aos países de destino, salientam-se a Europa Ocidental, Estados Unidos, algumas zonas da Ásia e Austrália, todos marcados por um elevado nível de industrialização (Leite, 2022). De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI, 2024), Portugal mantém-se, à semelhança de anos anteriores, como país de destino, seguido de país de origem e, por fim, como país de trânsito de vítimas de TSH, que provêm de diferentes continentes dos quais a América do Sul e Central têm um peso maioritário, seguindo-se da Ásia, África e do continente Europeu (RASI, 2024). A sua localização estratégica e a existência de fronteiras externas da União Europeia tornam o território nacional especialmente vulnerável a estas dinâmicas.

Após o transporte surge a exploração, sendo esta a última fase do ciclo do tráfico. O TSH assume uma variedade de formas de exploração, em que a característica mais comum é "a vítima ser obrigada a realizar uma ou mais atividades contra a sua própria vontade, através de ameaças ou outras formas de coação, tendo a sua liberdade de movimentos condicionada" (APAV, 2013, p.21). Neste sentido, para que melhor se possa compreender o fenómeno, torna-se crucial perceber alguns dos tipos de exploração a que as vítimas estão sujeitas, nomeadamente: i) exploração sexual; ii) exploração laboral; iii) mendicidade; iv) escravidão; v) extração de orgãos; vi) exploração de atividades criminosas; vii) adoção ilegal. Cada uma destas formas reflete dinâmicas específicas, mas interligadas, que são instrumentalizadas por redes de tráfico, visando maximizar os seus lucros à custa da dignidade humana.

A exploração sexual é uma das formas mais comuns de TSH e caracteriza-se pelo abuso de uma posição de vulnerabilidade das vítimas, frequentemente através de meios como ameaça, coerção, abuso de poder ou de confiança, com o objetivo de submeter as vítimas a atos de natureza sexual contra a sua vontade, como prostituição, pornografia, turismo sexual, entre outros[6] (Couto & Machado, 2010), "incluindo, mas não exclusivamente, a obtenção de benefícios financeiros" (APAV, 2013, p.21).

A exploração laboral, por sua vez, refere-se a "todo o trabalho ou serviço que é exigido a qualquer indivíduo sob ameaça de qualquer castigo e para o qual este não se tenha oferecido de livre vontade" (artigo 2º da Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho); (APAV, 2013; Cordeiro, 2019).

A mendicidade é outra forma de exploração frequentemente associada ao TSH. Embora a mendicidade, enquanto prática isolada, não seja ilegal, torna-se criminosa quando é forçada e coerciva. Nestes casos, pessoas e redes criminosas exploram as suas vítimas, muitas vezes crianças ou pessoas em situações de extrema vulnerabilidade, para obter lucros através de donativos recolhidos na via pública. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) define esta prática como trabalho forçado, destacando a desumanidade inerente à exploração de pessoas que mendigam sob ameaça ou violência (Leite, 2022).

A escravidão constitui também uma das formas mais extremas de exploração e é definida, no artigo 159.º do Código Penal, como a conduta de "reduzir outra pessoa ao estado

[6] Não raras vezes, a prostituição e o tráfico para fins sexuais são tidos, equivocamente, como sinónimos. A prostituição, enquanto atividade laboral, pode ser exercida voluntariamente por indivíduos que escolhem esta profissão. Por outro lado, o tráfico para fins sexuais envolve vítimas que são coagidas ou forçadas a participar em atividades sexuais contra a sua vontade (Deshpande & Nour, 2013).

ou à condição de escravo, ou alienar, ceder, adquirir pessoa ou dela se apossar com a intenção de a manter na condição de escravo". Esta modalidade foi incluída no domínio do TSH como uma forma de exploração para poder permitir a criminalização de atos como o transporte e o aliciamento de pessoas com o objetivo de escravizá-las (Cordeiro, 2019). Apesar de ilegal em todos os países do mundo, a escravidão moderna persiste sob diferentes formas, sendo muitas vezes invisibilizada nos sistemas legais e económicos.

A extração de órgãos é uma prática particularmente grave, na qual as vítimas são submetidas à remoção não consentida de órgãos que, no caso de TSH, tem como finalidade a venda clandestina no mercado negro de transplantes. Columb (2014) e Terwilliger (2021) sublinham que esta forma de exploração envolve redes transnacionais que operam de forma altamente organizada, atravessando fronteiras e desafiando os mecanismos de controlo legal.

Finalmente, a adoção ilegal representa uma forma de exploração que afeta, sobretudo, crianças e jovens. Este fenómeno envolve o aliciamento e transporte das vítimas, com ou sem o consentimento dos seus pais, a fim de submetê-las a processos de adoção que não respeitam as formalidades legais. Wang et al. (2018) apontam que o tráfico para adoção ilegal constitui uma ameaça significativa para a coesão social, resultando frequentemente em tragédias familiares e na perpetuação de redes criminosas.

Importa sublinhar que, na chegada ao país ou local de destino, as vítimas deparam-se com uma realidade que contraria completamente as promessas inicialmente feitas. Muitas vezes, os/as ofensores/as apropriam-se dos documentos de identificação, deixando as vítimas numa situação de total dependência e isolamento. Esta prática de controlo facilita a exploração, pois impede que as vítimas fujam, procurem ajuda ou se libertem da rede criminosa. Conforme o tipo de exploração, as vítimas são coagidas a praticar atos com os quais não consentem, sujeitas a jornadas exaustivas, abusos e à privação da sua liberdade de escolha e movimento (Sousa, 2024).

O objetivo principal de todas estas formas de exploração é gerar rendimento económico através de vários setores de atividade, tais como a agricultura e horticultura; empresas têxteis; mineração; trabalho de assistência ao domicílio; indústria de limpezas; hotelaria; indústria de construção; indústria do sexo e do lazer; atividades ilícitas (como prostituição forçada, mendicidade forçada, tráfico de drogas), entre muitos outros (UNODC, 2022). Estes setores apresentam inúmeros desafios para a inspeção do trabalho e para as organizações responsáveis por assegurar o cumprimento da legislação, bem como para aquelas que prestam assistência às vítimas. Tais dificuldades decorrem da dificuldade em monitorizar as atividades devido à elevada rotatividade de trabalhadores, frequentemente associada à natureza sazonal do trabalho, a acordos complexos de subcontratação e à constante mudança dos locais onde estas atividades ocorrem, o que dificulta a identificação de vítimas deste tipo de criminalidade (Andrees, 2009).

Apesar dos avanços em matéria legislativa e da crescente atenção política e mediática ao fenómeno, persistem lacunas significativas no conhecimento público sobre o TSH (Cunha et al., 2022a; Cunha et al., 2022b; Fernandes et al., 2020). Por exemplo, Fernandes et al. (2020) realizaram um estudo, em Portugal, com o intuito de analisar a representação que os/as estudantes universitários/as portugueses fazem das vítimas e dos/as traficantes de seres humanos. Para este fim, recorreram a inquérito por questionário a uma amostra de 199 participantes. Os resultados mostram que parte da população desconhece o papel de Portugal

enquanto país de destino, origem e trânsito de vítimas. Além disso, verificou-se uma subvalorização do impacto das tecnologias digitais, como as redes sociais, no recrutamento de vítimas. Este facto é particularmente surpreendente, considerando a era digital em que vivemos, onde a *internet* é um facilitador de contactos entre recrutadores/as e as suas potenciais vítimas, promovendo o desenvolvimento de redes nacionais e internacionais de recrutamento e exploração humana, enquanto elimina barreiras de distância física.

Adicionalmente, outros estudos (Cunha et al., 2022a; Cunha et al., 2022b) indicam que, embora exista alguma consciência quanto às estratégias utilizadas pelos/as ofensores/as, persiste uma dificuldade em distinguir o TSH de outras dinâmicas, como a imigração ilegal, o que pode comprometer a identificação de casos e a eficácia das respostas.

3. Características das Vítimas e dos/as Ofensores/as

3.1. Vítimas

As características das pessoas traficadas são diversas, variando significativamente em termos de idade, género, nacionalidade e contexto socioeconómico. Contudo, certos fatores específicos aumentam substancialmente o risco de vitimização, tais como a pobreza extrema, a discriminação, a falta de acesso à educação, o desemprego, a instabilidade política e social, os conflitos armados e as catástrofes naturais (Green et al., 2023; IEEI, 2012). Muitas vítimas encontram-se em situações de vulnerabilidade acentuada, sobretudo nos domínios económico e familiar, o que gera um desejo intenso de melhorar as suas condições de vida e de procurar melhores oportunidades (Neves, 2011; RASI, 2022). Esse anseio por mobilidade social e económica leva frequentemente a decisões fundamentadas em expectativas irrealistas, muitas vezes alimentadas por promessas enganosas de empregadores ou redes criminosas. Diversos autores destacam que a pobreza, a marginalização social e a ausência de alternativas credíveis constituem fatores estruturais que aumentam a suscetibilidade dessas pessoas à exploração (Green et al., 2023; Pascual-Leone et al., 2017). A maioria das vítimas pertence a grupos com baixos rendimentos e limitado acesso à educação ou ao mercado de trabalho formal, sendo frequentemente alvo de discriminação baseada na origem étnica ou no género (Portes, 1981; Washburn et al., 2022). Também a limitação de oportunidades, associada a históricos de abuso ou negligência, problemas de saúde mental, ausência de redes de apoio ou inserção em comunidades marcadas por violência e desorganização social, amplia a vulnerabilidade destas pessoas (Pascual-Leone et al., 2017; Pérez, 2016). Este cenário propicia a aceitação de propostas de trabalho em condições precárias ou não esclarecidas, muitas vezes fora do país de origem, que resultam num processo de exploração profundamente degradante. A decisão de migrar, ainda que motivada por aspirações legítimas, converte-se, nestes casos, num percurso de vitimização, culmina frequentemente em situações de coerção, abuso e dependência.

Embora os homens também sejam alvo de tráfico, com uma crescente deteção nas últimas décadas, especialmente para fins de criminalidade forçada ou formas mistas de exploração, as mulheres continuam a ser particularmente afetadas pela exploração sexual, sendo frequentemente identificadas como as principais vítimas deste tipo de tráfico (UNODC, 2022). O Relatório Global sobre o Tráfico de Pessoas, publicado em 2024 pelo UNODC, refere que as redes de tráfico tendem a utilizar formas de exploração independentemente do sexo das vítimas.

As formas mais comuns identificadas são o trabalho forçado (42%) e a exploração sexual (36%[7]). Das 202.478 pessoas identificadas entre 2020 e 2023, a maioria é oriunda da África Subsaariana, seguida do Norte de África e Médio Oriente, Europa Ocidental e Meridional, Europa Central e Sudeste, Europa de Leste e Ásia Central, Ásia e América. Cerca de 61% são do sexo feminino (39% mulheres e 22% raparigas) e 39% do sexo masculino (23% homens e 16% rapazes). O relatório também evidencia que 64% das mulheres e 28% das raparigas foram traficadas para fins de exploração sexual, enquanto 47% dos homens e 20% dos rapazes foram explorados através do trabalho forçado. É importante reconhecer que estas tendências internacionais podem apresentar variações significativas conforme o contexto nacional que se pretende analisar. Por exemplo, embora a maioria das vítimas identificadas a nível global sejam mulheres, em Portugal predominam os homens adultos traficados para fins de exploração laboral[8] (RASI, 2024).

A literatura (Aronowitz, 2001; Villacampa, 2024) tem também vindo a explorar os diferentes níveis de vitimização experienciados pelas pessoas traficadas, sublinhando a diversidade de trajetórias que conduzem à exploração. Villacampa (2024) propõe uma tipologia composta por quatro situações distintas. A primeira corresponde a casos de rapto, em que a entrada no circuito do tráfico ocorre de forma totalmente coerciva, sem qualquer possibilidade de escolha por parte da vítima. A segunda situa-se num registo de engano, em que as vítimas apenas tomam consciência da situação de exploração após chegarem ao destino ou confrontarem-se com as reais condições de trabalho. A terceira refere-se a situações em que as vítimas tinham conhecimento do setor em que iriam exercer atividade, mas desconheciam as condições concretas, frequentemente abusivas, em que essa atividade seria desempenhada. Por fim, a quarta situação inclui casos em que as vítimas estavam conscientes de que iriam trabalhar em condições difíceis ou precárias, mas não antecipavam o grau extremo de exploração e controlo a que seriam sujeitas.

Além disso, os impactos físicos e psicológicos do tráfico são profundamente devastadores. Diversos estudos indicam que as vítimas de tráfico frequentemente desenvolvem perturbações de stress pós-traumático, problemas de saúde variados e ideação suicida (Dell et al., 2019; Kiss & Zimmerman, 2019). Estas consequências tendem a agravar-se quando, após o resgate, as vítimas experienciam vitimização secundária – ou seja, são submetidas a novos traumas pelas próprias instituições encarregadas da sua proteção. As interações com os órgãos de polícia criminal (OPC), que por vezes se revelam marcadas por insensibilidade, hostilidade ou desumanização, alimentam um sentimento de desamparo e desconfiança, comprometendo significativamente o processo de recuperação (Farrell & Pfeffer, 2014; Heath-Kelly, 2013; Pérez, 2016). Acresce que, em muitos casos, as vítimas são sujeitas a estratégias de manipulação afetiva por parte dos/as traficantes – como promessas de amor, dependência emocional ou falsas relações de confiança – que dificultam o reconhecimento da sua própria condição de exploração e comprometem a perceção da vitimização (Weitzer, 2015). O contexto de exploração pode ser

[7] Em 2022, a percentagem do total de vítimas detetadas traficadas para exploração laboral ultrapassou a do tráfico para exploração sexual, que representava anteriormente a maior percentagem de vítimas detetadas (UNODC, 2024).

[8] Setores como construção civil, agropecuária, indústria têxtil, restauração, atividades desportivas, trabalho doméstico, mas principalmente na agricultura, em explorações sazonais. (RASI, 2024).

interpretado por estas pessoas como sendo preferível à situação anterior, o que dificulta o reconhecimento do abuso e cria, em certos casos, uma ligação emocional ou dependente em relação ao ofensor/a (Bajrektarevic, 2000). Essa relação de dependência, profundamente enraizada na vulnerabilidade económica, emocional ou social da vítima, tende a contribuir para a apresentação de queixa às autoridades competentes (Churakova & van der Westhuizen, 2019; Winterdyk & Jones, 2020). Como resultado, o processo de identificação das vítimas e responsabilização dos agressores torna-se mais complexo e demorado.

Apesar da complexidade e gravidade associadas ao fenómeno do TSH, a perceção global da sociedade sobre este problema tende a ser incompleta ou distorcida, ignorando muitas vezes as suas múltiplas dimensões e impactos. Em Portugal, estudos sobre as perceções relativas às vítimas de TSH têm demonstrado que persistem ideias preconcebidas e desconhecimento quanto à diversidade dos perfis das pessoas traficadas. Por exemplo, Cunha et al. (2022a), Fernandes et al. (2020) e Moreira (2017) identificaram perceções desajustadas sobre quem pode ser vítima deste crime, revelando limitações no conhecimento da população portuguesa relativamente ao fenómeno. No estudo de Moreira (2017), com 197 participantes – maioritariamente com formação superior –, foi utilizada a Escala de Crenças sobre o Tráfico de Seres Humanos com o objetivo de avaliar o conhecimento e as perceções dos inquiridos em relação ao TSH, abordando dimensões como a caracterização do fenómeno, as características das vítimas e dos/as ofensores/as, o enquadramento legislativo e a ocorrência do TSH em Portugal. Os resultados mostraram que mais de metade (54,8%) apresentava perceções desajustadas sobre o fenómeno. Destaca-se que 79% dos/as participantes acreditavam que os homens não poderiam ser vítimas de exploração sexual, evidenciando falhas nas campanhas de sensibilização quanto à diversidade dos perfis das vítimas. Além disso, cerca de 80% desconheciam que o TSH é crime em Portugal desde 2007, o que poderá comprometer a denúncia em casos reais. Curiosamente, os/as participantes com profissões indiferenciadas apresentaram perceções mais ajustadas face aos de profissões diferenciadas e estudantes. Ainda assim, a maioria (95,4%) reconheceu que o TSH constitui uma grave violação dos direitos humanos, causando danos profundos nas pessoas afetadas.

De forma complementar, também o estudo de Fernandes et al. (2020) analisou as perceções de estudantes universitários/as sobre as vítimas e ofensores/as de TSH. A amostra, composta por 199 participantes, respondeu a um questionário que revelou uma representação estereotipada das vítimas, descritas como mulheres jovens, estrangeiras, vulneráveis e em situações de pobreza extrema. Apenas 19 participantes consideraram que qualquer pessoa pode ser vítima, independentemente das suas características, e alguns confundiram o TSH com imigração ilegal. Estes dados reforçam a necessidade de consciencialização sobre a complexidade do fenómeno e a correção de ideias erradas que dificultam a identificação de situações reais.

Por fim, Cunha et al. (2022a) realizaram um estudo que teve como objetivo avaliar a perceção de 48 profissionais portugueses (36 psicólogos e 12 assistentes sociais) sobre o TSH. Através de um inquérito online, composto por três partes e concebido para avaliar o nível de conhecimento destes/as profissionais sobre o fenómeno, os/as autores/as concluíram que os resultados reforçam a visão predominante de uma vítima proveniente de contextos socioeconómicos desfavorecidos. No entanto, poucos/as participantes mencionaram os

impactos psicológicos do tráfico, como a depressão ou a perturbação de stress pós-traumático, o que revela lacunas significativas na compreensão das consequências que o tráfico acarreta para as vítimas.

3.2. Ofensores/as

As características dos/as ofensores/as revelam que a maioria são homens que atuam em grupos criminosos organizados (74%) e que, frequentemente, mantêm algum tipo de relação próxima com as vítimas, como familiares, namorados/as, vizinhos/as ou amigos/as (UNODC, 2024). Contudo, os/as ofensores/as também podem ser pessoas completamente desconhecidas das vítimas, que as aliciam através de falsas agências de emprego ou viagens, recorrendo tanto a agências fictícias como a estruturas legalmente estabelecidas (IEEI, 2012; UNODC, 2024), criando nelas a expectativa de uma melhor qualidade de vida. A literatura (Cunha et al., 2022b; Vocks & Nijboer, 2000) mostra que os/as ofensores/as podem ter origens, percursos e perfis muito diversos, podendo partilhar a mesma nacionalidade, língua ou até residência e laços familiares com as vítimas (Vocks & Nijboer, 2000). Isto significa que o/a ofensor/a pode ser qualquer pessoa – desde alguém com um estilo de vida discreto, até pessoas socialmente integradas e com cargos de influência. Em determinados casos, trata-se de pessoas que já foram vítimas de tráfico e que, posteriormente, assumiram o papel de traficantes, por coerção, sobrevivência ou ganhos próprios (Sousa, 2024). De acordo com o *Relatório da UNODC* (2024), a maioria dos/as investigados/as, processados/as e condenados/as por tráfico de pessoas são homens (70%). Ainda assim, verifica-se uma presença significativa de mulheres (28%), cuja participação tem vindo a aumentar. O envolvimento das mulheres na perpetração do tráfico de pessoas varia em função da estrutura das organizações criminosas, sendo que a maioria dos casos envolvendo grupos organizados revelou a existência de redes compostas por homens e mulheres, frequentemente parceiros íntimos (UNODC, 2024).

Os papéis desempenhados pelas mulheres podem divergir significativamente dos homens. Algumas, especialmente as envolvidas no tráfico para exploração sexual, poderão ter sido anteriormente vítimas. Noutros casos, as mulheres são controladas por um traficante masculino, muitas vezes no contexto de uma relação íntima, o que lhes confere uma capacidade limitada de decisão e de controlo sobre as suas próprias vidas, ficando restritas a papéis marginais dentro da organização. Ainda assim, há situações em que ocupam cargos de maior responsabilidade, podendo ser proprietárias ou gestoras dos locais onde ocorre a exploração (UNODC, 2024). Independentemente do género, os/as traficantes tendem a exibir uma atitude de posse e controlo sobre as vítimas, exercendo o poder de forma a manter a sua dominação (Terwilliger, 2021).

As pessoas envolvidas neste tipo de criminalidade podem desempenhar papéis em diferentes fases do processo de TSH (recrutamento, transporte e exploração) e, muitas vezes, são motivadas por fatores de ordem financeira e económica (Couto & Machado, 2010; Fernandes et al., 2020; McAdam & Gerasimov, 2022). Existem, inclusive, diferentes níveis de envolvimento no tráfico, permitindo agrupar os/as ofensores/as em três grandes categorias: i) aqueles/as que operam ao nível macro, integrados/as em redes transnacionais de crime organizado, com estruturas complexas e operações transfronteiriças bem definidas; ii) os/as que

atuam ao nível intermédio, geralmente em redes locais ou regionais, com algum grau de organização, mas menos estruturadas; iii) e os/as ofensores/as a nível micro, que operam individualmente ou em pequenos grupos, visando normalmente pessoas do seu círculo próximo (Surtees, 2008b).

Estudos sobre perceções relativas aos/às ofensores/as de TSH em Portugal têm demonstrado que subsistem ideias desajustadas e lacunas de conhecimento, mesmo entre profissionais especializados. Por exemplo, Cunha et al. (2019) realizaram um estudo sobre perceções em relação ao TSH entre 446 profissionais portugueses das áreas do serviço social e do sistema de justiça. Através de um inquérito *online,* os resultados revelaram que, apesar de os/as participantes demonstrarem um bom nível de conhecimento relativamente às finalidades do tráfico e à sua caracterização enquanto fenómeno criminoso, persistem lacunas no que diz respeito ao perfil dos/as ofensores/as, à dinâmica criminal, ao perfil das vítimas e às respostas sociais existentes para o combate ao fenómeno. Em particular, 54,94% dos/as inquiridos/as desconheciam que os/as ofensores/as podem ser pessoas próximas das vítimas; 29,15% não sabiam que mulheres podem estar envolvidas no tráfico de pessoas; e 22,87% não estavam cientes de que os/as ofensores/as atuam frequentemente fora do seu país de origem. Estas lacunas comprometem a identificação de traficantes estrangeiros/as em Portugal e podem dificultar o acesso das vítimas a apoio adequado. Verificou-se ainda que os/as profissionais com formação específica sobre o tema demonstravam maior conhecimento do que aqueles/as sem formação, sendo que os/as profissionais da área social evidenciavam maior preparação do que os/as da área da justiça. Estes resultados sublinham a importância da formação profissional como medida eficaz no combate ao TSH, dado que qualquer profissional que entre em contacto com potenciais vítimas precisa de estar devidamente capacitado.

Num estudo subsequente, os mesmos autores (Cunha et al., 2022b) analisaram a perceção da polícia portuguesa relativamente ao TSH e aos envolvidos neste crime, com base numa amostra de 325 elementos da Guarda Nacional Republicana (GNR) e da Polícia de Segurança Pública (PSP). Os/as participantes responderam ao inquérito online *Human Trafficking Knowledge Survey*, tendo descrito o/a ofensor/a típico como um homem psicologicamente instável, hábil em conquistar a confiança da vítima, próximo desta, socialmente qualificado, com acesso a recursos financeiros, envolvido em atividades criminosas como falsificação de documentos, o que facilita o tráfico, e pertencente a redes criminosas em operação (Cunha et al., 2022b). A maioria reconheceu também a possibilidade de envolvimento de mulheres no papel de ofensoras, em consonância com os dados estatísticos mais recentes (UNODC, 2024). Muitos/as descreveram ainda os/as ofensores/as como pessoas com traços psicopáticos, ambiciosos ou emocionalmente perturbados. Embora não exista uma relação direta entre instabilidade mental e criminalidade, algumas investigações indicam que certos ofensores apresentam histórico de problemas psicológicos (Cunha et al., 2022b).

Estes dados reforçam a ideia de que o acesso à informação, seja de forma formal ou informal, contribui para perceções mais ajustadas relativamente às características dos/as ofensores/as. Este achado, comum a todos os estudos referidos, evidencia a necessidade de investir em meios complementares de divulgação, como palestras em instituições de ensino ou campanhas nos meios de comunicação, de modo a aumentar o conhecimento público e profissional sobre este fenómeno criminal.

4. Dinâmicas da Criminalidade em Contextos Urbanos e Rurais

4.1. Características diferenciadoras dos ambientes Urbanos e Rurais

A distinção entre o meio urbano e o meio rural tem sido debatida na literatura académica, sendo muitas vezes difícil estabelecer uma separação clara entre eles (Halfacree, 2017). A visão tradicional baseia-se na ideia de que os/as residentes urbanos/as habitam áreas densamente povoadas, caracterizadas por maior complexidade social e económica, enquanto os/as residentes rurais vivem em espaços menos povoados, com estruturas sociais mais simples e economias centradas na agricultura (Wirth, 1938). No entanto, essa diferenciação tem-se tornado cada vez menos evidente devido ao impacto da globalização, das melhorias nos transportes e da disseminação das tecnologias de comunicação, que reduziram as barreiras físicas e culturais entre esses espaços (Brown et al., 2004).

Apesar dessa convergência, as diferenças entre os ambientes urbanos e rurais permanecem evidentes em diversos aspetos, incluindo a demografia, o acesso a serviços e infraestruturas, as condições económicas e as características socioculturais (Briddell, 2009; Galston & Baehler, 1995; Stauber, 2001). As áreas rurais tendem a apresentar maior homogeneidade populacional, com menor diversidade racial e cultural em comparação com os centros urbanos, que são marcados pelo cosmopolitismo e por uma oferta mais ampla de oportunidades económicas, educacionais e culturais (Johnson & Lichter, 2019). Além disso, alguns estudos (Galston & Baehler, 1995; Stauber, 2001) indicam que as áreas rurais registam, em média, taxas mais elevadas de pobreza e desemprego, rendimentos mais baixos e menores níveis de escolaridade quando comparadas com as áreas urbanas. A economia rural continua fortemente dependente dos setores primário e secundário, com predominância de empregos na agricultura e na manufatura, enquanto os centros urbanos concentram postos de trabalho no setor terciário, com uma economia orientada para o comércio, a tecnologia e cargos de gestão, exigindo, frequentemente, maior qualificação profissional (Briddell, 2009; Brown et al., 2004; Halfacree, 2017).

O acesso a serviços essenciais também evidencia disparidades significativas entre os meios rural e urbano (Briddell, 2009). A escassez de infraestruturas nas zonas rurais pode condicionar a prestação de cuidados de saúde especializados, afetar a resposta a emergências e limitar o acesso a recursos educativos, jurídicos e sociais (Arcury et al., 2005; Brown et al., 2004; Johnson, 2006). Já os centros urbanos, apesar de concentrarem serviços e recursos, enfrentam desafios próprios relacionados com a sobrecarga dos sistemas públicos e a desigualdade socioespacial

No plano demográfico, o crescimento populacional nas áreas rurais tem sido mais lento, em grande parte devido à emigração de jovens adultos/as para os centros urbanos em busca de melhores oportunidades (Johnson, 2006). Esse êxodo resulta numa população mais envelhecida e numa menor diversidade racial nas regiões rurais, embora existam variações conforme o contexto geográfico e socioeconómico (Brown & Cromartie, 2004; Johnson, 2006). Em termos culturais e políticos, a literatura (Johnson & Beale, 1995; Scala & Johnson, 2017) sugere que as populações rurais tendem a adotar valores mais conservadores e a demonstrar maior apoio a candidatos/as alinhados com essas ideologias, em contraste com a maior diversidade de

perspetivas existente nos ambientes urbanos. Estas diferenças podem ser explicadas pela composição demográfica, pela influência de redes comunitárias mais rígidas e pelo acesso assimétrico à informação.

Estas características estruturais dos contextos urbano e rural influenciam também as dinâmicas da criminalidade. A densidade populacional, o ritmo acelerado da vida urbana e o maior grau de anonimato podem facilitar a ocorrência de certos tipos de criminalidade e dificultar o controlo social informal. Já nos meios rurais, a menor presença de instituições formais e o isolamento geográfico dificultam a deteção, prevenção e resposta a comportamentos ilícitos. Adicionalmente, a proximidade entre os membros da comunidade pode desencorajar a denúncia de crimes, por receio de represálias ou estigmatização (Johnson & Beale, 1995; Scala & Johnson, 2017).

4.2. Comparação entre Criminalidade Rural e Criminalidade Urbana

Apesar da escassez de estudos focados especificamente nas distinções entre criminalidade rural e urbana, a literatura tem demonstrado de forma consistente que as áreas rurais, na maioria dos países, tendem a apresentar taxas de criminalidade mais baixas do que as urbanas (Ceccato, 2015; Kaylen et al., 2019; Mawby, 2015). Esta perceção, consolidada ao longo do século XX, é ilustrada por Quinney (1966), que destacou a criminalidade rural como sistematicamente mais baixa, associando o fenómeno da urbanização a um potencial aumento dos índices criminais.

Contudo, menores taxas de criminalidade não significam ausência de crimes, nem implicam que as áreas rurais sejam apenas menos densamente povoadas do que as cidades. Pelo contrário, as áreas rurais possuem especificidades culturais, sociais e económicas próprias, como a baixa densidade populacional, o isolamento geográfico, a escassez de recursos policiais e judiciais, a proximidade entre os membros da comunidade e uma maior tendência para a resolução informal de conflitos, que impactam profundamente a natureza e a dinâmica dos delitos (Ceccato, 2015). Estudos como os de Cebulak (2004) apontam que, em determinados contextos, a criminalidade rural pode, inclusivamente, aumentar, em contraste com a tendência de diminuição observada nas áreas urbanas. Esta aparente contradição pode ser compreendida à luz desses mesmos fatores estruturais e sociais previamente identificados. A supervisão policial em zonas rurais, por exemplo, é frequentemente menos rigorosa do que nas cidades, devido à menor presença de agentes, ao isolamento geográfico e à dificuldade de patrulhamento eficaz (Leonard & More, 2000). A falta de recursos e a extensão dos territórios rurais tornam a prevenção e a resposta ao crime mais desafiantes, permitindo que determinadas infrações passem despercebidas ou sejam tratadas de forma mais permissiva. Este cenário é agravado pela escassez de recursos destinados ao sistema de justiça nas áreas rurais, onde frequentemente há serviços que muitas vezes atuam em regime de tempo parcial, dificultando uma resposta rápida e eficaz ao crime (Abrahams & Jewkes, 2010; Ceccato & Dólmen, 2011). Além disso, o fenómeno da proximidade social entre polícia, vítimas e suspeitos pode dificultar a aplicação imparcial da lei, o que pode acabar por levar, muitas vezes, à prática do "*comity*" (cortesia ou condescendência judicial) – termo que, neste contexto, designa uma tendência para a resolução informal de conflitos e aplicação seletiva da lei, baseada em relações pessoais de proximidade

e confiança. Esta abordagem, discutida por Neubauer (2002), compromete a imparcialidade do sistema de justiça e favorece a subnotificação de crimes, contribuindo para a manutenção de práticas de impunidade, onde determinados delitos não são devidamente investigados ou punidos. Este contexto é agravado pela maior desconfiança das comunidades rurais em relação às autoridades, o que contribui para investigações mais lentas e menos eficazes (Neubauer, 2002).

A falta de anonimato em pequenas comunidades constitui outro obstáculo relevante à denúncia de crimes. A proximidade entre os/as residentes pode gerar receios de retaliação ou exclusão social, levando à resolução informal de conflitos ou à omissão deliberada de denúncias (Abrahams & Jewkes, 2010; Ceccato & Dólmen, 2011). Um dos principais obstáculos à previsão de tendências e padrões criminais é a subnotificação de crimes à polícia, sobretudo em áreas rurais. Embora a gravidade do crime seja um fator determinante na decisão de denúncia, a subnotificação tende a ser mais acentuada em contextos rurais, onde fatores culturais – como a perceção de que certos delitos são "assuntos privados" e o medo do ostracismo ou da desonra – reduzem significativamente a disposição dos/as residentes para relatar ocorrências (Abrahams & Jewkes, 2010).

A suposição de que a densidade populacional está diretamente relacionada com níveis mais elevados de criminalidade não se verifica de forma uniforme para todos os tipos de crime (Battin & Crowl, 2017; Kadar et al., 2019; Wells & Weisheit, 2004). Por exemplo, Battin e Crowl (2017) identificaram uma correlação negativa entre densidade populacional e crimes contra a propriedade, enquanto, no caso dos crimes violentos, essa relação revelou-se estatisticamente não significativa. Por sua vez, Wells e Weisheit (2004) demonstraram que áreas fortemente não metropolitanas podem apresentar níveis de variabilidade criminal iguais ou superiores aos registados em regiões urbanas, sublinhando a complexidade e a heterogeneidade dos contextos rurais. Adicionalmente, os esforços para prever padrões criminais têm enfrentado obstáculos em zonas com baixa densidade populacional, em virtude da distribuição irregular da criminalidade nesses territórios (Kadar et al., 2019).

No plano internacional, a comparação entre países também revela variações. Nos EUA, embora as taxas de crimes violentos e contra a propriedade tenham diminuído nas áreas metropolitanas, os declínios foram menos expressivos em zonas rurais, com algumas a registarem aumento de violência não letal (Barnett & Mencken, 2002; Park & Stokowski, 2009; Ruddell et al., 2017). Em países como Austrália e Canadá, certas regiões rurais apresentam taxas de crimes violentos e contra a propriedade superiores às de algumas áreas urbanas (Barclay, 2017; Rudell & Lithopoulos, 2016; Tyler, 1998).

A ideia de convergência entre o meio urbano e rural tem sido discutida por autores como Fischer (1980), que sugeriu que a influência da massificação – entendida como a influência dos meios de comunicação de massa, dos transportes e dos sistemas de media – diminuiria as diferenças criminais entre os dois contextos. No entanto, os dados entre 1955 e 1975 apontam para um aumento mais acentuado de crimes violentos nas cidades, mantendo a distinção em relação às áreas rurais. Ainda assim, investigações mais recentes (Bachman, 1992; Ceccato & Dólmen, 2011) sublinham que os contextos rurais continuam expostos a crimes específicos que afetam particularmente grupos vulneráveis, reiterando a necessidade de abordagens diferenciadas, sensíveis às especificidades locais.

4.3. Tráfico de Seres Humanos em Contextos Urbano e Rural

O TSH manifesta-se de formas diferenciadas nos contextos urbano e rural, refletindo assimetrias estruturais, sociais e institucionais que influenciam tanto a incidência do crime como a eficácia das respostas institucionais.

A expansão do crime organizado para territórios anteriormente considerados periféricos tem sido objeto de atenção crescente por parte da investigação. Alguns estudos demonstram que atividades tradicionalmente associadas a contextos urbanos, como o tráfico de droga, a exploração sexual e a atuação de gangues, têm vindo a disseminar-se pelas zonas rurais, contribuindo para a manutenção ou intensificação da criminalidade nestas regiões (Somerville et al., 2015; Xi, 2018). Além disso, o TSH tem sido também identificado como um problema crescente nas zonas rurais, particularmente no que diz respeito à exploração sexual e ao trabalho forçado (Brisman et al., 2014; Brisman et al., 2016; Cole & Sprang, 2015; Kumar et al., 2020). Um dos principais fatores facilitadores nestes territórios é a escassez de infraestruturas de fiscalização e de apoio às vítimas. A ausência de unidades especializadas, a dispersão geográfica, o isolamento social e a fraca presença institucional criam condições propícias à atuação de redes criminosas, dificultando a deteção precoce, a denúncia e o encaminhamento das vítimas (Owen & Carrington, 2015). A própria coesão comunitária e a ausência de anonimato em meios pequenos podem funcionar como barreiras à denúncia, agravadas pelo receio de represálias ou pela pressão para não expor situações que envolvam a comunidade (Ceccato & Dólmen, 2011). Embora os avanços nas infraestruturas de transporte e comunicação tenham encurtado distâncias físicas entre meios urbanos e rurais (Beale & Ford, 1978; Brown & Cromartie, 2017), persistem desigualdades estruturais relevantes que impactam diretamente a capacidade de resposta ao TSH, nomeadamente no acesso a informação, proteção e recursos especializados.

Cole e Sprang (2015) e Kumar et al. (2020) sublinham que muitas autoridades locais em contextos rurais não possuem formação adequada nem protocolos específicos para lidar com situações de TSH. Adicionalmente, o acesso limitado a serviços de saúde, apoio psicossocial e estruturas de acolhimento penaliza comunidades já vulneráveis pela pobreza, pela exclusão social e por barreiras físicas, como as longas distâncias até aos centros urbanos (Johnson, 2006). As vítimas nestes contextos enfrentam maiores obstáculos para procurar ajuda, o que contribui para a subnotificação e invisibilidade do fenómeno.

Por outro lado, os centros urbanos concentram maior densidade populacional, mobilidade e anonimato, fatores que favorecem a atuação de redes organizadas de TSH (Brown et al., 2004). O meio urbano permite esconder vítimas em plena visibilidade, sobretudo em setores como o turismo, a restauração, a construção civil e o trabalho doméstico. A diversidade linguística e étnica nas cidades pode ainda dificultar o reconhecimento de situações suspeitas por parte de vizinhos/as, empregadores ou autoridades (Brown et al., 2004). Contudo, as áreas urbanas tendem a dispor de mais recursos institucionais, como equipas multidisciplinares, estruturas especializadas e protocolos de intervenção, o que permite uma resposta mais estruturada, embora nem sempre suficiente, às necessidades das vítimas (Brown et al., 2004).

Estudos como os de Brisman et al. (2014, 2016) têm chamado a atenção para formas menos visíveis de TSH em ambientes rurais, como a exploração laboral em atividades ligadas ao setor primário, incluindo a agricultura e a silvicultura. Nestes cenários, a informalidade das relações de trabalho, o isolamento das propriedades e a escassa supervisão legal permitem abusos prolongados e com fraca capacidade de intervenção por parte das autoridades. O tráfico para exploração laboral, particularmente na indústria agrícola, é uma área de crescente preocupação, afetando sobretudo vítimas migrantes que são aliciadas com promessas de regularização documental e depois sujeitas a condições de trabalho degradantes, vigilância constante e privação de autonomia (Barrick, 2016).

Importa ainda sublinhar que a ocorrência do TSH nos meios urbano e rural não é mutuamente exclusiva. Pelo contrário, há frequentemente uma articulação entre ambos os contextos: vítimas recrutadas em zonas rurais podem ser transportadas para exploração em centros urbanos, ou vice-versa. Esta dimensão interterritorial do crime reforça a necessidade de políticas públicas diferenciadas, capazes de responder aos desafios específicos de cada território com abordagens integradas, sensíveis às vulnerabilidades locais e sustentadas na cooperação interinstitucional (Barrick, 2016; Brisman et al., 2014; Brisman et al., 2016; Cole & Sprang, 2015; Kumar et al., 2020).

CAPÍTULO II – ESTUDO EMPÍRICO

1. Objetivos e Questões de Investigação

A presente investigação tem como objetivo geral conhecer as perceções de pessoas que residem em ambientes urbanos e rurais sobre o fenómeno do TSH. Em concreto, pretende-se identificar eventuais divergências nas perceções, em função do contexto em que estas residem, bem como compreender como as características específicas desses ambientes influenciam o conhecimento e a perceção das pessoas sobre o tema.

De modo a atingir este objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

a) Analisar as diferenças no nível de conhecimento sobre o Tráfico de Seres Humanos entre pessoas residentes em zonas urbanas e rurais.

b) Identificar perceções dominantes sobre o TSH em contextos urbanos e rurais, tendo em conta fatores culturais, sociais e económicos.

c) Comparar preocupações e perceções de vulnerabilidade ao risco de TSH entre residentes em áreas urbanas e rurais.

Além disso, foram ainda definidas as seguintes questões de investigação:

1) Quais são as principais diferenças no nível de conhecimento sobre o Tráfico de Seres Humanos entre populações urbanas e rurais em Portugal?

2) De que modo as diferenças culturais e socioeconómicas influenciam as perceções sobre o Tráfico de Seres Humanos?

3) Quais são as principais preocupações e vulnerabilidades percebidas por pessoas em áreas urbanas e rurais em relação ao risco de Tráfico de Seres Humanos?

2. Metodologia

2.1. Desenho de Investigação

Para responder aos objetivos delineados nesta investigação, foi adotada uma metodologia de natureza qualitativa. No campo da criminologia, uma abordagem qualitativa permite explorar os significados atribuídos pelas pessoas aos fenómenos criminais, investigando as suas causas, a natureza, as consequências e as respostas sociais associadas (Boeri & Lamonica, 2015).

Neste sentido, e considerando as questões de investigação propostas, procurou-se aceder às perceções dos/as participantes sobre o fenómeno do TSH. Especificamente, analisaram-se os significados atribuídos ao fenómeno, explorando como este é interpretado no contexto das suas experiências individuais e coletivas, tanto em ambientes urbanos como rurais. Adicionalmente, investigou-se a forma como os/as entrevistados/as descrevem as suas atividades quotidianas e como estas se interligam com as perceções sobre o TSH, bem como as suas interpretações sobre as dinâmicas sociais e culturais do mundo que os/as rodeia (Castleberry & Nolen, 2018; Rubin & Rubin, 2012). Esta abordagem permitiu identificar as diferenças nas perceções e conhecimentos entre os contextos urbanos e rurais, articulando-as com fatores contextuais e

estruturais desses ambientes. Entre esses fatores destacam-se o grau de acesso à informação, a densidade populacional e o grau de anonimato nas interações sociais, o acesso efetivo a serviços de apoio especializados, o tipo de atividades laborais predominantes, bem como as dinâmicas de coesão ou de isolamento social que moldam a perceção dos indivíduos sobre o fenómeno.

A escolha de uma abordagem qualitativa revela-se particularmente pertinente em estudos cujo objeto é pouco conhecido ou carece de teorizações prévias. Este tipo de metodologia privilegia a compreensão profunda das pessoas enquanto agentes sociais, em vez de se focar exclusivamente em estatísticas ou variáveis quantificáveis, o que se ajusta plenamente ao fenómeno em análise (Creswell, 2007).

2.2. Procedimentos de Obtenção dos Dados

Para a realização do presente estudo, foi submetido um pedido de parecer à Comissão de Ética da Faculdade de Direito da Universidade do Porto a 15 de outubro de 2024, em conformidade com as diretrizes éticas e metodológicas, cuja resposta positiva foi obtida a 25 de novembro de 2024, permitindo o início do processo de recrutamento dos/as participantes.

Para tal, foram definidos os seguintes critérios de inclusão: (1) cidadãos/ãs portugueses/as (2) com idade igual ou superior a 18 anos, (3) residentes em contextos urbanos e rurais e (4) familiaridade prévia com o fenómeno do TSH.

A distinção entre participantes de meios urbanos e rurais foi realizada com base em critérios geodemográficos, particularmente a dimensão populacional e as características funcionais dos territórios. Consideraram-se como pertencentes ao meio urbano os/as participantes residentes em áreas com maior densidade populacional, presença de serviços especializados, maior mobilidade e oferta diversificada de infraestruturas. Já o meio rural foi definido por contextos de menor densidade populacional, com maior isolamento geográfico, acesso mais limitado a serviços públicos e uma rede comunitária geralmente mais próxima e informal. Esta distinção operacional permitiu organizar a amostra de acordo com as especificidades territoriais consideradas relevantes para os objetivos do presente estudo.

Para esta investigação, recorreu-se a uma amostragem por conveniência, uma abordagem não probabilística que permite selecionar participantes com base na sua acessibilidade e disponibilidade (Rennison & Hart, 2019). Adicionalmente, recorreu-se à técnica de amostragem em bola de neve *(snowball)*, igualmente não probabilística. Esta técnica inicia-se com o recrutamento de um/a primeiro/a participante, a quem se solicita que identifique outras pessoas potencialmente interessadas e disponíveis para participar no estudo (Maxfield & Babbie, 2015). Assim, os/as participantes foram incentivados/as a indicar novos elementos, criando um efeito de expansão progressiva da amostra.

O recrutamento foi realizado exclusivamente de forma presencial, não tendo sido utilizada qualquer plataforma digital ou redes sociais para esse efeito. O processo de recrutamento decorreu em duas fases. Numa primeira fase a investigadora contactou diretamente familiares, amigos/as e conhecidos/as que preenchiam os critérios de inclusão estabelecidos. Numa segunda fase, os/as participantes inicialmente envolvidos/as foram convidados/as a indicar outras pessoas, dando continuidade à técnica de amostragem em bola de neve.

A constituição da amostra seguiu o princípio da saturação empírica, procurando, simultaneamente, assegurar um equilíbrio entre os contextos urbano e rural. A recolha de dados foi interrompida quando se verificou a repetição de ideias e a ausência de novas informações relevantes (Schreier, 2018), sendo nessa altura apurado o número final de participantes incluídos/as no estudo.

Antes da realização de cada entrevista, foi entregue e lido em conjunto com o/a participante o termo de consentimento informado (ver Anexo I). O consentimento informado incluiu uma explicação clara e detalhada sobre a natureza do estudo, os seus objetivos, os potenciais riscos e benefícios, bem como os procedimentos de recolha (gravação áudio) e tratamento dos dados (Marshall, 2006; Wiles, 2013). Foi ainda assegurado a participação voluntária, bem como o anonimato e a confidencialidade das informações prestadas.

As gravações das entrevistas foram armazenadas numa pasta protegida por palavra-passe, acessível apenas à investigadora e à sua orientadora, garantindo a segurança e confidencialidade das informações recolhidas.

Após a realização das entrevistas, foi dado início ao processo de transcrição dos áudios. Durante a transcrição, todas as informações pessoais ou identificáveis, tais como nomes, localizações ou datas específicas, foram eliminadas para garantir a confidencialidade dos/as participantes. Para efeitos de anonimização, utilizou-se a codificação "EU" para os/as participantes do contexto urbano (por exemplo, EU1) e "ER" para os/as participantes do contexto rural (por exemplo, ER2), seguidos do número do entrevistado/a.

Assim, o estudo incluiu 18 participantes, distribuídos de forma equitativa entre os contextos urbano (n=9) e rural (n=9), cuja caracterização sociodemográfica se encontra sistematizada no *Anexo II* (Tabela 1).

2.3. Instrumento de Recolha de Dados

A entrevista qualitativa é amplamente utilizada na produção de conhecimento científico, sendo reconhecida como um método adequado e eficaz para extrair conhecimento empírico rigoroso sobre as experiências dos sujeitos e a sua integração no mundo social (Brinkmann, 2018; Rennison & Hart, 2019). Este método permite recolher conhecimento científico em profundidade, obtendo detalhes que outras abordagens metodológicas não conseguem alcançar, e constitui-se como o método de eleição para explorar dados relacionados com as opiniões, perspetivas e experiências dos/as participantes (Rennison & Hart, 2019).

No âmbito desta investigação a escolha da entrevista qualitativa justifica-se pela sua capacidade de revelar as complexidades deste fenómeno, sobretudo face à inexistência de bibliografia específica sobre as perceções do TSH nestes contextos. Por outro lado, as entrevistas qualitativas, especialmente na sua modalidade semiestruturada, permitem uma exploração flexível e contextualizada, essencial para compreender as diferenças entre os contextos rural e urbano, assegurando uma análise rica e alinhada com os objetivos de compreender as dinâmicas socioculturais associadas ao TSH. O seu carácter aberto e interativo permite produzir conhecimento por meio do diálogo e da partilha de significados (Brinkmann, 2018), facilitando a expressão detalhada das perspetivas dos/as participantes (Sun & Benson, 2022), bem como a compreensão das suas interpretações individuais sobre uma determinada

temática (Noaks & Wincup, 2004). Assim, no presente estudo, foi adotada a entrevista semiestruturada como principal instrumento de recolha de dados, sendo que as dimensões de análise que orientaram a construção do guião se encontram detalhadas no *Anexo* III (Tabela 2).

As entrevistas semiestruturadas seguiram um guião previamente elaborado, estruturado em três partes principais: i) *Conhecimentos sobre o TSH*; ii) *Experiências relacionadas com o fenómeno*; e iii) *Reações sociais e institucionais*. As questões foram organizadas de forma a abordar progressivamente o que os/as participantes sabem sobre o TSH, como adquiriram esse conhecimento, as suas experiências (diretas ou indiretas) relacionadas com o fenómeno e as suas opiniões sobre as respostas sociais e institucionais existentes.

Este guião foi concebido como uma ferramenta de apoio, contendo uma lista de perguntas e tópicos a serem abordados (Roulston & Myungweon, 2018). Contudo, a estrutura flexível do guião possibilitou que os/as entrevistados/as respondessem de forma espontânea e natural, sem imposição de uma sequência rígida (Horning, 2015).

Na dimensão "Conhecimentos sobre o TSH", pretendeu-se explorar as conceções dos/as entrevistados/as, abrangendo as suas interpretações individuais e atribuições sobre o fenómeno. A literatura destaca que compreender as perceções públicas é fundamental, uma vez que essas influenciam a forma como o TSH é enfrentado por sociedades e instituições (Moreira, 2017). No entanto, estudos indicam que frequentemente há lacunas de conhecimento ou interpretações erradas sobre o TSH (Cunha et al., 2022b; Fernandes et al., 2020; Moreira, 2017), o que pode comprometer a identificação e combate eficaz deste tipo de crime.

Na dimensão "Experiências sobre o fenómeno", exploraram-se as vivências e conhecimentos, diretos ou indiretos, dos/as participantes em relação ao TSH. A literatura enfatiza que as experiências pessoais podem fornecer *insights* valiosos sobre as causas, os impactos e as estratégias de prevenção do fenómeno (Surtees, 2008a; Zimmerman et al., 2011). Além disso, compreender as diferenças nas manifestações do TSH em contextos urbanos e rurais é crucial para delinear intervenções adequadas (Aronowitz, 2009).

Finalmente, a dimensão "Reação Social", centrou-se no conhecimento dos/as entrevistados/as sobre as reações sociais relacionadas ao TSH, incluindo opiniões sobre políticas existentes e sugestões de ações suplementares a serem adotadas por instituições formais ou informais. A literatura sublinha que as reações sociais podem variar amplamente, sendo essencial compreendê-las para desenvolver políticas públicas mais eficazes (Farrell & Pfeffer, 2014). Nesse sentido, as opiniões sobre políticas e sugestões para aprimorar as medidas de combate ao TSH são determinantes para a formulação de estratégias ajustadas (Gallagher, 2010; Todres, 2011).

De modo a garantir a interpretação clara das perguntas contidas no guião desenhado, foi realizada uma entrevista-piloto. Este procedimento permitiu identificar lacunas e realizar os ajustes necessários, assegurando a sua eficácia e clareza na recolha de dados, para atingir os objetivos da investigação (Maxfield & Babbie, 2015). As entrevistas foram realizadas entre o dia 14 de fevereiro de 2025 e 31 de março de 2025, em local e horário acordados previamente com cada participante. Para garantir a qualidade da recolha de dados, as entrevistas foram realizadas presencialmente, facilitando a criação de um ambiente de confiança entre a investigadora e o/a participante e permitindo a observação de comportamentos não verbais, geralmente ausentes em entrevistas realizadas *online* (Rennison & Hart, 2019).

2.4. Procedimentos de Análise de Dados

A metodologia qualitativa detém em si mesma um leque variado de técnicas analíticas que visam uma compreensão rica e rigorosa de um conjunto de dados que, posteriormente, dão forma aos resultados da investigação (Flick, 2013; Lochmiller, 2021). No presente estudo, após a recolha de dados por meio de entrevistas semiestruturadas, foi aplicada a análise temática de conteúdo.

Amplamente reconhecida pela sua flexibilidade e adaptabilidade, a análise temática de conteúdo destaca-se como um método eficaz para orientar diferentes abordagens qualitativas. Para Braun e Clarke (2006), embora subestimada e pouco aplicada, esta metodologia devia ser considerada um método de análise qualitativa por excelência, dado que oferece ferramentas úteis para apoiar outras formas de análise qualitativa. Segundo as autoras, este método permite identificar, analisar e descrever temas que emergem dos dados, possibilitando a sua organização e descrição detalhada, além de fomentar um entendimento abrangente e multifacetado da temática em análise.

Neste estudo, a análise temática de conteúdo foi utilizada para identificar padrões de significado nos dados recolhidos, permitindo a organização, descrição e compreensão de ideias conceptuais ou teóricas denominadas temas, que responderam diretamente às questões de investigação em causa (Braun & Clarke, 2006, 2012; Castleberry & Nolen, 2018; Maguire & Delahunt, 2017). Este método revelou-se particularmente adequado para analisar as perceções e experiências relacionadas com o TSH, proporcionando uma visão abrangente sobre um fenómeno complexo e multifacetado.

A análise temática de conteúdo seguiu as seis fases definidas por Braun e Clarke (2006), a saber: i) *familiarização com os dados*, ii) *geração de códigos iniciais*, iii) *busca por temas*, iv) *revisão dos temas*, v) *definição e nomeação dos temas* e vi) *redação do relatório final*. Este método é amplamente reconhecido pela sua clareza e utilidade na estruturação da análise de dados qualitativos (Maguire & Delahunt, 2017). Contudo, o processo não decorreu de forma linear, apresentando movimentos cíclicos entre as diferentes fases, o que reflete a natureza iterativa e reflexiva da análise qualitativa (Braun & Clarke, 2012).

Na primeira fase, a familiarização com os dados foi alcançada através da transcrição das entrevistas, seguida de leituras detalhadas, acompanhadas de anotações preliminares, para observação inicial de padrões (Braun & Clarke, 2006, 2012; Majumdar, 2018). Esta etapa revelou-se fundamental para compreender a profundidade dos dados, facilitando a observação de padrões e codificações iniciais. Na segunda fase, os dados foram organizados de forma sistemática por meio da produção de códigos iniciais, um processo que reduziu os dados a significados relevantes para as questões de investigação (Braun & Clarke, 2006, 2012). Este processo incluiu a utilização da codificação aberta e da técnica de marcador com cores distintas, permitindo categorizar os dados de forma estruturada e evitar redundâncias.

A terceira fase consistiu na classificação dos códigos já gerados em potenciais temas (Majumdar, 2018). Assim, foi efetuado um processo de identificação de códigos que partilhavam entre si um fator em comum e que descreviam um padrão coeso, a fim de se compor um tema (Braun & Clarke, 2006, 2012; Majumdar, 2018). A quarta fase envolveu a revisão

dos temas (Braun & Clarke, 2006, 2012; Maguire & Delahunt, 2017), assegurando que estes fossem coerentes e significativos (Majumdar, 2018). Na quinta fase, os temas foram definidos e nomeados (Braun & Clarke, 2006, 2012; Maguire & Delahunt, 2017; Majumdar, 2018), sendo que, para esta análise de dados, foi realizada uma breve fundamentação dos temas gerados (Braun & Clarke, 2012). Por fim, a sexta fase consistiu na redação do relatório final, cujo objetivo foi a apresentação dos dados obtidos com base numa análise detalhada e rigorosa (Braun & Clarke, 2006, 2012; Maguire & Delahunt, 2017), com a incorporação de excertos dos dados para fundamentar os resultados obtidos (Braun & Clarke, 2012; Majumdar, 2018).

O processo de análise foi auxiliado pelo *software MAXQDA* (versão 24), selecionado pela sua robustez na organização, codificação e gestão de grandes volumes de dados qualitativos. Paralelamente, foi tido em consideração o princípio da reflexividade, reconhecendo a influência das perspetivas pessoais da investigadora no processo interpretativo. Esta postura crítica e consciente permitiu documentar as decisões analíticas tomadas, contribuindo para a transparência e credibilidade do estudo (Noaks & Wincup, 2004). Este cuidado esteve presente em todas as fases do processo analítico.

Assim, a grelha final de categorias utilizadas na análise é apresentada de forma sistematizada no *Anexo IV* (Tabela 3), reunindo os principais temas, categorias e subcategorias identificados no presente estudo.

CAPÍTULO III – RESULTADOS

Este capítulo apresenta os principais resultados obtidos a partir da análise temática das entrevistas realizadas. Foram identificados quatro grandes temas que estruturam os dados recolhidos: i) *Conhecimento e perceções sobre o tráfico de seres humanos*; ii) *Perfis e dinâmicas do tráfico de seres humanos*; iii) *Vivências e experiências relacionadas com o tráfico de seres humanos*; e iv) *Reações sociais, intervenção e políticas públicas*. Cada tema é explorado com base nas categorias e subcategorias temáticas definidas previamente, ilustradas por excertos significativos das entrevistas, de forma a evidenciar a diversidade de perceções entre participantes dos contextos urbano e rural.

1. Conhecimento e Perceções sobre o Tráfico de Seres Humanos

Este primeiro tema reúne as categorias analíticas que refletem a forma como os/as participantes definem, compreendem e interpretam o fenómeno do TSH, com base nos seus conhecimentos prévios, experiências, fontes de informação e perceções subjetivas. Foram identificadas quatro categorias principais neste tema: i) *Definição e compreensão do TSH*; ii) *Fontes de informação*; iii) *Gravidade e presença do TSH em Portugal*; e iv) *Fatores estruturais que facilitam o TSH*. Estas categorias foram analisadas em profundidade, considerando também as diferenças e semelhanças entre os contextos urbano e rural.

1.1. Definição e compreensão do Tráfico de Seres Humanos

As definições e compreensões do TSH apresentadas pelos/as participantes distribuem-se por diferentes dimensões: i) *Definição espontânea*; ii) A*ssociação a outros fenómenos*; e iii) I*ncerteza ou conhecimento difuso* sobre o tema.

Todos/as os/as participantes (n=18) demonstraram reconhecer o TSH como um fenómeno grave e socialmente condenável, associando-o à exploração de pessoas em situação de vulnerabilidade. Alguns/algumas participantes (n=10) descreveram o TSH como um processo de exploração de pessoas, frequentemente associado ao trabalho forçado ou à exploração sexual. Esta descrição surgiu tanto entre participantes do meio urbano como do meio rural: *"Entendo que é pessoas aliciarem outras pessoas para diferentes formas de exploração, tanto a nível laboral como sexual"* (EU1); *"O tráfico de seres humanos são pessoas que aliciam outras com o intuito de os levar para algo que lhes interessa. Ou para, ou pra fins sexuais ou pra, ou para trabalho laboral, forçado [...] Fazem deles escravos mesmo"* (ER2). Em ambos os contextos, uma pequena parte dos/as participantes (n=3) destacaram que, no processo de TSH, há, frequentemente, a retirada da liberdade e o transporte forçado: *"Tráfico de seres humanos é um crime público, no qual as pessoas são levadas contra a sua livre e espontânea vontade [...] pode ser para trabalhar, escravidão sexual"* (ER13)".

Outros/as participantes (n=4), pertencentes apenas ao meio urbano, evidenciaram ainda uma perceção funcionalista do fenómeno, centrando-se nos métodos de atuação dos/as traficantes como parte integrante do processo, nomeadamente o aliciamento, a manipulação emocional e o engano: *"Acaba por ser o aliciamento de alguém, o enganar alguém relativamente a uma vontade ou uma oportunidade que alguém procura na sua vida"* (EU4).

Para além das definições diretas, o TSH foi associado a fenómenos como pedofilia, imigração irregular ou adoções ilegais. Estas associações surgiram de forma transversal aos dois contextos, embora, no meio rural, tenham sido expressas de forma mais intensa e emocionalmente marcada, revelando discursos de forte indignação, preocupação ou repulsa perante tais práticas: *"Há mães que, por precisarem ou por serem enganadas, acabam por dar os filhos a gente que parece séria... mas depois aquilo vai parar a coisas muito feias, tipo pedofilia. É uma coisa que me faz muita confusão, mas acontece"* (ER7).

Apesar da clareza moral generalizada, dois participantes (n=2), ambos do meio urbano, revelaram perceções pouco consolidadas, refletindo incerteza ou conhecimento difuso: *"Não tenho bem noção do assunto [...] talvez para vender órgãos, para os colocarem a trabalhar em algum local [...] exploradas"* (EU11).

1.2. Fontes de Informação

O conhecimento dos/as participantes sobre o TSH é amplamente condicionado pelas fontes de informação a que acedem. Foram identificados três grandes grupos de fontes: i) *Meios de comunicação social*; ii) *Redes sociais e plataformas digitais;* e iii) *Fontes informais e conhecimento indireto*.

A televisão destacou-se como uma das fontes mais referidas pelos/as participantes (n=14), sendo particularmente mencionada por participantes do meio rural. No entanto, a sua eficácia informativa foi posta em causa em alguns discursos (n=9), com críticas à superficialidade, sensacionalismo ou ausência de continuidade informativa: *"A nossa televisão ainda está programada para apresentar só aquilo que eles querem e fazer alarmismo sobre coisas ridículas, não fazem alarmismo sobre isto. Quando falam sobre o assunto é muito ao de leve e depois é esquecido. E depois as coisas acontecem e as pessoas ficam chocadas"* (ER16). A perceção de ser um fenómeno oculto foi reforçada por alguns/algumas participantes (n=4), maioritariamente do meio rural, pela ideia de que muitos casos permanecem desconhecidos: "*É muito ocultado"* (ER16); "*Há muitos casos que eu nunca vou ficar a saber. São encobertos!"* (EU9).

As redes sociais e plataformas digitais surgiram como fontes centrais de contacto com o tema (n=6), sobretudo em contexto urbano. Foram mencionadas plataformas como *TikTok*, *YouTube* e documentários da *Netflix*. A internet, de forma mais geral, foi referida como principal meio informativo (n=8), com presença em ambos os contextos: *"Internet, 100%. A televisão é tabu para falar disso"* (ER16). Estas fontes digitais revelam-se ambivalentes: se por um lado facilitam o acesso a conteúdos alheios aos circuitos tradicionais, por outro aumentam o risco de desinformação, exigindo competências críticas de interpretação. Essa ambivalência foi expressa de forma concreta por duas pessoas (n=2): *"Há muita informação e desinformação ao mesmo tempo. Eu continuo a achar que, por exemplo, a internet nos veio dar muito e acesso rápido a tudo, o que considero que temos muita informação, mas a verdade é que também temos muita desinformação e eu acho que não somos treinados nem treinadas também para filtrar"* (EU4).

Para além das fontes mediáticas, o acesso a informação por meios informais deu-se por via de conversas interpessoais (n=3), através de experiências profissionais (n=3) e por formações esporádicas sobre a temática (n=3): *"Em conversas com colegas"* (EU1); *"Lembro-*

me de ter assistido brevemente a um webinar sobre isso, mas tinha mais a ver com tráfico direcionado à violência sexual. Chamava-se "Conhecer para intervir", mas sinceramente não me lembro muito da informação que adquiri, mas sei que foi um conceito que foi falado." (ER5).

No entanto, a ausência de formação específica sobre o TSH foi transversal aos/às restantes participantes (n=15). Nos três casos que relataram ter participado em ações de sensibilização ou formações, foi expressa a ideia de que estas foram breves ou pouco impactantes. Este tipo de comentário foi mais frequente entre participantes do meio rural: *"Sinceramente, acho que não teve os efeitos desejados. Acho que foi muita teórica e muitas estatísticas. Eu acho que há muito mais para além daquilo que foi abordado, pois é algo muito mais complexo e complicado. [...] Porque eu saí de lá com a mesma opinião que já tinha e com conhecimentos que eu também acho que já tinha. Não me lembro do que era importante, ou seja, é porque não foi cativante o suficiente. Acho que temos de arranjar formas de cativar efetivamente para as pessoas perceberem."* (ER5).

1.3. Gravidade e Presença do Tráfico de Seres Humanos

Ao longo das entrevistas, as perceções dos/as participantes sobre a gravidade e presença do TSH em Portugal organizaram-se em torno de três dimensões principais: i) *Gravidade moral e desumanização do fenómeno*; ii) *Presença do TSH em Portugal*; e iii) *Posicionamento de Portugal no circuito do TSH.*

A maioria dos/as participantes (n=14) descreveu o TSH como um fenómeno grave, violento e desumano. As expressões utilizadas referem frequentemente a ausência de liberdade, o sofrimento das vítimas e a sua instrumentalização. Estas perceções foram partilhadas por participantes de ambos os contextos, sem distinções significativas: "*Tu não poderes estar em liberdade, estás num sítio contra a vontade. Seres obrigada a fazer o que não queres fazer [...]. Acho que isso é desumano"* (EU10). Entre os aspetos mais perturbadores do TSH, a exploração de crianças destacou-se como foco principal, evocando sentimentos de choque, tristeza e revolta. Os/as participantes (n=11) referiram-se à vitimação infantil como a expressão mais intolerável do fenómeno. A maioria destas referências surgiu em participantes do meio rural: *"Essas coisas chocam-me muito porque as crianças não se podem defender, são mais frágeis, pensar que são traficadas é horrível"* (ER6);

Para além da exploração física, houve participantes (n=2) que manifestaram preocupação com os impactos psicológicos e emocionais sofridos pelas vítimas. Foram mencionados mecanismos de controlo emocional, medo e chantagem como elementos que dificultam a libertação das vítimas e estabelecem uma relação de dependência com o agressor: "*As vítimas de tráfico é muito complicado tu trabalhares, porque elas estão completamente alienadas. [...] De tudo o que lhe explicavam, a verdade é que ela estava alienada e estava confortável na situação dela, porque não conhecia mais nada. [...]*" (ER18). Neste contexto, foi referido por um/a participante (n=1) de forma espontânea a possibilidade de desenvolvimento de uma ligação emocional entre a vítima e o agressor, fazendo alusão ao "Síndrome de Estocolmo", em que a vítima desenvolve sentimentos de identificação ou dependência em relação ao/à traficante, dificultando a rutura com a situação de exploração: *"Aquelas pessoas acabam por se tornar, de certa forma, a família delas, não é? [...] É que*

acaba depois também por haver aquela coisa quando são sequestradas... [...] o síndrome de Estocolmo, que a pessoa fica... apaixona-se pelo raptor, apaixona-se entre aspas, porque só conhece aquela pessoa, pelo menos com aquela pessoa ela sente-se, tem de comer, tem onde dormir." (EU8).

Apesar da presença reconhecida do TSH por todos/as os/as participantes (n=18) no contexto nacional, alguns/mas participantes (n=4), de ambos os contextos, mostraram-se céticos/as sobre a existência do fenómeno no território nacional, remetendo-o frequentemente para outros países: *"Acho que não acontece muito cá [...] há países melhores que Portugal"* (EU14). A presença do TSH em Portugal foi também relativizada através da comparação com outros crimes mais visíveis ou mediáticos, como o tráfico de droga (n=3): "*Comparando com um tráfico de droga ou assim, acho que se calhar não será em tão grande número"* (ER13).

No que se refere ao posicionamento de Portugal no circuito do TSH, os/as entrevistados/as que reconhecem a sua presença no contexto nacional (n=11) consideram maioritariamente o país como país de trânsito, destacando a sua localização geográfica estratégica e o histórico enquanto corredor internacional: "*Acredito que passem por aqui muitos casos, porque acho que aqui Portugal que é uma zona de passagem de muita coisa"* (ER6). Outros discursos (n=3) do contexto rural reconheceram igualmente Portugal como país de destino, sugerindo a presença efetiva de redes de tráfico que operam em território nacional: "*De destino, porque nós temos conhecimento de tráfico cá"* (ER15).

Ainda assim, dois/duas participantes (n=2) provenientes do meio urbano, manifestaram ceticismo quanto à possibilidade de Portugal ser um destino relevante para o TSH, dado ser um país pequeno, periférico e com limitada atratividade para redes internacionais: *"Nós ainda somos um país tão pequenino, ainda, e numa visão global ainda somos um país muito rural, não desperta interesse para estas redes cá se fixarem"* (EU10). A menção de Portugal como país de origem do TSH foi referida apenas num discurso (n=1), apontando para a possibilidade de cidadãos portugueses serem recrutados para exploração noutros países. Num outro discurso (n=1), foi considerada a hipótese de as vítimas mais comuns serem imigrantes vulneráveis já residentes em território nacional: *"Acredito que há pessoas de cá que poderão ser traficadas para outros países, mas não portugueses mesmo de nascimento. Acredito que sejam pessoas que estão cá, mas que vieram de outros países e que de facto também são alvos fáceis"* (EU10).

1.4. Fatores estruturais que facilitam o Tráfico de Seres Humanos

Ao longo das entrevistas, os/as participantes revelaram uma compreensão do TSH como um fenómeno influenciado por fatores estruturais que extravasam o âmbito individual ou familiar. Entre esses fatores, destacam-se i) *Fronteiras abertas e vulnerabilidades estruturais*; ii) *Globalização e redes transnacionais*; iii) *Tecnologias digitais ao serviço do TSH.*

A perceção de que as fronteiras portuguesas se encontram com ausência de fiscalização foi um dos pontos mais mencionados pelos/as participantes (n=10), principalmente do meio rural. Os/as participantes apontaram a ausência de controlo efetivo como uma lacuna explorada pelas redes criminosas, facilitando a mobilidade transnacional de vítimas e ofensores/as: *"Acredito que as fronteiras ajudam a que isto aconteça, estão demasiado abertas. Acho que antigamente havia um controlo mais elevado sobre as fronteiras, agora não"* (ER6). À ausência de controlo acresce ainda a perceção de ineficácia nos mecanismos de supervisão e

fiscalização. Foram identificadas áreas fronteiriças particularmente vulneráveis, como a região entre Portugal e Espanha, e a ausência de patrulhamento da costa marítima: *"Eu acho que é fácil fazer tráfico aqui, especialmente no território entre Espanha e Portugal, eu acho que não está tão seguro"* (EU17).

Em simultâneo, surgem preocupações com o risco de estigmatização dos/as migrantes, com participantes (n=5), maioritariamente do meio urbano, a sublinharem que o problema reside na ausência de regulação eficaz, e não nas pessoas em si: *"Não sou contra as pessoas virem, mas as pessoas deveriam vir com um objetivo ou com um trabalho [...] Devíamos ter limites"* (EU11).

Em ambos os contextos, a globalização foi reconhecida pelos/as participantes (n=5) como um fator que facilita o crescimento e a sofisticação das redes de TSH. O atual contexto global, marcado pela mobilidade facilitada e pelo avanço tecnológico, é percecionado como propício à expansão discreta e eficaz das redes criminosas: "*Hoje estamos aqui e amanhã estamos noutro país qualquer. [...] A facilidade com que estas redes se movimentam e prosperam [...], isso faz com que aumente de forma exponencial estas situações."* (EU10).

Por fim, a tecnologia, especialmente as redes sociais e plataformas digitais, foi identificada por todos/as os/as participantes (n=18) como um dos principais instrumentos contemporâneos de aliciamento e controlo das vítimas. A facilidade de criar perfis falsos, monitorizar comportamentos e fragilidades, e estabelecer contactos rápidos e globais é vista como potenciadora do fenómeno: *"Vende-se muito uma vida de fantasia […] acredito que as redes sociais sejam aqui o gatilho para muitas dessas coisas"* (EU10). A ausência de controlo parental e institucional foi ainda vista como um fator agravante (n=3), particularmente no que diz respeito à proteção de crianças e jovens, assim como a rapidez com que o contacto é estabelecido: *"Tudo o que é crimes a crianças aumentou imenso desde que há tecnologia, internet […] Acho que devia haver mais controlo"* (ER16).

2. Perfis e Dinâmicas do Tráfico de Seres Humanos

Este segundo tema reúne as categorias analíticas que abordam as perceções dos/as participantes relativamente aos/às principais intervenientes e às dinâmicas subjacentes ao fenómeno do TSH. O tema encontra-se estruturado em três grandes categorias: i) *Caracterização das vítimas*; ii) *Caracterização* dos/as traficantes e iii) M*odus operandi.* A análise destas categorias permite compreender em profundidade as representações existentes sobre quem são as vítimas e os/as ofensores/as, de que modo operam, e quais as estratégias mais frequentemente associadas ao fenómeno, incluindo possíveis diferenças ou especificidades consoante o contexto urbano ou rural.

2.1. Caracterização das vítimas

A categoria temática *Caracterização das vítimas do TSH* foi subdividida em três diferentes subcategorias: i) *Perfil sociodemográfico;* ii) *Fatores de risco e vulnerabilidade* e, ainda, iii) *Processo de entrada no circuito de TSH*.

Os/as participantes considera que as vítimas de TSH partilham um conjunto de características entre si, nomeadamente a juventude, o género feminino, a fragilidade

económica, a baixa escolaridade e a ausência de redes de apoio. Estas dimensões são descritas como fatores que aumentam significativamente a vulnerabilidade e, consequentemente, facilitam a exploração por parte das redes de TSH. A idade foi uma das características mais frequentemente referidas. Os/as entrevistados/as (n=13) apontaram para faixas etárias geralmente compreendidas entre os 15 e os 35 anos, muitas vezes em idade reprodutiva, associando esta juventude à força física, à atratividade e à submissão emocional. Esta condição é vista como propícia à exploração sexual, laboral ou até reprodutiva: *"Mulheres, como já disse, aqui para os temas de prostituição e tráfico sexual, talvez até mulheres em idade fértil"* (ER5). No entanto, surgiram algumas divergências nas perceções quanto ao impacto da idade em diferentes contextos. Alguns/algumas participantes (n=2) do meio urbano referem que a predominância de população envelhecida no meio rural pode limitar a ação dos/as traficantes, que procuram geralmente vítimas mais jovens. Por outro lado, um discurso do meio rural (n=1) contrapõe esta ideia, apontando que pessoas idosas também podem ser exploradas para trabalho laboral, dependendo da sua condição física:*"Acho que poderão explorar pessoas idosas para trabalho laboral, mas dependendo também da pessoa idosa, não é? Porque se ela não se arrastar, também não vai ser muito vantajoso para eles"* (ER18).

Quanto ao género, a maioria dos/as participantes (n=10) identificou as mulheres como o grupo mais frequentemente visado. Entre estes, alguns/algumas (n=4) destacaram também as crianças como alvos principais. Em relação aos homens, apenas um discurso (n=1) do contexto rural os identificou como o perfil mais predominante. Outros/as participantes (n=7) reconheceram que tanto homens como mulheres podiam ser vítimas, embora alguns/algumas desses (n=5) tenham associado as mulheres sobretudo à exploração sexual e doméstica, enquanto os homens foram geralmente associados ao trabalho forçado. Apenas um testemunho (n=1) reconheceu que a exploração laboral poderia abranger ambos os sexos: *"E há aqui um fator também, muitas vezes, biológico, que é a questão da força e tudo mais. É muito associado o homem, força física, trabalhos mais físicos, mais duros e a mulher é muito sexualizada e pronto, é mais utilizada para fins sexuais"* (EU4).

A perceção de que as mulheres são mais frágeis ou exploráveis surge também de forma explícita, considerando que o género e a idade da vítima determinam o modo como os/as ofensores/as abordam as vítimas consoante o género e a idade. Segundo as entrevistas, a fragilidade física e emocional das mulheres e crianças leva os/as traficantes a recorrerem a estratégias manipulativas, enquanto a abordagem a homens tende a ser mais direta e violenta devido à sua maior força física: *"Acho que procuram também mais mulheres [...] por acharem que a mulher é mais frágil"* (EU11). Embora a maioria dos discursos enfatize a feminilidade e juventude, alguns discursos (n=3) destacaram que a vitimação não se limita a um único perfil. A fragilidade, mais do que características identitárias como o género ou a idade, é apresentada como o principal fator associado à vitimação: *"Acho que não têm perfil certo. Acho que é "qualquer uma serve""* (ER7). A pobreza, e consequentemente a vulnerabilidade que lhe está subjacente, surge também como o fator mais consensual e transversalmente reconhecido. A ausência de meios económicos, a precariedade material e a esperança de melhoria de vida são descritas como condições propícias ao aliciamento, nomeadamente pela aceitação de propostas arriscadas ou duvidosas: *Pessoas com muitas dificuldades. [...] Prometem-lhes uma vida muito melhor e aproveitam-se da fragilidade dessas pessoas"* (EU3).

Outro eixo de fragilidade salientado é o perfil emocional e afetivo. Os/as entrevistados/as (n=14) mencionaram a carência de afeto, a solidão ou o desespero como condições que comprometem o discernimento das vítimas, facilitando o aliciamento: *"Pessoas frágeis, carentes, com dependência emocional ou falta de dinheiro, muita falta de amor"* (ER6); A baixa escolaridade e o défice de literacia foram também referidos como fatores estruturantes da vulnerabilidade. O desconhecimento, a dificuldade de interpretar riscos ou a ingenuidade surgem nos discursos dos/as participantes de ambos os contextos como elementos que limitam a capacidade crítica: *"Têm menos estudos, têm menos conhecimentos"* (ER2).

O isolamento, tanto geográfico como social, foi ainda identificado como um fator agravante, nomeadamente pela ausência de redes de apoio, a fraca circulação de informação e as barreiras linguísticas que, não raras vezes, dificultam o pedido de ajuda ou o reconhecimento da vitimização:*"A barreira linguística isola muito estas pessoas [...] mesmo o pedir ajuda"* (EU4); *"Faltas de informação [...] As pessoas não estão tão informadas"* (ER6). Este tipo de isolamento foi também particularmente associado à condição de imigrante. De acordo com alguns testemunhos (n=4), com predominância do meio urbano, estas pessoas, ao chegarem ao país de destino, enfrentam múltiplas barreiras — desde o desconhecimento da língua até à ausência de redes sociais de apoio — que as tornam especialmente suscetíveis ao aliciamento e à exploração. A necessidade urgente de garantir a sobrevivência e a dificuldade em recusar propostas surgem como fatores que intensificam essa vulnerabilidade: *"Apanham uma pessoa que não está no seu país, não tem as suas pessoas, não tem família ali por perto para ajudar de alguma forma. Vêm-se sem trabalho ou sem dinheiro para alugar um quarto, arrendar uma casa [...] e agarram-se à primeira oportunidade que têm. Está vulnerável, sem poder dizer que não, porque necessita e acaba por ser traficada"* (EU8).

Para além das características individuais das vítimas, os/as participantes destacam as formas como estas entram no circuito de TSH, salientando que este processo se encontra frequentemente marcado pela ausência de consentimento genuíno, estratégias de engano e contextos de vulnerabilidade extrema. Os/as entrevistos/as revelam um padrão marcado pela manipulação e ilusão. Nenhum/a dos/as participantes mencionou situações de entrada plenamente consciente ou informada. Pelo contrário, as vítimas são descritas como iludidas com promessas de trabalho, sucesso ou melhoria de vida: *"Entra a nível fictício. [...] Vai iludida com alguma coisa, algo que lhe oferecem. Algo que a necessidade da vida está a obrigar [...] Depois quando vê a realidade já é muito tarde"* (EU1). Este início do processo é frequentemente associado a uma romantização das propostas, envolvendo sedução emocional ou promessas irrealistas, seguidas de uma mudança brusca no comportamento dos/as recrutadores/as assim que a vítima cede: *"Há toda uma romantização de que tudo vai ficar bem [...] são tudo facilitismos [...] depois no momento em que cedem, o comportamento de quem os recruta muda"* (EU4). Além disso, o desespero e a ausência de alternativas aparecem como motivações fundamentais para a decisão das vítimas. Alguns/algumas participantes (n=5), maioritariamente do contexto urbano, apontam para casos em que poderá existir uma certa consciência do risco, mas ainda assim a entrada é motivada, sobretudo, pelo desespero ou pela necessidade extrema: *"É um desespero que ou é isso ou é a morte. E pronto, acabam por optar por isso"* (EU11).

Por fim, alguns relatos evidenciam que a vitimação nem sempre é imediatamente reconhecida pelas próprias vítimas, sobretudo em contextos de exploração laboral. A

naturalização da precariedade e a aceitação de condições degradantes como inevitáveis contribuem para o desconhecimento da situação de exploração, dificultando o pedido de ajuda e perpetuando o ciclo de abuso: *"Acredito que estas vítimas nem sequer pensem que estão a ser vítimas de um crime"* (ER18). Um testemunho (n=1) do contexto rural referiu ainda a possibilidade de existirem situações excecionais em que a vítima, devido a perturbações psicológicas ou a uma condição clínica, possa não avaliar devidamente o risco envolvido ou aceitar conscientemente uma situação de exploração: *"Acredito que a maioria não esteja lá por escolha própria. [...] Pode haver uma ou outra pessoa que tenha problemas psicológicos"* (ER5).

2.2. Caracterização dos/as traficantes

No que respeita aos/as ofensores/as, as perceções dos/as entrevistados/as destacam a heterogeneidade tanto ao nível do i) *Perfil sociodemográfico* como da ii) *Relação com a vítima*.

A maioria dos/as participantes (n=10) associaram o perfil do/a traficante ao sexo masculino, construindo uma imagem dominante fortemente marcada pelo género: *"Deve ser mais homens. Acho que um homem é muito mais fácil do que uma mulher"* (ER16). Outros/as participantes (n=8) referiram que os/as traficantes podem ser tanto homens como mulheres, reconhecendo a presença de ambos os géneros nas redes de TSH. No entanto, alguns/algumas desses/as participantes (n=3) descreveram as mulheres sobretudo como figuras instrumentais, com um papel estratégico na aproximação a vítimas do mesmo género. A sua atuação é percecionada como facilitadora do engano, uma vez que tendem a gerar maior empatia e conforto nas vítimas: *"Essas organizações têm de ter os dois sexos... Para uma mulher, tu vais sentir mais empatia se for outra mulher a abordar-te, e vice-versa. As mulheres lá também têm um papel importante"* (ER15). Entrevistados/as do meio rural (n=2) salientaram que não excluem a possibilidade de envolvimento de mulheres nas redes de TSH, mas continuam a apontar a predominância de homens neste tipo de criminalidade. Por sua vez, alguns/algumas (n=3) participantes acrescentam que essa predominância masculina pode manter-se mesmo quando há atuação conjunta com mulheres: *"Pode até ser em casal, até ter essas ideias, mas acredito que sejam mais homens"* (EU14).

A faixa etária mais apontada situa-se entre os 30 e os 60 anos. Os/as participantes (n=11) atribuem maturidade, experiência e capacidade de manipulação como características associadas à idade adulta: *"Tem que ser já pessoas com alguma maturidade, acima dos 30, 60"* (EU10). Um testemunho do meio urbano (n=1) estabeleceu distinções hierárquicas internas: os/as mais velhos/as lideram ou coordenam as operações, enquanto os/as mais jovens são responsáveis pela execução direta das ações no terreno: *"Os que estão no topo da hierarquia, mais velhos... os recrutadores, mais novos"* (EU11).

Quanto à nacionalidade, alguns/algumas participantes (n=3) apontaram exclusivamente para a origem estrangeira. Em contraste, outros/as participantes (n=11) referiram a existência de uma diversidade de nacionalidades:*"Acredito que maioritariamente serão estrangeiros"* (ER15). Independentemente da sua origem, os/as traficantes foram descritos/as como pessoas que se apresentam com uma aparência comum, cuidada, credível e socialmente integrada. Esta capacidade de dissimulação foi entendida como parte essencial da sua eficácia enquanto aliciadores/as. A aparência cuidada, o à-vontade e o discurso fluente são identificados como

instrumentos de engano, facilitando a aproximação às vítimas e ocultando as suas verdadeiras intenções: *"São pessoas que se mostram muito sociais, simpáticas, para esconder essa faceta [criminosa]"* (ER13). Para além da aparência, os/as participantes destacaram ainda um conjunto de traços comportamentais que reforçam a eficácia dos/as ofensores/as no processo de recrutamento. Carisma, persuasão, manipulação emocional e capacidade de criar laços afetivos são características apontadas como centrais para a construção de relações de confiança com as vítimas: *"Falam como quem quer ajudar, percebem o que tu precisas e dizem que têm a solução [...] Parece que querem ajudar mesmo, mas é para criar um laço, uma ligação, e assim depois controlar a pessoa."* (EU11). A comunicação é valorizada como uma ferramenta essencial pelos/as ofensores/as, que demonstram a capacidade de ouvir atentamente as vítimas, compreender os seus objetivos e adaptar as suas promessas de acordo com as necessidades identificadas: *"Eles devem estudar bem a vítima. Devem conversar e tudo para perceber quais são os objetivos dela e tudo. Para depois também conseguir prometer"* (EU14).

Para alguns/algumas participantes (n=6), os/as ofensores/as são inicialmente desconhecidos/as das vítimas, e a relação de confiança é desenvolvida gradualmente, através de interações que simulam apoio, empatia e cuidado: *"São sempre desconhecidas. Porque se for conhecidas eles não vão cair nisso. São desconhecidas, mas fazem-se conhecidas depois de passar o tempo, não é?"* (EU9). Por outro lado, outros/as participantes (n=4) defenderam que os/as ofensores/as são geralmente pessoas próximas da vítima, partindo de uma relação pré-existente de confiança que é posteriormente manipulada: *"Eu acho que é alguém conhecido. [...] Nunca suspeitam do vizinho"* (ER16). Um discurso (n=1) do contexto rural introduziu uma distinção relevante consoante o perfil da vítima: no caso do tráfico de crianças, os/as ofensores/as tendem a ser pessoas próximas e conhecidas, ao passo que, no tráfico de mulheres, são mais frequentes os/as desconhecidos/as que constroem, ao longo do tempo, uma relação de falsa confiança: *"Se forem crianças, a maioria acho que são pessoas muito perto delas. Agora, se forem mulheres e assim pessoas mais adultas, elas vão conversando na internet e as coisas vão acontecendo."* (ER6)

Para além dos perfis tradicionais dos/as traficantes descritos, alguns testemunhos (n=3) do meio urbano sugerem que, em certos casos, antigas vítimas podem vir a desempenhar funções ativas nas redes, sobretudo ao nível do recrutamento. Esta transição é percecionada como uma resposta à marginalização social, à falta de alternativas e à manipulação continuada por parte dos próprios/as ofensores/as. A conversão de vítimas em ofensores/as é apresentada como uma estratégia de continuidade das redes, mas também como reflexo de trajetórias marcadas por exploração e exclusão: *"Eu acredito que como em todo, todo o crime, no fundo, organizado [...] os traficantes já foram ex-vítimas [...] foi uma forma de sobrevivência. [...] Pronto sabemos que existem crimes em que isto efetivamente acontece, pessoas que foram vítimas e que se tornaram agressoras. Eu acredito muito nisso. Na parte da marginalização, ou seja, de as portas serem fechadas e os recrutadores utilizarem isso também como: "Olha, vês? Tu és desse meio, portanto ninguém te vai dar uma oportunidade e eu sou a única pessoa que te vai dar"* (EU4).

2.3. Modus Operandi

Relativamente ao *modus operandi* das redes de tráfico, os discursos dos/as participantes permitem identificar três momentos centrais: i) *Estruturas e dinâmicas organizacionais,* ii) *Recrutamento*; iii) *Transporte*; e, por fim, iv) *Exploração.*

No que respeita à estrutura de atuação, observa-se que os/as participantes compreendem o TSH como um fenómeno coletivo, sustentado por uma lógica hierarquizada e organizada. A ideia de rede é predominante, com funções distribuídas entre diferentes membros e níveis de comando, o que remete para uma estrutura semelhante à de outras formas de criminalidade organizada: *"Eu considero que é um crime organizado, portanto, envolve muita gente. E é difícil de deteção, ou seja, desmantelar uma rede de tráfico é extremamente complexo."* (EU4). Ainda assim, um discurso do meio rural (n=1) manifesta dúvidas quanto à existência de redes organizadas no contexto nacional, sugerindo a presença de esquemas mais informais: *"Portugal acho que ainda não é um país assim muito desenvolvido, não é? Para, para haver esse tipo de redes assim grandes cá"* (ER13).

No seguimento desta compreensão estrutural, as estratégias de recrutamento também se destacam, variando de acordo com o contexto territorial. Alguns/algumas participantes (n=13) reconhecem que os métodos de recrutamento são ajustados às especificidades socioculturais e geográficas de cada meio. Relativamente aos meios urbanos, alguns/algumas participantes (n=10), pertencentes a ambos os contextos, têm a perceção de que o recrutamento ocorre de forma mais indireta, através das redes sociais, plataformas de encontros ou anúncios fraudulentos. A presença digital das vítimas, aliada ao anonimato característico das cidades, é vista como um facilitador do aliciamento: *"Acho que no meio urbano poderão utilizar mais as redes sociais para começar a interagir com a pessoa"* (ER16). No que concerne aos meios rurais, alguns/algumas participantes (n=11) apontam para abordagens mais diretas e presenciais, justificadas por uma menor literacia digital e por relações interpessoais mais próximas. Fingir representar empresas, bater de porta em porta ou recorrer a contactos dentro de instituições locais são estratégias frequentemente mencionadas: *"Acho que no meio rural aliciam diretamente, há mais contacto cara a cara. Antigamente como é que se passava a palavra? Era porta a porta. E embora agora já venham alertando para alguns perigos, eu acho que continua a acontecer e que nem que seja para apalparem o terreno, para ver o que é que podem retirar dali, eu acho que há falsas empresas que andam de porta a porta no meio rural."* (EU11).

Para além das estratégias convencionais, outros discursos (n=3) de participantes rurais referem ainda a possibilidade de envolvimento do próprio núcleo familiar no processo de recrutamento, sobretudo em zonas rurais marcadas por pobreza extrema. A fragilidade económica das famílias pode levar à cedência de filhos/as, voluntária ou forçada, como forma de sobrevivência ou compensação financeira: *"Nas zonas rurais às vezes até no meio familiar. Famílias muito pobres muitas vezes facilitam a ida embora dos filhos pra conseguirem dinheiro. Nas zonas urbanas é mais através das redes sociais, da internet."* (ER2). No entanto, nem todos partilham esta visão. Participantes do meio urbano (n=2) rejeitam a possibilidade de envolvimento familiar neste tipo de práticas em território nacional, considerando-a incompatível com os valores familiares em Portugal: *"Aqui em Portugal não me acredito que a família seja capaz de vender filhos ou familiares."* (EU3).

A dinâmica relacional própria do meio rural revela-se ambígua: embora o conhecimento mútuo entre os residentes possa funcionar como forma de controlo e proteção, também pode

facilitar o recrutamento quando o/a aliciador/a é alguém próximo ou socialmente integrado. Um discurso do meio rural (n=1) indicou que a abordagem direta apenas resulta se for feita por alguém pertencente à comunidade, dada a forte vigilância social característica desses contextos: *"No meio rural tinha que ser alguém conhecido, porque as pessoas conhecem toda a gente. Quando aparece uma pessoa desconhecida é estranho"* (ER16). Em simultâneo, outros relatos (n=3) apontam para uma ingenuidade relacional em contextos rurais, que facilita o engano: *"E eu falo por experiência própria, porque eu já trabalhei numa imobiliária, e nós fazíamos prospeção de mercado. [...] E onde é que nós conseguimos falar melhor com as pessoas? No Rural. Nos apartamentos, nas cidades, ninguém nos atendia e tratavam-nos mal. Agora, no meio rural, havia pessoas que nos convidavam para entrar e para lanchar em casa delas. [...] Portanto, é muito mais fácil as pessoas aí... Lá está, ver alguém mal intencionado, que as pessoas vão dar muita abertura, tenho a certeza absoluta que vão."* (EU11).

Quanto à fase de transporte, foram identificadas três principais vias utilizadas no TSH: i) *transporte terrestre*, ii) *marítimo* e iii) *aéreo*. Entre estas, destacam-se as vias terrestre e marítima como as mais frequentemente referidas e percecionadas como mais discretas. As deslocações por estrada, seja por carro, carrinha, camião ou comboio, surgem na perceção dos/as participantes (n=13) como um método amplamente utilizado pelas redes, especialmente devido à liberdade de circulação no espaço Schengen e à possibilidade de ocultação de vítimas em veículos aparentemente inofensivos: *"Se quiser sair de Portugal, por meios terrestres, não é controlado em fronteira nenhuma. E daí ser mais fácil"* (ER12). O uso de camiões é particularmente mencionado como meio de transporte clandestino, quer com o conhecimento dos condutores, quer sem o seu consentimento; assim como os comboios de mercadorias, devido à reduzida fiscalização e ao facto de circularem de forma contínua e discreta: *Em vagões gigantes dos comboios que às vezes parecem que vão vazios e são todos fechados. É muito fácil movimentar pessoas, porque não há paragens, não há fiscalização nas linhas. Há uma empresa privada que circula sempre, dia e noite, e não há fiscalização desses comboios."* (ER16)

O transporte marítimo é percecionado pelos/as participantes (n=12) como particularmente perigoso, devido à sua natureza invisível, à fraca monitorização e à complexidade das rotas internacionais. No entanto, dois testemunhos (n=2) do meio rural destacam a utilização de contentores de carga, portos secundários e circuitos logísticos comerciais como meios eficazes para o transporte oculto de vítimas, seja em grandes grupos ou de forma individualizada: *"Quando olho para aqueles contentores associo muito que podem estar lá pessoas"* (ER18). Além disso, outros/as participantes (n=2) sublinham ainda que a escolha do transporte marítimo pode estar associada a situações de maior coação e controlo por parte dos/as ofensores/as. O percurso por via marítima é descrito como uma fase crítica, onde a liberdade da vítima já se encontra altamente comprometida e os mecanismos de ameaça e imposição se tornam mais evidentes: *"Acho que se a pessoa estiver a ser coagida, for contra a vontade, raptada de alguma forma, acho que acabam por decidir o caminho marítimo"* (EU11). Já o transporte aéreo, embora associado a maior controlo e registo documental, não é descartado (n=7). Alguns/algumas participantes (n=4) destacam que, quando há manipulação ou coação psicológica, a vítima pode embarcar aparentemente de forma voluntária: *"Meio aéreo é difícil, há muito controlo. Embora não seja impossível, não é? Se calhar as pessoas até podem inicialmente ir de livre e espontaneamente vontade."* (ER13).

Um ponto recorrente em algumas entrevistas (n=8) é a ideia de que as redes criminosas combinam diferentes meios de transporte para evitar a deteção. A alternância deliberada de rotas e veículos é vista como uma tática para despistar investigações: *"Eles alternam sempre os meios, os locais, tudo. Não criando rotina, também vão tentando despistar"* (ER13). Esta estratégia de rotatividade logística é interpretada como sinal da organização e sofisticação das redes.

Por fim, a fase de exploração corresponde ao momento em que se concretiza o último objetivo do TSH: submeter as vítimas a diferentes formas de abuso, trabalho forçado, exploração sexual, mendicidade ou outras práticas ilícitas. Quando questionados/as sobre qual o tipo de exploração mais predominante em Portugal, as opiniões divergem. A exploração laboral foi indicada pelos/as participantes (n=10) como a mais frequente, sobretudo por envolver um número elevado de vítimas nos setores agrícola, da construção civil e trabalhos sazonais: "*A laboral, porque [...] quando descobrem, descobrem sempre em maior número de quantidade de pessoas"* (ER18). A exploração sexual foi referida numa minoria dos discursos (n=4) a associá-la diretamente à realidade nacional: *"No nosso país acho que é mais na base da prostituição de mulheres"* (EU10). Importa referir que alguns/algumas participantes (n=3) reconheceram explicitamente a coexistência das duas formas — laboral e sexual: *"Diria, sem ter conhecimentos dos dados, a exploração laboral e sexual"* (EU4).

Em termos territoriais, a maioria dos/as participantes (n=16) associam a exploração sexual ao contexto urbano, onde a elevada densidade populacional, o anonimato e a presença de redes organizadas facilitam o seu encobrimento: *"Na cidade, acaba por estar sempre algum tipo de movimento, portanto acho que acontece mais"* (EU11). Ainda assim, outros/as participantes (n=3) do contexto rural referem que a exploração também pode ocorrer em zonas isoladas, em contextos mais discretos e clandestinos e mais direcionada: "*Nas zonas rurais são explorados pra a agricultura, também pra prostituição, que também existe nestas zonas, mas não tanto como numa zona urbana"* (ER2). Por sua vez, a exploração laboral é identificada pelos/as participantes (n=15) como predominante no meio rural, sendo associada à agricultura, à construção civil e a trabalhos sazonais. Estas práticas são descritas como formas de "escravatura moderna", marcadas por ausência de remuneração, condições indignas e exploração de imigrantes em situações de vulnerabilidade: *"Na lavoura, acredito que em Portugal ainda haja muito isso, principalmente no rural"* (EU11). Também surgem, noutros discursos (n=5), referências à exploração infantil, em que um deles associa esta exploração ao meio rural, em particular associada ao trabalho informal: *"Na zona rural, talvez exploração de trabalho e de crianças sobretudo. Que ainda se vê muitas crianças na zona rural"* (EU14). Para além das condições propícias à exploração laboral e infantil, é igualmente salientada a maior vulnerabilidade das populações rurais ao recrutamento para o TSH, precisamente devido à menor visibilidade social nestas zonas. Esta invisibilidade é percecionada como um fator que facilita a atuação das redes de tráfico, diminuindo o risco de deteção: *"Se calhar é que poderão ter mais tendência a ir buscar pessoas da zona não urbana, não é? Da zona rural, porque se calhar é conhecida por menos gente"* (ER13).

Outras formas de exploração, embora menos mencionadas, também foram identificadas pelos/as participantes. A mendicidade forçada aparece em alguns discursos (n=4) e é sobretudo associada ao espaço urbano, onde a presença de redes invisíveis que controlam pessoas em situação de rua se torna mais plausível: *"A exploração para mendicidade acredito que ocorra*

muito no meio urbano" (ER13). Ainda que minoritária, surgiu no discurso de dois participantes (n=2) uma visão que dissocia a mendicidade do TSH, interpretando-a como uma escolha forçada pela exclusão social: *"Já não associaria tanto a mendicidade como exploração porque acho, na minha opinião, que é uma decisão da pessoa porque ficou sem oportunidades na vida e não tem outra opção senão mendigar"* (EU11). O tráfico de órgãos, mencionado pela maioria dos/as participantes (n=14), por sua vez, gerou perceções ambivalentes. Por um lado, alguns/algumas participantes (n=5), sobretudo provenientes do contexto urbano, associaram este tipo de exploração ao meio urbano, argumentando que a maior "oferta" populacional facilitaria a concretização deste crime. Por outro lado, alguns/algumas participantes do meio rural (n=4) consideraram que o meio rural seria mais propício ao tráfico de órgãos, dada a maior facilidade em ocultar práticas ilícitas nesse contexto: *"O tráfico de órgãos talvez no urbano. [...] há mais pessoas. [...] acabam por haver mais ofertas"* (EU14). O casamento forçado foi referido exclusivamente por participantes do meio urbano, surgindo entre as formas menos visíveis de TSH: alguns/algumas participantes (n=2) identificaram-no como uma manifestação do fenómeno, enquanto outros/as (n=3) o descreveram como um fenómeno de índole cultural ou religiosa: *"Eu acho que o casamento forçado tem mais a ver com as etnias. Por exemplo, a etnia cigana, tem muito essa coisa de mal nascem são prometidas. Como quando eram os reis e as rainhas, era a mesma coisa."* (EU8). Os/as participantes (n=2) que o reconhecem como forma de TSH, consideram mais plausível a sua ocorrência em zonas isoladas e com menor presença institucional: *"No rural conseguem certamente camuflá-lo e realizá-lo de forma muito mais simples"* (EU4).

Para além das formas de exploração mais amplamente discutidas, surgiram nos discursos outras finalidades associadas ao TSH, ainda que de forma menos consensual ou desenvolvida. A adoção ilegal foi mencionada pelos/as participantes (n=4), sobretudo provenientes do contexto urbano, como uma possível expressão de TSH, apontando para casos em que crianças seriam transferidas de forma irregular, à margem de enquadramentos legais. As atividades ilegais, por sua vez, foram referidas em alguns discursos (n=5), maioritariamente provenientes do contexto rural, sendo que alguns destes testemunhos (n=2) identificaram especificamente a instrumentalização de crianças na venda de droga como forma de exploração: *"Tráfico de crianças para fins de venda de drogas"* (EU17). Outros/as participantes (n=2) do meio rural mencionaram ainda a exploração reprodutiva, através da prática forçada de barrigas de aluguer, como uma possível forma de TSH. Estas perceções revelam uma preocupação crescente com formas de exploração menos visíveis, mas que denunciam a sofisticação e adaptabilidade das redes de TSH.

Quanto às estratégias de controlo utilizadas na fase de exploração, os/as participantes referiram as ameaças, o isolamento, a vigilância constante e a retenção de documentos. A apreensão de passaportes e identificação pessoal foi apontada por alguns/algumas participantes (n=8) de ambos os contextos, como um dos mecanismos mais eficazes para limitar a liberdade de movimentos das vítimas e dificultar o acesso à ajuda. Outros/as participantes (n=5) reforçam que este tipo de controlo agrava a dependência das vítimas e as barreiras à denúncia, especialmente quando conjugada com a barreira linguística ou o receio de represálias: *"Os documentos são lhes retirados, eles não podem contactar com as famílias, não têm dinheiro, não têm documentos e estão ali a levar porrada e pancada assim, e com a ameaça de morte e essas coisas assim."* (ER6).

3. Vivências e Experiências Relacionadas com o Tráfico de Seres Humanos

Este terceiro tema incide sobre as experiências relatadas pelos/as participantes relativamente ao TSH, procurando captar as vivências diretas ou indiretas, os contactos e casos conhecidos, bem como as perceções mediadas por terceiros ou pela comunidade. O tema encontra-se estruturado em torno da categoria i) *Experiências relatadas pelos/as participantes*. A análise desta categoria permite aceder à diversidade de experiências e contactos com o fenómeno do TSH, bem como compreender de que modo estas vivências são influenciadas pelos contextos territorial, social e mediático, incluindo possíveis diferenças ou especificidades consoante o meio urbano ou rural.

3.1. Experiências relatadas pelos/as participantes

As vivências e experiências relacionadas com o TSH relatadas pelos/as participantes distribuem-se por três dimensões principais: i) *Experiências diretas*; ii) *Experiências indiretas*; e iii) *Casos veiculados pelos media ou rumores*.

Embora apenas um testemunho (n=1) tenha relatado contacto direto com uma potencial vítima de TSH, a maioria dos testemunhos (n=10) indica conhecimento indireto de situações suspeitas ou perceções ambíguas, geralmente adquiridas por familiares, conhecidos ou colegas, ou ainda observadas em contextos informais do quotidiano. Foram relatados episódios concretos interpretados como sinais possíveis de TSH (n=6), enquanto outros casos dizem respeito a situações veiculadas pelos media ou a rumores (n=5).

Um testemunho (n=1) descreveu um episódio que sugere uma possível situação de exploração sexual, com referência a dinâmicas locais de transporte de mulheres para fins de prostituição. A perceção de que estas mulheres possam ter sido inicialmente coagidas, mesmo que mais tarde permaneçam na atividade, suscita preocupações quanto à existência de redes informais de TSH: *"Há aqui na nossa zona, onde eu moro, há um senhor que transporta mulheres numa carrinha para locais onde se prostituem […] Acredito que pode ter acontecido no início [serem forçadas]. Depois, talvez tenham acabado por aceitar essa vida. O que sei é que ele está envolvido nesse negócio e parece lucrar com isso."* (EU1)

Em outras situações, o TSH para fins de exploração laboral surge como preocupação central, particularmente nos setores agrícola e da construção civil. Alguns/algumas participantes (n=3) referiram práticas que envolvem ausência de contratos, restrições à liberdade, salários inexistentes ou mínimos, e condições de vida degradantes: *"Sei por meio do meu pai que tem uma empresa de construção, que nas obras onde ele opera, com outras empresas de construção civil, são muitas das vezes fiscalizados derivado a isso (TSH para exploração laboral- construção civil). Ou seja, porque muitas das vezes há pessoas, agora sobretudo indianas, a trabalhar nesse setor sem, por exemplo, documentação. Ou seja, não existe essa documentação, daí eles serem tão fiscalizados."* (ER15).

A mendicidade forçada surge em dois discursos (n=2), com base em observações repetidas de comportamentos considerados suspeitos. Um dos discursos descreve uma interação direta com uma potencial vítima, tendo testemunhado a presença sistemática de mulheres com cartazes em frente a edifícios no centro de uma cidade. A repetição de

comportamentos semelhantes entre as vítimas, a ausência de comunicação verbal e a sensação de vigilância constante contribuíram para a interpretação de que estariam sob controlo: *"Em cada porta de cada edifício haviam mulheres com cartazes. […] Nenhuma delas comunicava e sentias que estavam a ser observadas. E uma delas […] dizia que era vítima de violência doméstica. Eu coloquei-me em frente a ela e disse-lhe que se ela precisasse de ajuda, que eu conseguiria ajudar e ela simplesmente ficou a olhar para mim. […] Eu acho que ela queria falar, mas não sei se ela percebia o que eu estava a dizer. […] E por outro lado, tinha receio que ela fosse punida por minha causa. [...] Achei o comportamento muito padrão, demasiado organizado e muito estranho."* (EU4).

O tráfico de crianças é outro tema frequentemente referido, ainda que baseado em rumores ou informações veiculadas pelos media. A preocupação recai sobretudo sobre casos de adoção ilegal e exploração sexual: *"E mesmo há pouco tempo, diziam que uns romanos vendiam as crianças por 100 euros. Deu há pouco tempo nas notícias."* (ER7).

Por outro lado, surgem também menções a casos internacionais, muitos deles amplamente divulgados nos meios de comunicação, que contribuem para reforçar a perceção de que o TSH é um fenómeno global, complexo e transversal a fronteiras: *"O caso que eu mais me lembro que era aquele de Myanmar que fazem tráfico humano lá, mas é para trabalho escravo que é na Tailândia [...] que há lá muita gente, principalmente de países de terceiro mundo, ou não tão desenvolvidos, tipo o Brasil, ou assim, que o governo não quer muito saber se eles vão ficar lá ou não, então deixa-os lá estar e eles ficam a trabalho escravo. Porque mesmo quando foi a situação dos dois brasileiros retidos [...] não passavam em televisão nacional, era só os pais e tudo a fazer barulho na internet para tentar resgatar os dois e ninguém fez nada."* (ER16).

4. Reações sociais, intervenção e políticas públicas

Este quarto tema integra as categorias analíticas que exploram as reações sociais face ao TSH, as respostas institucionais identificadas pelos/as participantes e as propostas sugeridas para a prevenção e intervenção. O tema está estruturado em três grandes categorias: i) *Conhecimento de respostas institucionais*; ii) *Atitudes comunitárias*; e iii) *Propostas de prevenção e intervenção*. A análise destas categorias permite compreender de que modo a sociedade e as comunidades reagem ao TSH, quais as principais dificuldades e desafios percebidos, e que estratégias são consideradas mais eficazes na ótica dos/as participantes, incluindo possíveis diferenças e especificidades associadas ao contexto urbano e rural.

4.1. Conhecimento de respostas institucionais

Os testemunhos relativos ao conhecimento de respostas institucionais distribuem-se por duas dimensões principais: i) *Atuação policial e judicial*; e ii) *Conhecimento de entidades de apoio*.

As perceções expressas pelos/as participantes sobre a atuação policial e judicial no combate ao TSH revelam uma visão crítica, marcada por sentimentos de ineficácia, morosidade e impunidade. A morosidade dos processos judiciais surge como um dos aspetos mais referidos, sendo vista como fator desmobilizador da denúncia e da confiança nas instituições. No discurso

de alguns/algumas (n=8), nota-se a frustração com a lentidão da justiça e a ideia de que os casos de TSH demoram anos a ser julgados ou são arquivados antes de produzir efeitos concretos: *"Agora acho que a justiça é que acho que é, por vezes é muito lenta a decidir os processos e a condenar quem tem que condenar, nisso acho que é muito lenta."* (EU3). Esta lentidão é muitas vezes associada, pelos/as participantes rurais, à impunidade dos/as ofensores/as, numa crítica sistémica ao funcionamento da justiça criminal: *"Por vezes deixam-nos escapar, sem fazer nada... e depois quando querem ir buscar já não conseguem. Porque vão para países que não dão extradição"* (ER7).

Outro elemento recorrente nas entrevistas é a perceção da desatualização do sistema penal, especialmente no que diz respeito à severidade das penas aplicadas e à desvalorização do crime: *"Os tribunais têm sempre um problema muito grande, que é a burocracia. [...] Eu acho, de uma forma geral, nestes casos, que as penas deveriam ser mais punitivas. [...] Não deveria haver pena suspensa"* (EU10). Também emerge, nos discursos dos/as participantes rurais, uma preocupação com a falta de meios e de preparação das autoridades para lidarem com a complexidade do fenómeno. A escassez de recursos humanos e técnicos é referida como um entrave à investigação eficaz: *"Deveriam procurar mais, ser mais ativos, mais atentos. Acho que não têm meios suficientes. Poucos casos são selecionados. Muito poucos"* (ER6).

No plano político, houve quem associasse o desmantelamento do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e a sobrecarga da nova Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA) a um enfraquecimento da capacidade de resposta institucional: *"Temos uma AIMA que está lutada até às costuras, que não te consegue ajudar em nada. [...] Tudo isso acaba por beneficiar essas organizações. Esta nossa falta de controlo acaba por ser um facilitismo muito grande ao tráfico, na minha opinião"* (ER15). Em paralelo, foi também referida a dificuldade das vítimas em ver os seus testemunhos reconhecidos e legitimados, particularmente quando são estrangeiras ou mulheres: "Acho que acaba por haver sempre muitas dúvidas, muitos porquês. Acho que é difícil às vezes acreditarem nas vítimas, principalmente quando não são daqui ou se forem mulheres. Continuo a achar que há diferença entre homem e mulher e acho que as mulheres, [...] mesmo quando vão apresentar queixa, acho que não são tão respeitadas." (EU11). Contudo, apesar do tom crítico dominante, um testemunho do contexto rural (n=1) reconhece, ainda que de forma pontual, a existência de procedimentos de intervenção institucional, sobretudo por parte da Polícia Judiciária (PJ): *"Sei que, a nível da PJ, eles vão, interrogam [...], existe aqui um interrogatório e tentam sensibilizar as vítimas para o que está a passar, se querem algum tipo de ajuda"* (ER18).

No que respeita ao conhecimento das entidades que prestam apoio às vítimas, os discursos revelam uma literacia institucional limitada. Embora alguns/algumas participantes (n=8) reconheçam a existência de organizações vocacionadas para esta problemática, apenas um testemunho do contexto rural (n=1) conseguiu nomeá-las com precisão ou descrever os seus serviços. A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) foi a entidade mais referida, surgindo como principal ponto de referência: *"A APAV tem aqui um trabalho com o tráfico de seres humanos e, inclusive, tem dois CAP, ou seja, dois centros de proteção e acolhimento de vítimas de tráfico, um para mulheres e outro para homens. [...] Acho que ajudam nas denúncias se necessitarem [...] dão-lhes o acolhimento no sentido de os proteger e mantê-los seguros e acompanham depois o processo"* (ER18).

4.2. Atitudes Comunitárias

As perceções sobre as reações comunitárias face ao TSH revelam um panorama ambivalente, marcado sobretudo pela i) *Indiferença, silêncio e normalização*; ii) *Medo de denunciar e receio de retaliação*; iii) *Solidariedade e disponibilidade para ajudar*; e iv) *Estigmatização e preconceito*. As atitudes identificadas refletem simultaneamente o grau de conhecimento sobre o fenómeno e as dinâmicas sociais, relacionais e culturais das comunidades, influenciando diretamente o envolvimento (ou a ausência dele) na deteção e prevenção do fenómeno.

Uma das reações mais recorrentes face à comunidade em geral é a indiferença, sendo referida pelos/as participantes (n=10) como frequentemente associada por um afastamento simbólico que leva à minimização do problema ou à sua perceção como algo distante. Esse distanciamento é frequentemente reforçado pela ideia de que o TSH não acontece nas imediações e que o país em si é considerado seguro: *"Eu acho que não acreditam que realmente se poderá estar a passar num sítio mesmo onde elas vivem, não é? Naquela cidade. E mesmo no país, acho que muitas pessoas acreditam que, por exemplo, Portugal, é um local seguro. [...] As pessoas não estão muito preocupadas com esse tema."* (EU14).

Outro aspeto destacado pelos/as participantes (n=7) é o medo. O receio de represálias surge como uma das principais razões para a ausência de denúncia, contribuindo para um clima de silêncio e convivência passiva. Esse medo manifesta-se mesmo em situações onde existem suspeitas, mas a proximidade interpessoal ou a dúvida sobre o que se observa conduzem à hesitação: *"Acho que teria medo de represálias, iria sempre... pensar: "Se calhar não é bem aquilo, porque eu até conheço a pessoa, ela até é boa pessoa"."* (ER18). A relutância em envolver autoridades é também evidenciada por participantes do contexto rural, tal como o receio das implicações sociais negativas que a denúncia possa acarretar: *"Podem estar ali metidos numa casa 4 ou 5 ou 6, mas não acredito que ninguém da aldeia vá denunciar isso. As pessoas têm mais medo. Tudo que envolva GNR e depois ter que isto e aquilo, não querem se envolver, preferem deixar para lá."* (ER12). Este medo é, por vezes, agravado pela falta de conhecimento jurídico, especialmente quanto ao estatuto de crime público do TSH: *"Eu acho que em nenhum dos contextos sequer têm noção que é um crime público. [...] No meio rural ainda menos conhecimento têm."* (EU4).

Apesar do quadro de desmobilização, alguns testemunhos (n=3) referem manifestações pontuais de empatia e solidariedade. A sensibilização mediática e o impacto emocional de determinadas notícias podem gerar uma reação emocional imediata, ainda que passageira: *"Acho que quando é algo que é falado, [...] as pessoas começam a pensar um bocadinho mais [...] mas se não for muito chamado, passa um bocadinho."* (EU17).

Em paralelo, surgem discursos (n=2) que revelam estigmatização e preconceito, muitas vezes dirigidos a pessoas migrantes ou percebidas como "estranhas" à comunidade. Estas representações contribuem para a confusão entre vítimas e ofensores, desviando a atenção do fenómeno e reforçando narrativas securitárias: *"Agora, se vêm, por exemplo, o fator cor, já é às vezes um fator de suspeita, infelizmente."* (ER12). Estas atitudes revelam um problema mais profundo de perceção social, onde a alteridade é lida através de um prisma de ameaça.

As entrevistas revelam ainda as perceções que os/as participantes constroem sobre o contexto oposto ao seu. Um testemunho do meio rural (n=1) reconhece que a sua comunidade

tende a não se mobilizar para ações informativas ou preventivas, salvo se houver uma mediação cultural significativa: *"Se chegassem ao meu meio e dissessem que iam falar sobre isso, eu acho que iriam ter zero pessoas interessadas. [...] Mas se fosse o padre a anunciar, talvez."* (ER18). Por sua vez, um testemunho do meio urbano (n=1) apontou a dificuldade de mobilização nas zonas rurais, associando-a ao envelhecimento populacional, à vergonha, ao medo ou à relação demasiado próxima com forças de segurança e potenciais ofensores: *"Depois também tem a ver com as pessoas dos OPCs, das zonas rurais, que também são conhecidas e ainda lhes cria mais receio na denúncia [...]. Acredito que num meio mais pequeno haja mais, não sei, talvez conhecimentos e que possa fazer, não sei, se calhar evitar mais as pessoas dizer por vergonha do que se está a passar, por exemplo, porque conhecem aquela pessoa [...]."* (EU4).

4.3. Propostas de prevenção e intervenção

As propostas sugeridas para prevenir e combater o TSH revelam uma consciência clara da insuficiência das respostas atuais. As estratégias apontadas centram-se, sobretudo, na i) *Sensibilização comunitária e escolar*; ii) *Educação e literacia para o TSH*; iii) *Estratégias ajustadas ao território e cultura local*; e iv) *Reforço das respostas institucionais e da fiscalização*.

Alguns/algumas participantes (n=12) referem a necessidade urgente de sensibilizar a população, sobretudo através da escola. A educação formal e informal surge como eixo essencial, sendo sugerida a introdução do TSH nos currículos escolares e o desenvolvimento de campanhas destinadas a crianças e jovens. Esta ideia é reforçada noutras vozes (n=2) que lamentam a ausência do tema nos espaços educativos, defendendo uma abordagem precoce, contínua e centrada na prevenção: *"Eu acho que tal como hoje em dia já é abordada a educação sexual nas escolas desde o primeiro ano ou desde a pré-escolar, deviam começar também a colocar na mente das crianças que isto acontece, como evitar, quais é que são os sinais, o que é que podes fazer para evitar, o que é que podes fazer para ajudar, como sinalizar"* (ER5).

A escola é também vista como veículo indireto de informação para os adultos. Alguns/algumas participantes (n=3) valorizam o efeito intergeracional da sensibilização, salientando que os jovens tendem a partilhar o que aprendem em casa: *"Depois as crianças partilham com os pais e depois os pais até vão obtendo conhecimento sobre o tema"* (ER7).

Para além do espaço escolar, foram sugeridas por alguns/algumas participantes (n=9), maioritariamente do meio rural, outras formas de divulgação junto da comunidade, incluindo forças de segurança, associações locais e juntas de freguesia. Os discursos chamam a atenção para a necessidade de ajustar a intervenção à cultura local. Em contextos onde prevalece o envelhecimento da população, a desconfiança ou o isolamento, sugerem-se formas de atuação mediadas por figuras de referência. Para além da divulgação, outro/a participante (n=1) do contexto urbano, sublinhou a importância de, em ações de prevenção, explicitar os canais de denúncia e garantir o anonimato: *"Acredito que às vezes por medo as pessoas possam não dizer e se soubessem como abordar esse caso, mesmo no anonimato, talvez fosse mais fácil"* (EU17). Estas sugestões revelam uma preocupação com o acesso à informação, sobretudo em zonas com menor literacia digital ou populações envelhecidas.

Outra dimensão importante das propostas está centrada na capacitação de profissionais que contactam com possíveis vítimas. Alguns/algumas participantes (n=5) sublinham a importância de formação inicial e contínua para forças de segurança, profissionais de saúde e agentes educativos: *"Formações específicas para profissionais de saúde, educação e de forças de segurança"* (EU1).

Dois discursos (n=2) expandem o conceito de prevenção, relacionando-o com fatores estruturais. Defendem que a vulnerabilidade social e económica deve ser combatida com medidas profundas de intervenção social: *"Eu sou a favor de uma intervenção social, em famílias mais carenciadas, para dotar estas pessoas de competências sociais, familiares e económicas"* (EU10).

A comunicação social e os canais de denúncia também são considerados áreas-chave. Há uma vontade clara de ver o tema mais visível nos meios de comunicação tradicionais e nas redes sociais, com mensagens simples, factos reais e instruções concretas de atuação: *"Campanhas de sensibilização com factos reais. Coisas que já aconteceram e que ninguém sabe"* (ER16).

CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A presente discussão dos resultados é orientada pelos objetivos e questões de investigação que guiaram este estudo. O objetivo geral consistiu em conhecer as perceções de pessoas residentes em ambientes urbanos e rurais sobre o fenómeno do TSH, identificando as principais divergências entre contextos e compreendendo de que modo as características específicas desses ambientes influenciam o conhecimento e as perceções dos/as participantes. Assim, ao longo desta discussão, são analisadas, à luz dos contextos urbano e rural, as diferenças no nível de conhecimento, as perceções dominantes, bem como as preocupações e vulnerabilidades percebidas relativamente ao risco de TSH. Este percurso permite responder de forma articulada às questões de investigação formuladas, aprofundando a compreensão comparativa do fenómeno em Portugal.

No que concerne ao *Conhecimento e Perceções sobre o Tráfico de Seres Humanos* a análise dos resultados revela diferenças relevantes entre contextos urbano e rural no modo como o TSH é conhecido, representado e problematizado. Estas diferenças resultam de múltiplos fatores – acesso à informação, capital cultural, proximidade institucional e experiências sociais predominantes – e estão amplamente documentadas na literatura que distingue as dinâmicas criminais e sociais de cada território (Briddell, 2009; Ceccato & Dólmen, 2011; Cole & Sprang, 2015).

Apesar de muitos/as participantes reconhecerem elementos centrais do TSH – como o recrutamento, o transporte e a finalidade de exploração –, poucos/as o fizeram com base na terminologia técnica presente no Protocolo de Palermo (ONU, 2000) ou no artigo 160.º do Código Penal Português. Ainda assim, os testemunhos demonstram uma aproximação clara aos três elementos centrais consagrados na legislação internacional: a ação, o meio e a finalidade. A noção de que o TSH implica a violação da liberdade e a instrumentalização do corpo humano para fins económicos está, assim, presente, mesmo quando os termos técnicos não são utilizados. Esta dificuldade de operacionalização jurídica tende a ser compensada por uma compreensão moral do fenómeno, centrada na perceção de que o TSH constitui uma grave violação dos direitos humanos e da liberdade individual.

Outro elemento emergente nos discursos foi a associação entre TSH e a ideia de "escravidão moderna". Esta associação, embora não jurídica, está presente também na literatura (Burt, 2018; Gallagher, 2010), que reconhece a continuidade entre formas históricas de exploração e as dinâmicas contemporâneas do tráfico, frequentemente organizadas em redes transnacionais sofisticadas (Hodge & Lietz, 2007).

Nos/as participantes do contexto urbano, verifica-se uma maior frequência de discursos marcados por linguagem tecnicamente precisa e juridicamente informada sobre o TSH, em particular no que respeita à exploração laboral e sexual, à privação de liberdade e ao controlo coercivo. Esta tendência sugere maior contacto com fontes formais, familiaridade com o discurso jurídico e capital cultural reforçado pela formação académica, proximidade a instituições especializadas e exposição a realidades multiculturais – elementos característicos das áreas urbanas (Brown et al., 2004; Lourenço et al., 2019). Contudo, também neste contexto surgem definições vagas ou pouco consolidadas, especialmente entre participantes com menor contacto informativo, refletindo assimetrias internas na literacia sobre o fenómeno.

Nos/as participantes do meio rural, observa-se uma maior heterogeneidade nas definições do TSH. Alguns/algumas participantes evidenciam dificuldade em definir o fenómeno, enquanto outros/as mobilizam compreensões mais densas, frequentemente associadas à participação em ações de sensibilização, formações específicas ou experiências profissionais. Associações desviadas, como o rapto, a pedofilia ou o tráfico de órgãos, surgem em ambos os contextos, mas são especialmente mais viscerais e simbolicamente carregadas nos discursos rurais, traduzindo uma representação emocionalmente intensa, mas nem sempre juridicamente informada (Ceccato & Dólmen, 2011; Owen & Carrington, 2015). Esta coexistência de discursos tecnicamente informados com interpretações vagas ou desviadas evidencia disparidades na literacia sobre o tema, potencialmente relacionadas com diferenças no capital cultural, no acesso a informação formal e na proximidade institucional.

Neste sentido, os dados também revelam que a distinção entre TSH e auxílio à imigração ilegal não está consolidada entre parte dos/as participantes, o que confirma os alertas já presentes na literatura (van Liempt, 2018). Em algumas entrevistas, surgem confusões entre TSH, imigração irregular e outras formas de criminalidade violenta, revelando uma sobreposição de conceitos e estereótipos sociais que reforçam a carga simbólica do tema, mas enfraquecem a sua precisão legal.

A diversidade de fontes de informação reforça esta assimetria. Os/as participantes de ambos os contextos referem os media – em particular as redes sociais e a televisão – como canais privilegiados de contacto com o tema. A literacia digital e o acesso contínuo a conteúdos diversificados permitem uma exposição ampla nos dois meios, mas as nuances são significativas: no meio urbano, surgem mais referências a plataformas digitais específicas (*TikTok*, *YouTube*, *Netflix*), enquanto no meio rural a televisão é mencionada por um número superior de participantes, mantendo-se como fonte central.

Em ambos os contextos, são frequentes as críticas à falta de fiabilidade dos media e à ausência de formação especializada, fatores que condicionam a capacidade de deteção, prevenção e mobilização comunitária perante o fenómeno. Esta crítica remete para a perceção de que os media influenciam fortemente os temas que ganham visibilidade pública, mas nem sempre promovem uma compreensão aprofundada. A formação sobre o tema foi mencionada de forma mais expressiva por participantes do meio rural, mas quase sempre com avaliações negativas quanto ao seu impacto e continuidade, sendo frequentemente considerada insuficiente ou pouco memorável.

No que respeita à perceção da gravidade e presença do TSH em Portugal, as diferenças entre contextos são visíveis, mas não lineares. Em ambos coexistem discursos que reconhecem o TSH como um fenómeno presente e grave, com outros que o relativizam ou o remetem para fora do território nacional. Nos meios urbanos, tende a reconhecer-se o TSH como um problema presente, embora invisível, associado ao anonimato, à diversidade e à circulação transnacional típica das cidades (Brown et al., 2004). Já nas zonas rurais, predomina uma perceção de maior afastamento, com o TSH a ser frequentemente remetido para grandes centros urbanos, outros países ou zonas de conflito, o que contribui para um sentimento de segurança local, que pode, paradoxalmente, reduzir a vigilância social e dificultar o reconhecimento de situações de risco (Barrick, 2016; Brisman et al., 2014). As reações emocionais também diferem sistematicamente: enquanto nas zonas urbanas se verifica uma expressão mais racionalizada e mediada pelos media, nas zonas rurais as respostas tendem a ser mais viscerais

e intensas, sobretudo quando se referem à exploração de crianças. Assim, apesar de o TSH ser reconhecido cognitivamente como uma ameaça grave e intolerável, a sua integração nas experiências do quotidiano e a mobilização social efetiva permanecem limitadas, contribuindo para a invisibilidade do fenómeno e para a persistência da subnotificação. O resultado é uma perceção fragmentada, na qual o fenómeno é reconhecido cognitivamente como severo, mas vivenciado como distante, e, muitas vezes, ofuscado por outros tipos de criminalidade mais visíveis, como o tráfico de droga.

A perceção sobre o posicionamento de Portugal no circuito do TSH reflete igualmente estas dinâmicas. Em ambos os contextos, é comum a identificação de Portugal como país de trânsito, embora este reconhecimento seja mais frequente entre participantes do meio rural, que destacam a vulnerabilidade das fronteiras e a permeabilidade do território como fatores de risco. No meio urbano, apesar de menos mencionada, esta perceção tende a ser acompanhada de maior elaboração. A ideia de Portugal como país de destino foi expressa exclusivamente no meio rural, sugerindo a presença efetiva de redes de tráfico em território nacional, enquanto a perceção de Portugal como país de origem de vítimas surgiu apenas em entrevistas urbanas, frequentemente de forma hesitante ou condicionada à vulnerabilidade de imigrantes residentes.

Apesar de a maioria dos/as participantes identificar Portugal sobretudo como país de trânsito, principalmente no meio rural, os dados oficiais apontam noutra direção. Segundo o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI, 2024), Portugal é atualmente, sobretudo, um país de destino de vítimas de TSH, seguido de país de origem e, só depois, país de trânsito. Esta discrepância evidencia o desfasamento entre a perceção social e a realidade estatística do fenómeno no contexto nacional, o que pode ter implicações na forma como a sociedade reconhece e responde ao TSH.

No que toca aos fatores estruturais que facilitam o TSH, a globalização, a abertura de fronteiras e a tecnologia digital foram identificadas como elementos centrais em ambos os contextos, o que está também de acordo com a literatura internacional (Cordeiro, 2019; Giddens, 1990; Landman & Silverman, 2019). No meio rural, destacou-se um maior número de referências à ausência de controlo fronteiriço, à vulnerabilidade territorial e ao sentimento de insegurança associado à permeabilidade das fronteiras. Nas zonas urbanas, surgiram mais menções à sofisticação das redes transnacionais e ao uso instrumental da internet, embora a manipulação digital e o aliciamento online tenham sido referidos com mais frequência por participantes do meio rural. A tecnologia é encarada de forma crítica em ambos os contextos, mas com nuances: no meio rural associa-se o risco à baixa literacia digital e à dificuldade em acompanhar o avanço das redes, enquanto no meio urbano destaca-se o engano afetivo, a manipulação emocional e o uso estratégico de sedução como instrumento moderno de aliciamento. Esta perceção está em linha com a literatura, que aponta para uma transformação da criminalidade no contexto da era digital, marcada pela flexibilidade e adaptabilidade das redes de tráfico (Franko, 2019). A tecnologia torna as redes mais resistentes à atuação das forças de segurança, dificulta a obtenção de provas e amplia o alcance dos/as traficantes, permitindo que contactem potenciais vítimas em qualquer parte do mundo (Giddens, 1990). Neste sentido, os/as participantes demonstram uma compreensão mais contextualizada do fenómeno, sustentando a ideia de que, na ausência de controlo eficaz e de formação crítica, estas dimensões estruturais podem tornar-se ferramentas ao serviço das redes criminosas, tal como já apontado por Aronowitz (2009) e Cordeiro (2019).

Esta análise evidencia que a forma como o TSH é compreendido, sentido e representado é profundamente marcada pelo contexto de residência. O meio urbano tende, em alguns casos, a favorecer uma leitura mais técnica, crítica e mediada por fontes digitais, enquanto o meio rural expressa, com maior frequência, perceções emocionalmente intensas, territorialmente ancoradas e por vezes fragmentadas. Ambos os contextos evidenciam fragilidades estruturais, mas também potencialidades distintas: a capacidade crítica e o acesso a redes informativas nas cidades, e o potencial de ação comunitária e proximidade relacional nas zonas rurais. Estas diferenças apontam para a necessidade de estratégias de sensibilização e prevenção diferenciadas, culturalmente ajustadas e territorialmente específicas, capazes de promover um entendimento partilhado, ético e juridicamente informado do TSH.

Quanto aos *Perfis e Dinâmicas do Tráfico de Seres Humanos a* análise comparativa entre os contextos urbano e rural evidencia que este fenómeno é estruturalmente adaptável, manifestando-se de formas diferenciadas e estrategicamente ajustadas às fragilidades, recursos e dinâmicas de cada território. Esta adaptabilidade, amplamente reconhecida na literatura (Brisman et al., 2014; Jones et al., 2011; Shelley, 2014), é confirmada pelos discursos dos/as participantes deste estudo, que identificam tanto fatores transversais como especificidades contextuais no perfil das vítimas, dos/as ofensores/as e nas estratégias empregues pelas redes. Importa salientar que estas perceções são moldadas não apenas pela experiência direta dos/as participantes no seu próprio território, mas também por representações simbólicas projetadas sobre o "outro" espaço, refletindo o impacto das condições estruturais e socioculturais de cada contexto.

No que respeita ao perfil das vítimas, tanto os dados empíricos como a literatura convergem na constatação de que não existe um perfil único de vítima de TSH. Persistem, contudo, representações estereotipadas e incompletas, frequentemente centradas na figura da mulher jovem, estrangeira e pobre, sobretudo associada à exploração sexual e à feminização da vulnerabilidade, ignorando não só outras formas de exploração, mas também a existência de vítimas masculinas. Estes estereótipos, já documentados por vários autores (Cunha et al., 2022a; Fernandes et al., 2020; Moreira, 2017), refletem-se também nos dados desta investigação, uma vez que a maioria dos/as participantes associa a exploração sexual ao género feminino e à migração, reproduzindo uma imagem consolidada e mediática da vítima "típica". Estudos como o de Moreira (2017) já tinham identificado esta tendência, revelando, por exemplo, que 79% dos/as inquiridos/as consideravam que os homens não podem ser vítimas de exploração sexual, o que evidencia lacunas na consciencialização sobre a diversidade das vítimas.

Apesar desta tendência, observa-se em algumas entrevistas uma consciência crescente acerca da diversidade de perfis de vítimas, incluindo homens, crianças e idosos/as, o que revela uma evolução positiva nas perceções públicas (UNODC, 2024). Os fatores de risco mais frequentemente identificados são a pobreza, a baixa escolaridade, a juventude, o género e a fragilidade emocional, bem como a ausência de suporte social (Green et al., 2023; Pascual-Leone et al., 2017; Pérez, 2016). Em ambos os contextos, a condição de imigrante surge como um fator transversal de vulnerabilidade, associada à ausência de redes de apoio, barreiras linguísticas e desconhecimento dos direitos legais (Portes, 1981; Washburn et al., 2022). Contudo, a expressão concreta destes fatores é profundamente condicionada pelas características territoriais. No meio rural, tanto os/as participantes urbanos/as como rurais

reconhecem uma maior vulnerabilidade estrutural, traduzida na escassez de oportunidades laborais, isolamento geográfico, défice de informação e precariedade de vida. Por outro lado, no meio urbano, a vulnerabilidade assume formas mais invisíveis e complexas, como a solidão, o individualismo, a precariedade habitacional e a pressão social, tornando as vítimas igualmente suscetíveis ao aliciamento (Briddell, 2009; Portes, 1981). Ainda que de forma minoritária, foi referido que perturbações psicológicas ou determinadas condições clínicas podem reduzir a perceção de risco e facilitar o envolvimento em situações exploratórias. No entanto, estes casos são apresentados como excecionais, e a maioria dos discursos centra-se na instrumentalização da fragilidade humana por meio do engano e da manipulação (Aronowitz, 2001; Villacampa, 2024). Importa, contudo, reconhecer que estes testemunhos também apontam para a dificuldade das vítimas em reconhecerem a sua própria condição, resistindo frequentemente à ajuda e mantendo laços emocionais ou de dependência com o/a explorador/a – uma dinâmica já identificada nos resultados deste estudo e frequentemente associada, na literatura, à Síndrome de Estocolmo (Bajrektarevic, 2000; Kiss & Zimmerman, 2019; Winterdyk & Jones, 2020). Por outro lado, importa notar o défice de reconhecimento explícito dos impactos psicológicos do TSH, aspeto já identificado na literatura (Cunha et al., 2022a), o que reforça a necessidade de campanhas de sensibilização mais completas, abordando não apenas os perfis, mas também os efeitos emocionais e traumáticos do fenómeno.

No que concerne ao perfil dos/as ofensores/as, os discursos dos/as participantes alinham-se com a literatura ao descreverem os/as traficantes como adultos do sexo masculino, geralmente entre os 30 e os 50 anos, de boa apresentação, carismáticos, socialmente integrados e capazes de manipular e criar relações de confiança (Cunha et al., 2022b; Surtees, 2008b; UNODC, 2024). No entanto, é reconhecida a flexibilidade de perfis: os/as ofensores/as podem assumir aparências sociais diversas e adaptar-se ao meio em que operam, dificultando a sua identificação (Surtees, 2008b; Vocks & Nijboer, 2000). Uma dimensão frequentemente destacada nas entrevistas é a proximidade relacional entre ofensor/a e vítima – familiares, vizinhos/as, parceiros/as ou conhecidos/as –, facilitando o recrutamento através de laços afetivos (Terwilliger, 2021; UNODC, 2024). Também surgem referências, ainda que menos frequentes, à presença de mulheres nas redes de TSH, frequentemente associada à atuação em casal, com divisão de tarefas entre homem e mulher, sobretudo nos momentos iniciais de aproximação às vítimas. Esta dinâmica, que pode facilitar a manipulação por criar um ambiente de maior empatia ou identificação – nomeadamente quando a abordagem é feita por uma mulher a outra mulher –, está documentada na literatura (Surtees, 2008b; UNODC, 2024), que identifica a existência de parcerias íntimas e de funções diferenciadas dentro das redes organizadas. Importa sublinhar que, em alguns casos, estas mulheres foram anteriormente vítimas, tendo sido cooptadas ou coagidas pelos parceiros, o que evidencia a fluidez das fronteiras entre vítima e ofensor/a no fenómeno do tráfico. Esta conversão da vítima em ofensor/a, especialmente no contexto da exploração sexual – quando são induzidas ou forçadas a recrutar novas vítimas –, é reconhecida como um dos efeitos mais perversos do TSH, alimentando o ciclo de exploração e contribuindo para a perpetuação das redes criminosas (Surtees, 2008b). A dificuldade em reconhecer esta ambivalência, ou seja, em perceber até que ponto estas mulheres atuam sob coação ou por iniciativa própria, ajuda a explicar a escassa tematização desta realidade nos discursos, tornando o fenómeno ainda mais complexo do ponto de vista da identificação, prevenção e intervenção.

Relativamente ao modus operandi, destaca-se, em primeiro lugar, a perceção sobre as estruturas e dinâmicas organizacionais. A perceção dominante é a de organizações bem estruturadas, hierarquizadas e de atuação transnacional (McAdam & Gerasimov, 2022; Shelley, 2014), sobretudo em contexto urbano, enquanto no rural se reconhece também a existência de ofensores/as locais, mais próximos/as das vítimas e da comunidade, capazes de explorar relações de confiança. Esta dualidade sugere que o tráfico pode assumir tanto formas macro (redes transnacionais) como micro (atuação isolada ou em pequenos grupos), adaptando-se ao contexto (McAdam & Gerasimov, 2022; Surtees, 2008b).

Neste enquadramento, as diferenças entre os contextos urbano e rural tornam-se especialmente evidentes na fase do recrutamento. No meio urbano, predomina o recurso a estratégias digitais e indiretas: redes sociais, plataformas de encontros, anúncios fraudulentos e outras formas de contacto online (Fernandes et al., 2020; Franko, 2019; Secchi et al., 2021; Sokat, 2022), explorando o anonimato, a mobilidade e a conectividade digital das cidades. A criação de perfis falsos e a utilização de linguagem sedutora ou emocional revelam-se especialmente eficazes entre jovens e utilizadores mais vulneráveis, tirando partido da invisibilidade e do distanciamento relacional típico dos meios urbanos. A urbanização, ao favorecer a invisibilidade e a distância nas relações interpessoais, amplia o campo de ação dos/as traficantes, facilitando abordagens dissimuladas e dificultando a deteção precoce de situações de risco. Já no meio rural, as estratégias tendem a ser presenciais e baseadas na confiança e reputação local: contacto direto, visitas porta a porta, ofertas de trabalho aparentemente legítimas, e, em situações extremas, até o envolvimento de familiares no recrutamento – fenómeno que, apesar de reconhecido e documentado em contextos internacionais, é visto com ceticismo entre os/as participantes urbanos relativamente à sua existência em Portugal (APAV, 2013; Aronowitz, 2009). Esta possibilidade é descrita pelos/as participantes rurais como resultado de contextos de pobreza extrema, onde a precariedade económica pode levar à cedência de filhos/as como forma de sobrevivência. Assim, a confiança e a familiaridade, que poderiam funcionar como barreira protetora, transformam-se em vulnerabilidades, sobretudo quando o/a recrutador/a é uma figura socialmente integrada. Esta ambiguidade da relação interpessoal no meio rural é reforçada pela tendência, em zonas isoladas, para acolher estranhos, um traço cultural menos abordado na literatura, mas aqui evidenciado com particular clareza. Por outro lado, a menor literacia digital e o isolamento agravam a exposição a métodos tradicionais de aliciamento, ao passo que o contexto urbano projeta sobre o rural uma ideia de ingenuidade relacional associada à vulnerabilidade tradicional (Aronowitz, 2009; Gomes & Silva, 2023; Jones et al., 2011; Pardhoothman, 2015).

Este contraste revela que o recrutamento no TSH não ocorre de forma uniforme, mas é moldado pelas condições socioterritoriais e pela natureza das relações em cada contexto, confirmando a flexibilidade do modus operandi descrita por Gomes e Silva (2023) e Pardhoothman (2015). Em ambos os cenários, os/as ofensores/as demonstram uma capacidade de adaptação notável, ajustando as suas táticas de forma subtil: operam através de canais formais ou informais, legais ou ilegítimos, digitais ou afetivos, tirando partido das fragilidades existentes – individuais, sociais ou territoriais – para contornar resistências e manipular emoções.

No que se refere à fase do transporte, tanto a literatura como os testemunhos dos/as participantes apontam para uma elevada sofisticação logística e uma constante adaptação das

redes criminosas às fragilidades dos sistemas de controlo (IEEI, 2012; Shelley, 2014; UNODC, 2022). O transporte de vítimas recorre a múltiplos meios – terrestre, marítimo e aéreo – e a rotas desenhadas para evitar a fiscalização, sendo o meio terrestre o mais referido, pela sua flexibilidade, menor visibilidade e facilidade de circulação no espaço Schengen (Sokat, 2022; UNODC, 2022). Os/as participantes identificam carros, carrinhas, camiões e até comboios de mercadorias como meios privilegiados para a movimentação clandestina, destacando a vulnerabilidade de determinadas infraestruturas e a circulação noturna ou intermunicipal como oportunidades para as redes criminosas.

A via marítima é descrita como particularmente perigosa e associada a um maior grau de coação, com referência ao uso de portos secundários e contentores para ocultação, frequentemente em fases avançadas do controlo sobre a vítima (Greenbaum, 2014; Sokat, 2022). Já o transporte aéreo, embora menos frequente, é reconhecido como possível quando há manipulação emocional ou alienação psicológica, e os/as participantes mencionam situações em que as vítimas embarcam voluntariamente, mesmo que enganadas, utilizando documentos legais e até vistos emitidos por agências intermediárias. Esta estratégia, que mascara a ação criminosa com aparência de legalidade, reforça a perceção de sofisticação das redes (Greenbaum, 2014; Sokat, 2022). Além disso, os testemunhos sugerem que há infiltração em sistemas institucionais e o uso combinado de diferentes meios de transporte como uma tática deliberada de rotatividade e dissimulação, dificultando a identificação de padrões e aumentando a eficácia logística do fenómeno (UNODC, 2022).

A fase de exploração apresenta padrões territoriais distintos e uma multiplicidade de modalidades. A exploração laboral foi apontada como a forma mais frequente de tráfico em Portugal, em linha com o que refere o RASI (2024), sobretudo quando associada a setores como a agricultura, construção civil e trabalhos sazonais. Esta forma de exploração é descrita como uma "escravatura moderna", marcada por condições indignas, ausência de remuneração, informalidade laboral e instrumentalização de imigrantes em situação vulnerável (Cordeiro, 2019; Cunha et al., 2019; Green et al., 2023; Leite, 2022; RASI, 2024; Surtees, 2008a). A associação da exploração laboral ao meio rural, fortemente marcada nos discursos dos/as participantes, revela um conhecimento contextualizado das práticas informais e das dinâmicas de invisibilização típicas destas zonas, onde o isolamento geográfico e a escassa presença institucional favorecem a perpetuação do abuso, tornando a exploração menos visível e mais difícil de denunciar.

Em paralelo, a exploração sexual, amplamente associada ao meio urbano, é percebida como uma das formas mais brutais e recorrentes de tráfico, favorecida pela densidade populacional, anonimato e concentração de redes organizadas (APAV, 2013; Greenbaum, 2014; UNODC, 2022). É ainda salientado que, em muitos casos, as vítimas podem ser sujeitas a múltiplas formas de exploração em simultâneo, um aspeto que tem vindo a ser cada vez mais reconhecido na literatura (UNODC, 2022) e que reforça a complexidade e a sofisticação dos mecanismos de controlo exercidos sobre estas pessoas.

Outras formas de exploração, como a mendicidade forçada e o tráfico de órgãos, suscitam perceções ambivalentes: a mendicidade, maioritariamente atribuída ao meio urbano, pode ser vista tanto como uma estratégia organizada de controlo como uma resposta forçada à exclusão social, dificultando a distinção entre vulnerabilidade estrutural e aliciamento criminoso. O tráfico de órgãos é associado ao meio urbano devido ao acesso a infraestruturas

médicas, mas alguns/algumas participantes rurais consideram que o isolamento das zonas rurais facilita a ocultação do crime, revelando a opacidade e clandestinidade inerentes a este tipo de exploração (Shelley, 2014; UNODC, 2022). O casamento forçado foi referido sobretudo por participantes urbanos, associado a práticas culturais ou religiosas de minorias, mas com o risco de estigmatização dessas comunidades. Menos referidas, mas presentes, estão a exploração infantil, a instrumentalização de crianças para o tráfico de droga, a exploração reprodutiva e a adoção ilegal, demonstrando uma consciência crescente da sofisticação e adaptabilidade das redes de tráfico (Greenbaum, 2014; Shelley, 2014).

Importa salientar que as estratégias de controlo – retenção de documentos, vigilância, ameaça, isolamento e barreira linguística – são amplamente identificadas pelos/as participantes, reforçando a importância da dependência e do medo como elementos centrais do sistema de dominação exercido sobre as vítimas (Deshpande & Nour, 2013).

As perceções sobre a distribuição geográfica das formas de exploração refletem, por fim, uma clara dimensão territorial do fenómeno. Os/as participantes reconhecem que, apesar da perceção de maior presença do TSH nas zonas urbanas, devido à mobilidade e concentração de redes ilegais, o fenómeno persiste de forma silenciosa e frequentemente subnotificado nas comunidades rurais (Ceccato & Dólmen, 2011). Esta articulação interterritorial, em que as zonas rurais funcionam muitas vezes como espaços de recrutamento ou trânsito e as zonas urbanas como principais locais de exploração, constitui um desafio acrescido à intervenção e exige respostas territorialmente diferenciadas (Brisman et al., 2016; Cole & Sprang, 2015). Neste sentido, os/as participantes rurais demonstram uma perceção informada sobre o papel estratégico do contexto urbano na dinâmica do tráfico, enquanto os/as urbanos/as reconhecem a utilização do espaço rural como local de trânsito ou de retenção temporária, beneficiando do isolamento, da baixa densidade populacional e do reduzido controlo policial (Andrees, 2009; Cole & Sprang, 2015). Para além desta leitura funcional e territorial, emergem também representações mútuas entre contextos, frequentemente marcadas por estereótipos. Participantes do meio urbano tendem a associar o rural à fragilidade e à vulnerabilidade à exploração silenciosa, ao passo que os/as rurais projetam sobre o urbano a imagem de um espaço marcado pelo crime organizado e pelo perigo difuso (Scala & Johnson, 2017; Weitzer, 2015). Estas representações, ainda que baseadas em perceções socialmente construídas, funcionam como mecanismos defensivos perante a incerteza e o medo, e evidenciam a necessidade de desconstruir visões dicotómicas. Tanto os contextos urbanos como os rurais apresentam formas próprias – e por vezes complementares – de vulnerabilidade e invisibilidade no âmbito do TSH.

O reconhecimento destas diferenças estruturais, sociais e simbólicas é essencial para a formulação de políticas públicas diferenciadas e respostas intersetoriais, sustentadas na cooperação interinstitucional e numa compreensão aprofundada das realidades locais (Barrick, 2016; Brisman et al., 2016; Cunha et al., 2022a).

As *Vivências e Experiências relacionadas com o TSH* relatadas pelos/as participantes evidenciam que o TSH é, maioritariamente, reconhecido de forma indireta ou ambígua, por meio de observações ocasionais, rumores ou relatos de terceiros. Esta tendência, observável tanto em contextos urbanos como rurais, é coerente com a literatura que caracteriza o TSH como um fenómeno estruturalmente invisível, frequentemente camuflado pela clandestinidade

das redes e pela dificuldade em distinguir situações de tráfico de outras práticas marginais ou ilegais (Brisman et al., 2014; Cole & Sprang, 2015; Fernandes et al., 2020).

A análise dos testemunhos revela, contudo, diferenças relevantes na forma como o fenómeno é percebido e experienciado nos dois contextos. Nos meios urbanos, há uma maior predisposição para reconhecer sinais explícitos e visuais associados ao TSH. São referidos episódios concretos observados diretamente em espaços públicos, como situações de mendicidade forçada, exploração sexual de mulheres ou até deslocação organizada de mulheres em carrinhas para fins de prostituição. Estes exemplos visuais, como o caso de mulheres com cartazes em frente a edifícios ou comportamentos organizados e silenciosos, alimentam a perceção de que o fenómeno está presente, ainda que subterrâneo. O ambiente urbano, caracterizado por densidade populacional, anonimato e diversidade social e cultural, facilita não só a ocorrência do fenómeno, mas também a sua identificação (Brown et al., 2004; Cole & Sprang, 2015). As cidades tornam-se, assim, espaços onde o TSH é percebido como constante e multifacetado, mesmo quando não existem confirmações objetivas.

Em contexto rural, por outro lado, as experiências evocadas centram-se sobretudo na exploração laboral. No entanto, estas narrativas surgem, na sua maioria, mediadas por terceiros – familiares, colegas, rumores – sendo raras as observações diretas. A proximidade social, típica das zonas rurais, com relações mais estáveis e vigilância informal, tende a dificultar o reconhecimento dos sinais de exploração, sobretudo quando envolvem pessoas socialmente integradas ou situações consideradas "normais" na comunidade. Tal como destacado na literatura (Brisman et al., 2016; Owen & Carrington, 2015), esta coesão comunitária e vigilância difusa podem contribuir para maior opacidade, reduzindo a propensão para a denúncia ou sinalização de casos suspeitos (Ceccato & Dólmen, 2011; Cole & Sprang, 2015).

Importa sublinhar que alguns/algumas participantes reconhecem que a diferença entre os contextos não reside necessariamente na existência do fenómeno, mas sim na sua visibilidade e nos mecanismos de reconhecimento. A cidade é percebida como um espaço onde o TSH pode ser mais facilmente presenciado, devido à circulação intensa de pessoas, à presença de grupos vulneráveis e à dinâmica anónima dos espaços públicos. Por outro lado, o meio rural é associado a uma maior subnotificação: os casos de exploração podem ocorrer em ambientes privados ou em relações de confiança, tornando o fenómeno menos denunciado e mais difícil de identificar.

Transversalmente, quer em meio urbano, quer em meio rural, emerge a dificuldade em distinguir o TSH de outros fenómenos, como a prostituição voluntária, o trabalho informal ou contrabando de migrantes. Esta ambiguidade, já evidenciada na investigação nacional (Cunha et al., 2022a; Fernandes et al., 2020), compromete a identificação e sinalização do TSH, revelando lacunas de conhecimento não só na população em geral, mas também entre profissionais, sendo esta dificuldade particularmente pronunciada nas zonas rurais.

Outro elemento recorrente é a perceção do TSH como fenómeno global, frequentemente ilustrado por referência a casos mediáticos internacionais ou relatos de situações ocorridas noutros países. Esta articulação entre o local e o global evidencia a complexidade do fenómeno (Barrick, 2016; UNODC, 2024) e reforça a ideia de que a experiência pessoal se constrói frequentemente por analogia ou projeção.

Assim, é possível confirmar que a vivência e perceção do TSH são moldadas por fatores estruturais, institucionais e socioculturais próprios de cada território. As diferenças entre

urbano e rural manifestam-se sobretudo ao nível da visibilidade, dos canais de informação e das dinâmicas de denúncia e reconhecimento, confirmando o que a literatura aponta relativamente ao impacto do contexto territorial na compreensão e resposta ao tráfico de seres humanos (Brisman et al., 2016; Cole & Sprang, 2015; Cunha et al., 2022a; Fernandes et al., 2020). Esta diferenciação não implica maior ou menor incidência do fenómeno, mas evidencia a forma como o território molda a interpretação, o grau de visibilidade e a capacidade de reconhecimento das experiências vividas ou testemunhadas pelos/as participantes.

A análise das *Reações sociais, intervenção e políticas públicas* face ao TSH em contextos urbanos e rurais evidencia dinâmicas complexas e, por vezes, contraintuitivas, que têm sido amplamente debatidas na literatura nacional e internacional (Briddell, 2009; Cunha et al., 2019; Fernandes et al., 2020; Galston & Baehler, 1995). Apesar de ser expectável que a proximidade a recursos institucionais, a maior densidade populacional e o acesso facilitado à informação nos meios urbanos favorecessem um conhecimento mais robusto sobre as entidades envolvidas no combate ao TSH, os dados deste estudo revelam que, em determinados casos, participantes do meio rural demonstram um conhecimento mais detalhado e técnico acerca das estruturas formais – incluindo referências específicas à PJ, ao extinto SEF, à atual AIMA e às equipas multidisciplinares. Esta inversão de expectativas, parece estar menos relacionada com a distribuição territorial e mais com trajetórias formativas e profissionais concretas, como a frequência de formação específica, a experiência em contextos de apoio à vítima ou a proximidade a redes sociais ligadas à intervenção social. Estes fatores sugerem que o conhecimento institucional é fortemente mediado por experiências individuais e redes informais (Cunha et al., 2022a; Moreira, 2017), e não apenas pelas oportunidades informacionais oferecidas pelo território.

Independentemente do contexto, prevalece uma perceção transversal de ineficácia institucional, marcada pela lentidão processual, escassez de recursos e uma persistente sensação de impunidade dos ofensores, em linha com os desafios identificados por Neubauer (2002), que destaca a dificuldade de resposta eficaz ao crime em contextos com limitações operacionais. Nos meios urbanos, esta crítica é frequentemente mais técnica e articulada, refletindo a tendência para uma maior exigência e escrutínio do sistema institucional em ambientes caracterizados por complexidade social e maior acesso à informação (Brown et al., 2004; Stauber, 2001).

As atitudes comunitárias constituem outra dimensão de clivagem expressiva entre os dois contextos. No meio rural, a densidade relacional, a ausência de anonimato e a forte interdependência entre membros da comunidade – aspetos longamente estudados por Brisman et al. (2014), Ceccato (2015) e Johnson (2006) – criam dinâmicas de controlo social informal que, se por um lado podem favorecer laços de coesão e suporte, por outro atuam como barreiras à denúncia e à mobilização coletiva. O medo de represálias, a vergonha social, a proximidade com potenciais ofensores ou com as forças de segurança, bem como a dependência de figuras de autoridade locais, reproduzem padrões de silêncio e alimentam a manutenção de uma "cultura do segredo" já identificada na investigação sobre criminalidade rural (Abrahams & Jewkes, 2010; Ceccato & Dólmen, 2011). Estes mecanismos de autoproteção são, por vezes, reforçados por relações de dependência económica ou por pressões comunitárias, dificultando o acesso das vítimas à justiça e à proteção formal.

É também no meio rural que se observa, com maior frequência, que apesar de surgirem manifestações pontuais de empatia perante situações de TSH, frequentemente motivadas por notícias mediáticas ou relatos particularmente emotivos, estas raramente se traduzem em mobilização concreta ou ação efetiva. A perceção do TSH como fenómeno excecional e distante manifesta-se com particular intensidade no discurso dos/as participantes deste contexto, favorecendo uma desresponsabilização social generalizada. Essa inércia é ainda agravada por representações discriminatórias que, ao associarem automaticamente determinados perfis – como a cor da pele ou a condição de migrante – à criminalidade, contribuem para a confusão entre vítimas e ofensores/as, refletindo um padrão de leitura securitária também analisado por Brisman et al. (2014, 2016).

Particularmente em meios rurais, a proximidade entre ofensores/as e forças de segurança, para além do medo e da vergonha social, constitui um obstáculo adicional à denúncia e à participação ativa das vítimas, perpetuando padrões de silêncio e impunidade (Donnermeyer, 1994; Weisheit & Donnermeyer, 2000). Esta realidade é também agravada pela escassez de infraestruturas de apoio, pelo isolamento social e pela ausência de unidades especializadas, criando condições propícias à ocultação e invisibilidade do TSH nas zonas rurais (Cole & Sprang, 2015; Kumar et al., 2020).

Em contraste, nos contextos urbanos, apesar do maior acesso à informação, campanhas de sensibilização e recursos institucionais, os discursos evidenciam frequentemente um distanciamento emocional e social face ao fenómeno, manifestado sob a forma de indiferença, minimização ou banalização do problema. O anonimato, a mobilidade e o ritmo acelerado da vida urbana (Briddell, 2009; Stauber, 2001) podem, por um lado, facilitar a denúncia – ao reduzir o risco de exposição direta – mas, por outro, contribuir para a invisibilização do TSH, tornando-o, por vezes, um fenómeno percebido como distante ou inevitável. Tal como reconhecido por Cunha et al. (2022a) e Fernandes et al. (2020), a escassez de campanhas de sensibilização estruturadas e o desconhecimento dos mecanismos de denúncia e apoio mantêm-se como obstáculos centrais à mobilização social, reforçando a necessidade de investimento em estratégias educativas e informativas ajustadas às realidades locais.

No que toca às propostas de prevenção e intervenção, as diferenças de conceptualização e de prioridade são igualmente nítidas. Nos contextos urbanos, os/as participantes tendem a apresentar propostas mais sistematizadas, orientadas para reformas estruturais, tais como o reforço das campanhas mediáticas, a capacitação de profissionais dos sectores da saúde, justiça e educação, e a integração do TSH nos currículos escolares – estratégias recomendadas pelos principais organismos internacionais e nacionais (APAV, 2013; Lourenço et al., 2019; UNODC, 2022, 2024). A eficácia destas campanhas depende, contudo, da utilização de mensagens simples, baseadas em factos reais e com canais de denúncia visíveis e acessíveis, assegurando o anonimato e promovendo a confiança da população nas estruturas de apoio. Estas propostas denotam um discurso crítico, tecnicamente informado e atento às insuficiências do sistema formal, traduzindo uma maior exposição a redes de informação e uma cultura cívica de participação mais desenvolvida. Para além das propostas focadas na informação e sensibilização, alguns discursos ampliam a noção de prevenção ao articularem o TSH com fatores estruturais como a pobreza, o desemprego e a exclusão social. Esta perspetiva sublinha a necessidade de integrar a prevenção do tráfico em políticas sociais mais amplas, promovendo

respostas que combatam as condições de vulnerabilidade que alimentam o fenómeno (Brisman et al., 2016; Machado et al., 2018).

Já nas zonas rurais, as propostas privilegiam a proximidade, a acessibilidade da informação e a necessidade de adaptação cultural das estratégias preventivas. Destaca-se a valorização de mediadores locais – párocos, autarcas ou outras figuras de confiança – bem como a preocupação com dificuldades acrescidas resultantes do envelhecimento da população, da baixa literacia e da desconfiança face ao sistema formal. Estas especificidades, já documentadas por Barrick (2016), Cole e Sprang (2015) e Kumar et al. (2020), refletem obstáculos estruturais à prevenção e resposta em meio rural, incluindo a escassez de recursos, o isolamento geográfico e a preponderância de redes informais de apoio. O envolvimento de mediadores respeitados e o investimento em formas de sensibilização culturalmente ajustadas surgem, assim, como condições fundamentais para a eficácia das estratégias locais de prevenção e intervenção, em consonância com as recomendações da literatura. Os discursos evidenciam, também, que a mobilização comunitária não depende apenas do acesso à informação, mas é igualmente condicionada pela estrutura das relações sociais e pelas representações que cada território constrói sobre o fenómeno, o que justifica a necessidade de estratégias ajustadas à dinâmica específica de cada contexto.

CONCLUSÃO

A presente dissertação teve como objetivo central compreender as perceções públicas sobre o TSH em Portugal, numa perspetiva comparativa entre contextos urbanos e rurais. A análise integrada dos dados e da literatura demonstra que as perceções e propostas relativas à resposta ao TSH permanecem fortemente condicionadas pelas características socioculturais, institucionais e territoriais dos contextos em que se desenvolvem. Nos meios urbanos, sobressaem discursos críticos e tecnicamente informados, orientados para a reforma e o reforço institucional; nos meios rurais, prevalecem o medo, a dependência de mediadores locais e a dificuldade no acesso a informação compreensível e segura. Esta assimetria traduz vulnerabilidades e necessidades distintas, que exigem políticas públicas diferenciadas e sensíveis ao território, capazes de articular o investimento institucional com a mediação comunitária e a adaptação das estratégias educativas às especificidades locais.

Tendo em conta as questões de investigação previamente delineadas, considera-se que todas foram adequadamente respondidas. Em relação à questão de investigação "*Quais são as principais diferenças no nível de conhecimento sobre o Tráfico de Seres Humanos entre populações urbanas e rurais em Portugal?*", conclui-se que existe uma assimetria significativa entre os dois contextos. Em meios urbanos, prevalece um conhecimento mais técnico, informado e juridicamente ancorado, fruto do acesso facilitado a fontes de informação formal, formação académica e contacto institucional. Já nos meios rurais, embora as perceções tendam a ser mais fragmentadas e influenciadas por dinâmicas culturais e relações interpessoais, também se identificam discursos corretos e informados, sobretudo entre participantes que tiveram acesso a ações de sensibilização, formação específica ou experiências profissionais relacionadas com o tema. Este resultado comprova que o investimento em formação e capacitação tem efeitos positivos no aumento do conhecimento da população relativamente ao TSH.

No que respeita à questão "*De que modo as conceções culturais e socioeconómicas influenciam as perceções sobre o Tráfico de Seres Humanos nestes contextos?*", verifica-se que fatores como o nível de literacia digital, a proximidade a redes institucionais, a exposição mediática, o capital cultural e as dinâmicas relacionais exercem um papel central na construção das perceções, preocupações e vulnerabilidades relativamente ao risco de TSH. As conceções culturais e socioeconómicas contribuem para moldar não só o grau de reconhecimento do fenómeno, mas também as formas de identificação e resposta, reforçando a importância de estratégias de sensibilização, prevenção e intervenção diferenciadas, ajustadas às realidades territoriais e socioculturais.

Quanto à questão "*Quais são as principais preocupações e vulnerabilidades percebidas por pessoas em áreas urbanas e rurais em relação ao risco de Tráfico de Seres Humanos?*", destaca-se que a preocupação com a invisibilidade, a subnotificação e a dificuldade de deteção do fenómeno é transversal, mas assume expressões distintas em cada contexto. Em meios urbanos, estas preocupações estão associadas ao anonimato, à mobilidade e à heterogeneidade social; em meios rurais, à proximidade relacional, à menor literacia digital e à influência de redes informais. Ambos os contextos revelam fragilidades estruturais, mas também potencialidades próprias, o que evidencia a necessidade de respostas territorialmente ajustadas e colaborativas.

Tal como qualquer investigação de natureza qualitativa, este estudo apresenta algumas limitações que devem ser tidas em conta na análise e interpretação dos resultados. Uma das principais limitações prende-se com a composição da amostra, caracterizada por uma expressiva maioria de participantes do sexo feminino. Este desequilíbrio de género pode ter condicionado a diversidade das perspetivas recolhidas, tornando menos visível o ponto de vista do sexo masculino relativamente ao TSH, e limitando assim a possibilidade de uma comparação aprofundada entre géneros. Além disso, a dimensão reduzida da amostra, aliada ao facto de ter sido constituída através de seleção não probabilística e voluntária, limita a generalização dos resultados à totalidade da população portuguesa

A metodologia qualitativa adotada, assente na análise temática de entrevistas semiestruturadas, implica uma dimensão interpretativa subjetiva, inerente à própria natureza da investigação. Apesar do rigor aplicado nas etapas de codificação e validação interna, é importante reconhecer a influência do olhar da investigadora na análise e categorização dos dados. Por outro lado, o facto de os discursos recolhidos serem moldados pelos contextos socioculturais e institucionais de cada participante pode ter condicionado a forma como as opiniões e experiências foram partilhadas, podendo surgir fenómenos de desejabilidade social ou de omissão de temas considerados sensíveis.

É ainda relevante referir que a recolha de dados decorreu num período específico, o que leva a que acontecimentos mediáticos, sociais ou institucionais então em curso podem ter influenciado o modo como o tema foi percecionado ou valorizado pelos/as participantes.

À luz destas limitações e reconhecendo a complexidade e atualidade do TSH, considera-se pertinente que investigações futuras procurem promover um maior equilíbrio de género e diversidade amostral, de modo a possibilitar análises comparativas mais aprofundadas entre diferentes grupos sociodemográficos e contextos territoriais. Será igualmente relevante alargar o âmbito do estudo à inclusão de vítimas diretas de TSH e de profissionais especializados, como agentes das forças de segurança, profissionais da saúde ou de apoio social, permitindo aceder a perspetivas mais diversificadas e próximas da realidade do fenómeno. Recomenda-se ainda a integração de metodologias mistas, complementando a análise qualitativa com abordagens quantitativas, de forma a obter dados de maior alcance e robustez. Importa também que investigações futuras explorem o impacto de acontecimentos recentes, como crises económicas, fluxos migratórios decorrentes de conflitos armados ou situações pandémicas, na perceção pública do TSH e nas estratégias de prevenção. Do mesmo modo, será relevante analisar o efeito de campanhas de sensibilização, educação formal e formação profissional na transformação das perceções sociais, assim como aprofundar as relações entre o TSH e outros fenómenos conexos, como a imigração irregular ou o trabalho informal, contribuindo para a clarificação conceptual e para a definição de respostas mais integradas.

Este trabalho contribui, assim, para o aprofundamento do conhecimento científico sobre o TSH em Portugal, valorizando a pluralidade de perspetivas e trazendo para o debate académico e social a necessidade de políticas e intervenções territorialmente sensíveis, inclusivas e sustentadas. Importa, por isso, promover abordagens territorialmente sensíveis e colaborativas, sustentadas em redes de confiança e legitimidade local, como condição indispensável para a eficácia das políticas públicas e para a construção de respostas comunitárias sustentáveis. Só uma abordagem multissetorial, sustentada na escuta ativa dos territórios e enraizada nas realidades concretas das populações, poderá garantir uma resposta

eficaz ao TSH, assegurando proteção, justiça e dignidade para as vítimas, ao mesmo tempo que promove comunidades mais resilientes, conscientes e capazes de resistir à perpetuação deste fenómeno.

BIBLIOGRAFIA

Abrahams, N., & Jewkes, R. (2010). Barriers to post exposure prophylaxis (PEP) completion after rape: A South African qualitative study. *Culture, Health & Sexuality, 12*(5), 471–484. https://doi.org/10.1080/13691050903556316

Andrees, B. (2009). *El trabajo forzoso y la trata de personas: Manual para los inspectores del trabajo*. Organización Internacional del Trabalho.

Antonopoulos, G. A., & Papanicolaou, G. (2018). *Organized crime: A very short introduction* (Vol. 553). Oxford University Press.

APAV. (2013). *Manual SUL 2 – Apoio à vítima imigrante e combate ao tráfico de seres humanos*. https://apav.pt/publiproj/images/yootheme/PDF/Manual_SUL_2.pdf

Arcury, T. A., Gesler, W. M., Preisser, J. S., Sherman, J., Spencer, J., & Perin, J. (2005). The effects of geography and spatial behavior on health care utilization among the residents of a rural region. *Health Services Research, 40*(1), 135–156. https://doi.org/10.1111/j.1475-6773.2005.00346.x

Aronowitz, A. A. (2009). *Human trafficking, human misery: The global trade in human beings*. Greenwood Publishing Group.

Aronowitz, A. A. (2001). Smuggling and trafficking in human beings: The phenomenon, the markets that drive it and the organisations that promote it. *European Journal on Criminal Policy and Research, 9*, 163–195. https://doi.org/10.1023/A:1011253129328

Azad, A. (2019). Recruitment of migrant Workers in Bangladesh: Elements of human trafficking for labor exploitation. *Journal of Human Trafficking*, *5*(2), 130–150. https://doi.org/10.1080/23322705.2017.1422091

Bachman, R. (1992). Crime in nonmetropolitan America: A national accounting of trends, incidence rates, and idiosyncratic vulnerabilities. *Rural Sociology, 57*(4), 546–560. https://doi.org/10.1111/j.1549-0831.1992.tb00479.x

Baird, T. (2016). *Defining human smuggling in migration research: An appraisal and critique* (Robert Schuman Centre for Advanced Studies Research Paper No. RSCAS 30). European University Institute. https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2848996

Baird, T. (2014). Human smuggling and violence in the east Mediterranean. *International Journal of Migration, Health and Social Care, 10*(3), 121–133. https://doi.org/10.1108/IJMHSC-06-2013-0010

Bajrektarevic, A. H. (2000). *Trafficking in and smuggling of human beings: Linkages to organized crime – International legal measures*. *Kriminologija i Socijalna Integracija, 8*, 57–68.

Bales, K. (2005). *New slavery: A reference handbook*. Bloomsbury Publishing.

Barclay, E. M. (2017). Rural crime. In A. Deckert & R. Sarre (Eds.), *The Palgrave handbook of Australian and New Zealand criminology, crime and justice* (pp. 285–297). Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1007/978-3-319-55747-2_19

Barnett, C., & Mencken, F. C. (2002). Social disorganization theory and the contextual nature of crime in nonmetropolitan counties. *Rural Sociology, 67*(3), 372–393. https://doi.org/10.1111/j.1549-0831.2002.tb00109.x

Barrick, K. (2016). Human trafficking, labor exploitation and exposure to environmental hazards: The abuse of farmworkers in the US. In J. F. Donnermeyer (Ed.), *The*

Routledge International Handbook of Rural Criminology (pp. 147–156). Routledge. https://doi.org/10.4324/9781315755885

Battin, J. R., & Crowl, J. N. (2017). Urban sprawl, population density, and crime: An examination of contemporary migration trends and crime in suburban and rural neighborhoods. *Crime Prevention and Community Safety, 19*, 136–150. https://doi.org/10.1057/s41300-017-0020-9

Beale, C. L., & Ford, T. R. (1978). *Rural USA: Persistence and change*. University of Illinois Press.

Boeri, M., & Lamonica, A. K. (2015). Sampling designs and issues in qualitative criminology. In H. Copes & J. M. Miller (Eds.), *The Routledge handbook of qualitative criminology* (pp. 125–143). Routledge. https://doi.org/10.4324/9780203074701

Bordonaro, L., & Alvim, F. (2012). The greatest crime in the world's history: Uma análise arqueológica do discurso sobre tráfico de mulheres. *Revista (in)visível, (1)*, 17–31.

Braun, V., & Clarke, V. (2012). Thematic analysis. In H. Cooper, P. M. Camic, D. L. Long, A. T. Panter, D. Rindskopf, & K. J. Sher (Eds.), *APA handbook of research methods in psychology* (Vol. 2, pp. 57–71). American Psychological Association. https://doi.org/10.1037/13620-004

Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology, 3*(2), 77–101. https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa

Brinkmann, S. (2018). The interview. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *The SAGE handbook of qualitative research* (5th ed., pp. 997–1038). SAGE Publications.

Brisman, A., McClanahan, B., & South, N. (2016). Fractured earth, forced labour: A green criminological analysis of rights and the exploitation of landscapes and workers in rural contexts. In J. F. Donnermeyer (Ed.), *The Routledge international handbook of rural criminology* (pp. 289–298). Routledge.

Brisman, A., McClanahan, B., & South, N. (2014). Toward a green-cultural criminology of "the rural". *Critical Criminology*, *22*, 479–494. https://doi.org/10.1007/s10612-014-9250-7

Brown, D. L., & Cromartie, J. B. (2017). The nature of rurality in postindustrial society. In T. Champion & G. Hugo (Eds.), *New forms of urbanization* (pp. 269–283). Routledge.

Brown, D. L., Cromartie, J. B., & Kulcsar, L. J. (2004). Micropolitan areas and the measurement of American urbanization. *Population Research and Policy Review, 23*, 399–418. https://doi.org/10.1023/B:POPU.0000040044.72272.16

Burt, I. (2018). Modern-day slavery in the U.S.: Human trafficking and counselor awareness. *International Journal for the Advancement of Counselling, 41*(2), 187–200. https://doi.org/10.1007/s10447-018-9366-7

Campana, P., & Varese, F. (2016). Exploitation in human trafficking and smuggling. *European Journal on Criminal Policy and Research, 22*(1), 89–105. https://doi.org/10.1007/s10610-015-9286-6

Castleberry, A., & Nolen, A. (2018). Thematic analysis of qualitative research data: Is it as easy as it sounds? *Currents in Pharmacy Teaching and Learning, 10*(6), 807–815. https://doi.org/10.1016/j.cptl.2018.03.019

Cebulak, W. (2004). Why rural crime and justice really matter. *Journal of Police and Criminal Psychology, 19*(1), 71–81. https://doi.org/10.1007/BF02802576

Ceccato, V. (2015). Rural–urban crime trends in international perspective. In R. I. Mawby & R. S. Hall (Eds.), *Rural crime and community safety* (pp. 25–52). Routledge. https://doi.org/10.4324/9780203725689-6

Ceccato, V., & Dolmen, L. (2011). Crime in rural Sweden. *Applied Geography, 31*(1), 119–135. https://doi.org/10.1016/j.apgeog.2010.03.002

Churakova, I., & van der Westhuizen, A. (2019). Human trafficking in the Russian Federation: Scope of the problem. In J. A. Winterdyk & J. Jones (Eds.), *The Palgrave international handbook of human trafficking* (pp. 1–22). Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1007/978-3-319-63192-9_63-1

Código Penal. (2024). *Código Penal português* (13.ª ed.). Porto Editora.

Cole, J., & Sprang, G. (2015). Sex trafficking of minors in metropolitan, micropolitan, and rural communities. *Child Abuse & Neglect, 40*, 113–123. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2014.07.015

Columb, S. (2014). Beneath the organ trade: A critical analysis of the organ trafficking discourse. *Crime, Law and Social Change, 63*, 21–47. https://doi.org/10.1007/s10611-014-9548-0

Cordeiro, S. L. (2019). *Tráfico humano: Uma abordagem nacional e internacional* [Projeto de graduação, Universidade Fernando Pessoa]. http://hdl.handle.net/10284/8126

Couto, D. L. M. (2012). *Tráfico de seres humanos: Perceções sociais, percursos de vitimização e de sobrevivência* [Tese de doutoramento, Universidade do Minho]. https://hdl.handle.net/1822/19770

Couto, D., & Machado, C. (2010). Tráfico de seres humanos e exploração sexual. In C. Machado (Ed.), *Novas formas de vitimação criminal* (pp. 167–234). Psiquilíbrios Edições.

Creswell, J. W. (2007). *Qualitative inquiry & research design: Choosing among five approaches* (2nd ed.). Sage.

Cruz, N. (2015). *O esclavagismo dos tempos modernos e a tutela jurídica das suas vítimas: Os meios jurídicos ao serviço da recuperação psicológica das vítimas de tráfico de seres humanos* [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/38544

Cunha, A., Gonçalves, M., & Matos, M. (2022a). An assessment of Portuguese social professionals awareness of human trafficking. *European Journal of Social Work, 25*(3), 512–524. https://doi.org/10.1080/13691457.2021.1934413

Cunha, A., Gonçalves, M., & Matos, M. (2022b). Exploring perceptions of Portuguese police about human trafficking victims and perpetrators. *Crime, Law and Social Change, 77*(3), 253–273. https://doi.org/10.1007/s10611-021-09991-w

Cunha, A., Gonçalves, M., & Matos, M. (2019). Knowledge of trafficking in human beings among Portuguese social services and justice professionals. *European Journal on Criminal Policy and Research, 25*, 469–488. https://doi.org/10.1007/s10610-018-9394-1

Dell, N. A., Maynard, B. R., Born, K. R., Wagner, E., Atkins, B., & House, W. (2019). Helping survivors of human trafficking: A systematic review of exit and postexit interventions. *Trauma, Violence, & Abuse, 20*(2), 183–196. https://doi.org/10.1177/1524838017692553

Deshpande, N. A., & Nour, N. M. (2013). Sex trafficking of women and girls. *Reviews in Obstetrics and Gynecology, 6*(1), e22–e27.

Farrell, A., & Pfeffer, R. (2014). Policing human trafficking: Cultural blinders and organizational barriers. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science, 653*(1), 46–64. https://doi.org/10.1177/0002716213515835

Fernandes, Â., Gonçalves, M., & Matos, M. (2020). "Who are the victims, who are the traffickers?" University students' portrayals on human trafficking. *Victims & Offenders, 15*(2), 243–266. https://doi.org/10.1080/15564886.2019.1711276

Fernandes, V. (2016). *Tráfico de seres humanos: Uma perspectiva geral sobre a exploração sexual de mulheres* [Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra]. https://hdl.handle.net/10316/41195

Fischer, C. S. (1980). The spread of violent crime from city to countryside, 1955 to 1975. *Rural Sociology, 45*(3), 416–434.

Flick, U. (Ed.). (2013). *The SAGE handbook of qualitative data analysis*. SAGE Publications. https://doi.org/10.4135/9781446282243

Freitas, S. C. S. (2021). *Tráfico transnacional e exploração sexual de mulheres: Perspetivas institucionais e sociais na zona norte de Portugal* [Dissertação de mestrado, Universidade Aberta]. http://hdl.handle.net/10400.2/10665

Gallagher, A. T. (2010). *The international law of human trafficking*. Cambridge University Press.

Galston, W. A., & Baehler, K. J. (1995). *Rural development in the United States: Connecting theory, practice, and possibilities*. Island Press.

Giddens, A. (1990). *The consequences of modernity*. Polity.

Gomes Silva, E., Aparecida Moreno Lares, M., & Soares de Barbuda, A. (2023). Tráfico internacional de pessoas – exploração sexual. *Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, 1*(1), 1–16. https://jrnm.ojsbr.com/juridica/article/view/363

Green, C., Clark, S., Kioko, J., Mwai, E., Odhiambo, J., Rettie, N., & van der Weijde, K. (2023). The role of the transport sector in facilitating and preventing trafficking in persons along high volume transport corridors in sub-Saharan Africa. *Journal of Transport & Health, 30*, Article 101607. https://doi.org/10.1016/j.jth.2023.101607

Greenbaum, V. J. (2014). Commercial sexual exploitation and sex trafficking of children in the United States. *Current Problems in Pediatric and Adolescent Health Care, 44*(9), 245–269. https://doi.org/10.1016/j.cppeds.2014.07.001

Halfacree, K. H. (2017). Locality and social representation: Space, discourse and alternative definitions of the rural. In P. J. Cloke (Ed.), *The rural* (pp. 245–260). Routledge.

Heath-Kelly, C. (2013). Counter-terrorism and the counterfactual: Producing the 'radicalisation' discourse and the UK PREVENT strategy. *The British Journal of Politics and International Relations, 15*(3), 394–415. https://doi.org/10.1111/j.1467-856X.2011.00489.x

Hodge, D. R., & Lietz, C. A. (2007). The international sexual trafficking of women and children. *Affilia, 22*(2), 163–174. https://doi.org/10.1177/0886109907299055

Horning, A. (2015). Qualitative interviewing. In M. G. Maxfield & E. Babbie (Eds.), *Research methods for criminal justice and criminology* (7th ed., pp. 267–280). Cengage Learning. https://doi.org/10.1016/B978-0-08-047163-1.00662-7

Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais. (2012). *A proteção dos direitos humanos e vítimas de tráfico de pessoas: Rotas, métodos, tipos de tráfico e setores de atividade em Portugal*. https://www.eapn.pt/centro-de-documentacao/documentos/dimensao-europeia/a-protecao-dos-direitos-humanos-e-as-vitimas-de-trafico-de-pessoas/

Johnson, K. M. (2006). *Demographic trends in rural and small town America* (Report No. 1). Carsey Institute, University of New Hampshire. https://dx.doi.org/10.34051/p/2020.6

Johnson, K. M., & Beale, C. L. (1995). The rural rebound revisited: Small towns and country homes are growing rapidly in the 1990s. *American Demographics*, *17*(3), 46–51.

Johnson, K. M., & Lichter, D. T. (2019). Rural depopulation: Growth and decline processes over the past century. *Rural Sociology, 84*(1), 3–27. https://doi.org/10.1111/ruso.12266

Jones, L., Engstrom, D., Hilliard, P., & Sungakawan, D. (2011). Human trafficking between Thailand and Japan: Lessons in recruitment, transit and control. *International Journal of Social Welfare, 20*(2), 203–211. https://doi.org/10.1111/j.1468-2397.2009.00669.x

Kadar, C., Maculan, R., & Feuerriegel, S. (2019). Public decision support for low population density areas: An imbalance-aware hyper-ensemble for spatio-temporal crime prediction. *Decision Support Systems, 119*, 107–117. https://doi.org/10.1016/j.dss.2019.03.001

Kaylen, M., Pridemore, W. A., & Roche, S. P. (2019). A comparison of aggravated assault rate trends in rural, suburban, and urban areas using the UCR and NCS/NCVS, 1988–2005. *Crime Prevention and Community Safety, 21*, 181–199. https://doi.org/10.1057/s41300-019-00070-w

Kiss, L., & Zimmerman, C. (2019). Human trafficking and labor exploitation: Toward identifying, implementing, and evaluating effective responses. *PLOS Medicine, 16*(1), e1002740. https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1002740

Kumar, R., Mishra, N., & Mishra, P. S. (2020). Human trafficking: A review of the crime in Odisha, India. *Children and Youth Services Review, 119*, Article 105532. https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2020.105532

Landman, T., & Silverman, B. W. (2019). Globalization and modern slavery. *Politics and Governance, 7*(4), 275–290. https://doi.org/10.17645/pag.v7i4.2233

Leite, J. R. S. (2022). *O combate do tráfico de seres humanos perante a globalização* [Projeto de graduação, Universidade Fernando Pessoa]. http://hdl.handle.net/10284/11111

Lochmiller, C. R. (2021). Conducting thematic analysis with qualitative data. *The Qualitative Report, 26*(6), 2029–2044. https://doi.org/10.46743/2160-3715/2021.5008

Lourenço, E., Gonçalves, M., & Matos, M. (2019). Trafficking in human beings: Portuguese magistrates' perceptions. *Journal of Human Trafficking, 5*(3), 238–254. https://doi.org/10.1080/23322705.2018.1468160

Maguire, M., & Delahunt, B. (2017). Doing a thematic analysis: A practical, step-by-step guide for learning and teaching scholars. *All Ireland Journal of Teaching and Learning in Higher Education, 9*(3), 3351–3364. https://doi.org/10.62707/aishej.v9i3.335

Majumdar, A. (2018). Thematic analysis in qualitative research. In A. Jain (Ed.), *Qualitative techniques for workplace data analysis* (pp. 197–220). IGI Global. https://doi.org/10.4018/978-1-5225-5366-3.ch009

Marshall, P. A. (2006). Informed consent in international health research. *Journal of Empirical Research on Human Research Ethics, 1*(1), 25–42. https://doi.org/10.1525/jer.2006.1.1.25

Mawby, R. I. (2015). Exploring the relationship between crime and place in the countryside. *Journal of Rural Studies, 39*, 262–270. https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2014.12.003

Maxfield, M. G., & Babbie, E. R. (2015). *Research methods for criminal justice and criminology* (7th ed.). Cengage Learning.

McAdam, M., & Gerasimov, B. (2022). Traffickers. *Anti-Trafficking Review*, (18), 1–11. https://doi.org/10.14197/atr.201222181

Miers, S. (2003). *Slavery in the twentieth century: The evolution of a global problem*. Rowman & Littlefield.

Moreira, A. F. P. (2017). *Tráfico de pessoas: perceções da comunidade* [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. https://hdl.handle.net/1822/48302

Nações Unidas. (2000). *Protocolo contra o tráfico ilícito de migrantes por via terrestre, marítima e aérea, que complementa a Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional.* https://dcjri.ministeriopublico.pt//sites/default/files/documentos/instrumentos/protocolo_adicional_cov_nu_trafico_ilicito_migrantes_via_terrestre_maritima_aerea.pdf

Nações Unidas. (2000). *Protocolo para prevenir, reprimir e punir o tráfico de pessoas, especialmente mulheres e crianças, que complementa a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional – Artigo 3.º, alínea a*. https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/protocol-prevent-suppress-and-punish-trafficking-persons

Neves, S. (2011). Women trafficking for sexual exploitation in Portugal: Life narratives. *International Journal of Humanities and Social Science*, *1*, 186–192.

Ngwe, J. E., & Elechi, O. O. (2012). Human trafficking: The modern-day slavery of the 21st century. *African Journal of Criminology and Justice Studies*, *6*(1), 7.

Noaks, L., & Wincup, E. (2004). *Criminological research: Understanding qualitative methods* (1st ed.). Sage Publications.

Owen, S., & Carrington, K. (2015). Domestic violence (DV) service provision and the architecture of rural life: An Australian case study. *Journal of Rural Studies*, *39*, 229–238. https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2014.11.004

Paraskevas, A. (2020). Human trafficking and modern slavery in Europe's hotels. In C. Lashley (Ed.), *Slavery and Liberation in Hotels, Restaurants and Bars* (pp. 70–86). Routledge.

Pardhoothman, S. (2015). *An analysis of the modus operandi of perpetrators in human trafficking* [Doctoral dissertation, University of South Africa]. ProQuest Dissertations & Theses Global. (32037708)

Park, M., & Stokowski, P. A. (2009). Social disruption theory and crime in rural communities: Comparisons across three levels of tourism growth. *Tourism Management*, *30*(6), 905–915. https://doi.org/10.1016/j.tourman.2008.11.015

Pascual-Leone, A., Kim, J., & Morrison, O. P. (2017). Working with victims of human trafficking. *Journal of Contemporary Psychotherapy*, *47*, 51–59. https://doi.org/10.1007/s10879-016-9338-3

Pérez, J. L. (2016). A criminological reading of the concept of vulnerability: A case study of Brazilian trafficking victims. *Social & Legal Studies*, *25*(1), 23–42. https://doi.org/10.1177/0964663915593411

Portes, A. (1981). Modes of structural incorporation and present theories of labor immigration. *International Migration Review*, *15*(1_suppl), 279–297. https://doi.org/10.1177/019791838101501s15

Quinney, R. (1966). Structural characteristics, population areas, and crime rates in the United States. *The Journal of Criminal Law, Criminology, and Police Science*, *57*(1), 45–52. https://doi.org/10.2307/1140873

Ramina, L., & Raimundo, L. (2013). Tráfico internacional de mulheres para fins de exploração sexual: Dificuldades conceituais, caracterização das vítimas e operacionalização. *Revista Direitos Fundamentais & Democracia*, *14*(14.1), 162–180.

RASI. (2022). *Relatório Anual de Segurança Interna 2022*. https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/documento?i=relatorio-anual-de-seguranca-interna-2022

RASI. (2024). *Relatório Anual de Segurança Interna 2024*. https://www.portugal.gov.pt/pt/gc24/comunicacao/documento?i=relatorio-anual-de-seguranca-interna-rasi-2024

Rennison, C. M., & Hart, T. C. (2019). *Research methods in criminal justice and criminology*. SAGE Publications.

Robertson, R. (1992). *Globalization: Social theory and global culture*. SAGE Publications.

Roulston, K., & Myungweon, C. (2018). Qualitative interviews. In U. Flick (Ed.), *The SAGE handbook of qualitative data collection* (pp. 233–249). SAGE Publications. https://doi.org/10.4135/9781526416070

Rubin, H. J., & Rubin, I. S. (2012). *Qualitative interviewing* (3rd ed.). SAGE Publications.

Ruddell, R., Jayasundara, D. S., Mayzer, R., & Heitkamp, T. (2017). Drilling down: An examination of the boom-crime relationship in resource based boom counties. *Actual Problems of Economics and Law*, *11*(1), 208–224. https://doi.org/10.21202/1993-047X.11.2017.1.208-224

Scala, D. J., & Johnson, K. M. (2017). Political polarization along the rural-urban continuum? The geography of the presidential vote, 2000–2016. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, *672*(1), 162–184. https://doi.org/10.1177/0002716217712696

Schreier, M. (2018). Sampling and generalization. In U. Flick (Ed.), *The SAGE handbook of qualitative data collection* (pp. 84–98). SAGE Publications. https://doi.org/10.4135/9781526416070

Secchi, N. G., de Oliveira, I. K. A., & Moreira, G. R. M. (2021). O tráfico de pessoas para exploração sexual na era digital. *ETIC – Encontro de Iniciação Científica*, *17*(17), 1–17.

Shelley, L. (2014). *Human smuggling and trafficking into Europe: A comparative perspective*. Routledge.

Shelley, L. (2010). Human trafficking: Why is it such an important women's issue? In J. S. Peters & A. Wolper (Eds.), *Confronting global gender justice* (pp. 53–67). Routledge.

Silva, C., & Albano, M. (2011). Tráfico de seres humanos. In A. I. Sani (Coord.), *Temas de vitimologia: Realidades emergentes e respostas sociais* (pp. 199–212). Almedina.

Sokat, K. Y. (2022). Understanding the role of transportation in combating human trafficking in California. *Transportation Research Interdisciplinary Perspectives*, *15*, 100673. https://doi.org/10.1016/j.trip.2022.100673

Somerville, P., Smith, R., & McElwee, G. (2015). The dark side of the rural idyll: Stories of illegal/illicit economic activity in the UK countryside. *Journal of Rural Studies*, *39*, 219–228. https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2014.11.001

Sousa, M. A. F. (2024). *Trajetórias ocultas: Tráfico de pessoas para exploração do trabalho* [Dissertação de mestrado, Universidade do Porto]. https://hdl.handle.net/10216/164248

Stauber, K. N. (2001). Why invest in rural America—and how? A critical public policy question for the 21st century. *Economic Review*, *86*(2), 57–87. https://www.kansascityfed.org/documents/1643/why-invest-in-rural-america-and-how.pdf

Sun, D., & Benson, M. L. (2022). Mixed methods: A justification, explication, and example. In R. Faria & M. Dodge (Eds.), *Qualitative research in criminology: Cutting-edge methods* (pp. 37–49). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-031-18401-7_3

Surtees, R. (2008a). Trafficked men as unwilling victims. *St Antony's International Review*, *4*(1), 16–36.

Surtees, R. (2008b). Traffickers and trafficking in Southern and Eastern Europe: Considering the other side of human trafficking. *European Journal of Criminology*, *5*(1), 39–68. https://doi.org/10.1177/1477370807084224

Terwilliger, A. M. (2021). *The role of social media in human trafficking victimization* [Doctoral dissertation, Nova Southeastern University]. https://nsuworks.nova.edu/fse_etd/323/

Todres, J. (2011). Widening our lens: Incorporating essential perspectives in the fight against human trafficking. *Michigan Journal of International Law, 33*(1), 53–76.

Tomich, D. (2017). The "second slavery": Bonded labor and the transformation of the nineteenth-century world economy. In M. L. Dantas (Ed.), *Critical Readings on Global Slavery* (Vol. 4, pp. 1326–1349). Brill. https://doi.org/10.1163/9789004346611_042

Trevisan, M. G., & Sanches, C. J. P. (2014). Tráfico humano: Um problema invisível. *ETIC – Encontro de Iniciação Científica*, *10*(10), 1–12.

Tyler, W. (1998). Race, crime and region: The socio-spatial dynamics of Aboriginal offending. *Journal of Sociology*, *34*(2), 152–169. https://doi.org/10.1177/144078339803400204

United Nations Office on Drugs and Crime. (2022). *Global Report on Trafficking in Persons 2022*. United Nations Office on Drugs and Crime. https://www.unodc.org/documents/data-analysis/glotip/2022/GLOTiP_2022_web.pdf

United Nations Office on Drugs and Crime. (2024). *Global Report on Trafficking in Persons 2024*. United Nations Office on Drugs and Crime. https://www.unodc.org/documents/dataanalysis/glotip/2024/GLOTIP2024_BOOK.pdf

van Liempt, I. (2018). Human smuggling: A global migration industry. In A. Triandafyllidou (Ed.), *Handbook of Migration and Globalisation* (pp. 140–154). Edward Elgar Publishing. https://doi.org/10.4337/9781785367519.00015

VERBI Software. (2023). *MAXQDA 2024 [Computer software]*. VERBI Software. https://www.maxqda.com

Villacampa, C. (2024). Human trafficking for labour exploitation: The survivors' perspective. *International Review of Victimology*, *30*(2), 240–260. https://doi.org/10.1177/02697580231167907

Vocks, J., & Nijboer, J. (2000). The promised land: A study of trafficking in women from Central and Eastern Europe to the Netherlands. *European Journal on Criminal Policy and Research*, *8*(3), 379–388. https://doi.org/10.1023/A:1008785214932

Wang, Z., Wei, L., Peng, S., Deng, L., & Niu, B. (2018). Child-trafficking networks of illegal adoption in China. *Nature Sustainability*, *1*(5), 254–260. https://doi.org/10.1038/s41893-018-0065-5

Washburn, T., Diener, M. L., Curtis, D. S., & Wright, C. A. (2022). Modern slavery and labor exploitation during the COVID-19 pandemic: A conceptual model. *Global Health Action*, *15*(1), Article 2074784. https://doi.org/10.1080/16549716.2022.2074784

Weitzer, R. (2015). Human trafficking and contemporary slavery. *Annual Review of Sociology*, *41*(1), 223–242. https://doi.org/10.1146/annurev-soc-073014-112506

Wells, L. E., & Weisheit, R. A. (2004). Patterns of rural and urban crime: A county-level comparison. *Criminal Justice Review*, *29*(1), 1–22. https://doi.org/10.1177/073401680402900103

Wiles, R. (2013). *What are qualitative research ethics?* Bloomsbury Academic. https://doi.org/10.5040/9781849666558

Winterdyk, J., & Jones, J. (Eds.). (2020). *The Palgrave international handbook of human trafficking*. Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-63058-8

Wirth, L. (1938). Urbanism as a way of life. *American Journal of Sociology*, *44*(1), 1–24. https://doi.org/10.1086/217913

Xi, Z. (2018). 'Cake Uncles': Formation of a criminal town in rural China. In B. Bakken (Ed.), *Crime and the Chinese Dream* (pp. 40–72). Hong Kong University Press. https://doi.org/10.1515/9789888455119-005

Zimmerman, C., Hossain, M., & Watts, C. (2011). Human trafficking and health: A conceptual model to inform policy, intervention and research. *Social Science & Medicine*, *73*(2), 327–335. https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2011.05.028

ANEXOS

Anexo I – Consentimento Informado De Participação

CONSENTIMENTO INFORMADO DE PARTICIPAÇÃO

Exmo. Senhor/a,

O meu nome é Flávia Vigo e encontro-me a realizar a minha Dissertação de Mestrado em Criminologia na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, sob orientação da Professora Doutora Ana Guerreiro, intitulada "*Tráfico de Seres Humanos: conhecimentos e perceções públicas sobre o fenómeno*".

A presente investigação pretende explorar o conhecimento de pessoas residentes em meios urbanos e rurais sobre o fenómeno do Tráfico de Seres Humanos. Em concreto, pretende-se identificar as principais diferenças nas perceções em função do contexto em que estas residem, bem como a relação existente entre as características específicas desses ambientes e o conhecimento e a perceção das pessoas sobre o tema.

Os dados serão recolhidos através da realização de entrevistas semiestruturadas de, no máximo 1h, que serão gravadas em áudio e posteriormente transcritas integralmente. Após a recolha e análise da informação, as gravações serão destruídas, mantendo-se assegurada a confidencialidade dos dados e o anonimato dos/as participantes (através da atribuição de nome fictício), garantindo-se que todos os dados recolhidos serão exclusivamente utilizados com propósitos científicos. A participação é voluntária, pelo que poderá desistir de participar na entrevista a qualquer momento, se assim o desejar, sem que daí decorra qualquer prejuízo para o/a próprio/a. Assegura-se, ainda, a possibilidade de aceder aos resultados centrais e conclusões deste estudo, bem como de esclarecer qualquer dúvida, através de solicitação para o e-mail: up202310102@edu.direito.up.pt

Eu, _____, compreendi a explicação que me foi fornecida, concordando que me foram facultados todos os esclarecimentos acerca da investigação, nomeadamente os seus objetivos, metodologia e procedimentos, pelo que consinto, assim, a minha participação na investigação.

Data: …/…/….

Assinatura da Investigadora: _____

Assinatura do/a Participante: _____

Anexo II – Caracterização sociodemográfica da amostra do estudo

Tabela 1

Caracterização sociodemográfica da amostra do estudo

Código	Género	Idade	Profissão/Ocupação	Nível de Escolaridade	Contexto (Rural/Urbano)
EU1	Feminino	44	Auxiliar de Ação médica	Ensino Secundário	Urbano
ER2	Feminino	72	Reformada	1.º Ciclo do Ensino Básico	Rural
EU3	Masculino	44	Pasteleiro	Ensino Secundário	Urbano
EU4	Feminino	30	Monitora	Mestrado	Urbano
ER5	Feminino	24	Assistente de Apoio ao cliente	Licenciatura	Rural
ER6	Feminino	49	Empregada Fabril	2.º Ciclo do Ensino Básico	Rural
ER7	Feminino	36	Empregada de Balcão	3.º Ciclo do Ensino Básico	Rural
EU8	Feminino	55	Pensionista por invalidez	3.º Ciclo do Ensino Básico	Urbano
EU9	Masculino	66	Reformado	Ensino Secundário Completo	Urbano
EU10	Feminino	45	Docente	Licenciatura	Urbano
EU11	Feminino	30	Ajudante de Ação Direta	Licenciatura	Urbano
ER12	Feminino	51	Costureira	Ensino Secundário	Rural
ER13	Feminino	27	Monitora	Licenciatura	Rural
EU14	Feminino	26	Técnica de Apoio à Vítima	Licenciatura	Urbano
ER15	Feminino	28	Monitora	Licenciatura	Rural
ER16	Feminino	22	Estudante	Mestrado (em curso)	Rural
EU17	Feminino	21	Estudante	Mestrado (em curso)	Urbano
ER18	Feminino	33	Coordenadora Técnica de Resposta de Acolhimento	Mestrado	Rural

Anexo III – Dimensões de análise e Guião de entrevista

Tabela 2

Dimensões de análise e Guião de entrevista

Dimensões de análise	Subdimensões	Objetivo da dimensão de análise	Tópicos Orientadores
Enquadramento e *Ice- Breakers*	Questões Introdutórias/Caracterização Sociodemográfica	Estabelecer um ambiente propício para a entrevista, promovendo confiança e abertura para discutir o tema do TSH. Nesta fase inicial, além de questões introdutórias sobre idade, nível de escolaridade e ocupação profissional, será solicitado ao participante que escolha um nome fictício para efeitos de codificação da entrevista.	(Perguntar se podemos começar a entrevista e a gravação, após a leitura do Consentimento Informado e eventuais questões que possam surgir) *1. Garantia da confidencialidade: escolha um nome fictício.* *1.1. Partilha de informações gerais: idade, escolaridade, ocupação e concelho (zona rural ou urbana).*
Conhecimentos sobre o TSH	Conceptualização de TSH Via de obtenção de informação Características das Vítimas Características dos Ofensores Contextos Sociais	Explorar e comparar as perceções dos entrevistados sobre o fenómeno, incluindo as suas definições, visões sobre vítimas e ofensores, contexto social e diferenciação de tipos de tráfico humano, bem como compreender as fontes de informação utilizadas pelos mesmos para adquirir conhecimento sobre o TSH.	Começar por fazer algumas questões sobre o TSH de modo a conhecer melhor a perceção do/a participante sobre este tema. *2. Conhecimento prévio sobre TSH.* *3. Fontes de informação sobre o tema.* *4. Aspetos/Características marcantes ou impactantes do fenómeno.* *5. Fatores de risco para o TSH.*

	Diferenciação de tipos de TSH		*6. Caracterização das vítimas e dos ofensores.* (Nota: Relembrar que não quero nomes específicos ou identificações caso conheça alguém pessoalmente. Apenas gostaria de saber qual é perceção sobre um traficante e uma vítima.) *7. Impacto da globalização no TSH.* *8. Existência e gravidade do TSH em Portugal.*
Experiências sobre o fenómeno	Conhecimento pessoal de situações de TSH	Conhecer as experiências, vivências e conhecimentos diretos ou indiretos dos entrevistados em relação ao TSH, abordando casos conhecidos, fontes de informação e atribuições sobre o fenómeno.	*9. Conhecimento de casos de TSH na comunidade ou no círculo próximo.* *10. Representação do TSH nos meios de comunicação.* *11. Impacto das redes sociais e da internet no fenómeno.* *12. Diferenças entre meios urbanos e rurais na deteção de casos.*
	Meios difusores de casos de TSH		
	Atribuições que se fazem a este fenómeno		
Reação Social	Opiniões sobre intervenções/ políticas	Explorar o conhecimento sobre determinadas reações sociais relativamente ao TSH e as suas opiniões e atitudes em relação às intervenções e políticas existentes relacionadas ao tema, bem como as suas sugestões relativamente a outros aspetos que pudessem ser feitos por instâncias formais ou informais	*13. Conhecimento sobre medidas de prevenção e combate ao TSH.* *14. Reação da comunidade ao fenómeno.* *15. Avaliação da atuação das autoridades (polícia, tribunais, etc.).* *16. Sugestões para melhorias na prevenção e combate ao TSH.*

Conclusão da entrevista	Finalizações e agradecimentos	Últimas contribuições, questões, observações do entrevistado. Agradecimentos e reconhecimento da importância do participante para o estudo.	*17. Espaço para dúvidas/questões* *18. Reflexões e observações finais.* *Agradecimento pela participação e contributo para o estudo.*

Anexo IV - Grelha de categorização temática utilizada na análise dos dados

Tabela 3

Grelha de categorização temática utilizada na análise dos dados

Tema	Categoria Temática	Subcategoria Temática
Conhecimento e Perceções sobre o TSH	Definição e compreensão do TSH	Definição espontânea
		Associação a outros fenómenos
		Incerteza ou conhecimento difuso
	Fontes de informação	Meios de comunicação social
		Redes sociais e plataformas digitais
		Fontes informais e conhecimento indireto
	Gravidade e presença do TSH em Portugal	Gravidade moral e desumanização do fenómeno
		Presença do TSH em Portugal
		Posicionamento de Portugal no circuito do TSH
	Fatores estruturais que facilitam o TSH	Fronteiras abertas e vulnerabilidades estruturais
		Globalização e redes transnacionais
		Tecnologias digitais ao serviço do TSH
Perfis e Dinâmicas do TSH	Caracterização das vítimas	Perfil sociodemográfico
		Fatores de Risco e Vulnerabilidade
		Processo de entrada no circuito de TSH
	Caracterização dos ofensores	Perfil sociodemográfico
		Relação com a vítima
	Modus Operandi	Estruturas e dinâmicas organizacionais
		Recrutamento
		Transporte
		Exploração

Vivências e Experiências relacionadas com o TSH	Experiências relatadas pelos/as participantes	Experiências diretas (envolvimento pessoal ou testemunho próximo)
		Experiências indiretas (relatos de familiares, vizinhos, colegas)
		Casos veiculados pelos media ou rumores
Reações sociais, intervenção e políticas públicas	Conhecimento de respostas institucionais	Atuação policial e judicial
		Conhecimento de entidades de apoio
	Atitudes comunitárias	Indiferença, silêncio e normalização
		Medo de denunciar e receio de retaliação
		Solidariedade e disponibilidade para ajudar
		Estigmatização e preconceito
	Propostas de prevenção e intervenção	Sensibilização comunitária e escolar
		Educação e literacia para o TSH
		Estratégias ajustadas ao território e cultura local
		Reforço das respostas institucionais e da fiscalização